

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**O Sistema de Integração na Produção de Aves no Oeste
Catarinense: Análise sobre o processo de trabalho e a relação
contratual entre a empresa Sadia e avicultores**

Edivane de Jesus

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-graduação em
Serviço Social da Universidade
Federal de Santa Catarina, como
requisito parcial à obtenção do
grau de Mestre em Serviço Social

Orientadora: Prof^a Dr^a Claudia
Mazzei Nogueira

Florianópolis, Dezembro de 2010.

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária da
Universidade Federal de Santa Catarina

J58s Jesus, Edivane de

O sistema de integração na produção de aves no Oeste Catarinense [dissertação]: análise sobre o processo de trabalho e a relação contratual entre a empresa Sadia e avicultores / Edivane de Jesus ; orientadora, Claudia Maria França Mazzei Nogueira. - Florianópolis, SC, 2010.
135p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

Inclui referências

1. Serviço social. 2. Trabalho. 3. Agroindústria – Santa Catarina, Oeste.
4. Ave – Criação – Santa Catarina, Oeste. I. Nogueira, Claudia Maria França Mazzei. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. III. Título.

CDU 36



TERMO DE APROVAÇÃO

Edivane de Jesus

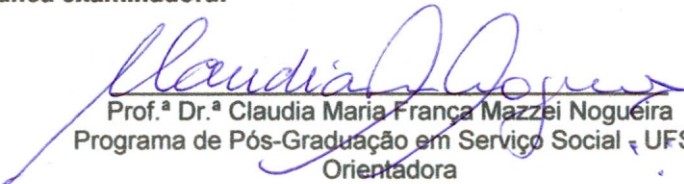
O Sistema de Integração na Produção de Aves no Oeste Catarinense:
Análise sobre o processo de trabalho e a relação contratual entre a
empresa Sadia e avicultores

Dissertação aprovada, como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço
Social – Mestrado da Universidade Federal de Santa Catarina.


Florianópolis, 02 de dezembro de 2010.

Prof. Dr. Hélder Boska de Moraes Sarmento
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social -
UFSC

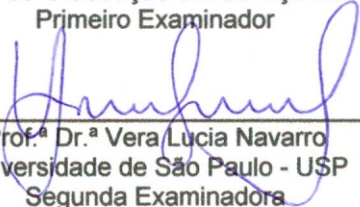
Banca examinadora:



Prof.ª Dr.ª Claudia Maria Franca Mazzei Nogueira
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - UFSC
Orientadora



Prof. Dr. Ricardo Lara
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - UFSC
Primeiro Examinador



Prof.ª Dr.ª Vera Lucia Navarro
Universidade de São Paulo - USP
Segunda Examinadora

“Os trabalhadores produzem riqueza, aumentam a produção de bens, mas não podem consumi-los. Desenvolvem novas riquezas, mas são relegados à formação de um exército de reserva ou vivem as mazelas do trabalho precário. Mas, somente os trabalhadores serão capazes de "criar" um mundo novo, revelar a nova vida, recordar que existe um limite, uma fronteira para tudo, menos para o sonho humano. Moldar com as mãos o mundo, revelar com os olhos a vida, recordar nos sonhos aquilo que virá. ”

Sebastião Salgado

Agradecimentos

À Universidade Federal de Santa Catarina e ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela oportunidade do mestrado;

Aos servidores da Pró-reitoria de Pós-graduação da UFSC, pela amizade e pelo carinho no tempo de convivência;

À Professora Dr^a Claudia Mazzei Nogueira que aceitou orientar uma desconhecida, recém-chegada à Capital, pelo conhecimento socializado, compreensão, carinho e bom humor;

Aos Professores Dr. Ricardo Lara e Dr^a Vera Navarro pelo aceite em participar da Banca de Defesa;

Ao professor Dr. Paulo Tumolo, do Programa de Pós-graduação em Educação que, sem dúvida, ministrou a melhor aula que já tive;

À minha família, que torce e está comigo nos momentos mais difíceis, por esse amor solidário, incondicional, que nos une e nos faz maiores e melhores juntos;

À amiga Cláudia – de Chapecó - pela ajuda material, sem a qual eu não teria conseguido me manter nos primeiros tempos de estada em Florianópolis. Também pela contagiante alegria e companheirismo;

À amiga Cris, pela amizade, pela ternura e por se fazer presente sempre;

À amiga, colega, companheira e (quase) mãe Cida, a quem se deve muito deste trabalho. Que feliz coincidência a vida ter me dado a oportunidade de te conhecer, conviver e aprender contigo. Nem todas as palavras seriam suficientes para agradecer tudo o que fizeste por mim e expressar a admiração que tenho por ti. Obrigada por tudo!

Às amigas e companheiras que o destino colocou no meu caminho logo na chegada à Floripa: Dani, Juci, Lia, Nara, Dil e Mi. Se existir algo melhor do que uma amizade como essa, eu ainda ignoro. Sou mais feliz por tê-las conhecido. Obrigada pela acolhida, pela ajuda intelectual, pelo riso fácil, pela amizade e pelo amor. Espero que mesmo longe a vida nos mantenha perto.

A todos os amigos/familiares não citados aqui que, de perto ou de longe, alegram os meus dias e dão cor à vida;

Ao Kamil - *meu zen, meu bem, meu mal* - pelo incentivo, companheirismo, pelas coisas simples da vida, por me fazer sentir amor;

Aos pequenos avicultores integrados do oeste de Santa Catarina, para quem dedico este trabalho, que tornaram possível esta pesquisa e na sua simplicidade revelam a realidade na sua essência.

RESUMO

Esta pesquisa teve por objetivo analisar, dentro de uma perspectiva crítico-dialética, o sistema de integração na produção de aves no oeste catarinense, mais especificamente o que condiz ao processo de trabalho e à relação contratual entre avicultores integrados e a agroindústria Sadia. O sistema de integração avícola surge no oeste catarinense em meados da década de 1970, pioneiramente implantado pela Sadia, sendo aderido posteriormente por todas as empresas do ramo. Aparece como um dos reflexos da modernização no campo e como uma estratégia bem sucedida destas empresas na obtenção de matéria-prima abundante, de qualidade, a custos irrisórios. Atualmente a Sadia possui, só no oeste de Santa Catarina, aproximadamente 6.000 produtores integrados. Esse estudo permitiu conhecer elementos deste modelo de produção, observando suas formas de organização, antes e depois da reestruturação produtiva, as relações estabelecidas entre empresa e produtores integrados, a rotina de trabalho, as exigências a que se encontram submetidos e de que forma inferem na vida destes trabalhadores. Para tanto, realizamos entrevistas com pequenos avicultores familiares integrados, ex-funcionário da empresa em questão, integrante de organização sindical e analisamos alguns documentos a que tivemos acesso. Constatamos, desta maneira, que o sistema de produção integrada oculta, sob a figura jurídica da parceria, uma forma de trabalho precarizado e consiste em uma fonte valorosa de extração de mais-valia para as agroindústrias.

Palavras-chave: Trabalho, Precarização, Agroindústria, Avicultura Familiar, Sistema de Integração.

ABSTRACT

This essay intended to analyze, through a political and dialectical view, the integration system in the production of poultry in the west of Santa Catarina, specifically in about the process of work and the contractual relationship between integrated aviculturist and the agribusiness Sadia. The poultry integration system appeared in mid-70, pioneer implanted by Sadia, and It was joined later for all the branch companies. It appeared as a reflex of the modernization in the field and as a successful strategy of these companies in the obtaining of abundant raw material, of quality and minimal charges. Nowadays, Sadia has, only in the west of Santa Catarina, about 6.000 integrated producers. This essay allowed us to know elements of this model of production, in observation to their forms of organization before and after of the restructuring process, the relationships established between company and integrated producers, to realize the work daily routine, the demands to which they are subjugated and how they interfere in these workers' life. That's why we did interviews with integrated familiar aviculturist, ex employee of the company, labor union integral and we analyzed some documents that was available. So we noticed that the integrated system production conceal, through the legal concept the partnership a form of work precarious and consist in a way valuable source of extraction of more valid to the agribusiness.

Key words: Work, Precarious, Agribusiness, Familiar Aviculture, Integration.

LISTA DE ABREVIACÕES

APAFA – Associação dos Pecuaristas e Agricultores Familiares de Alegrete/RG
ASSAF – Associação Sulinense da Agricultura Familiar
ASSINTRAFs – Associação dos Sindicatos dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
BRF – Brasil Foods
CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica
CCQ – Círculo de Controle de Qualidade
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CUT – Central Única dos Trabalhadores
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FETRAF – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
FUNRURAL – Contribuição Previdenciária sobre a Comercialização Rural
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
OIT – Organização Internacional do Trabalho
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
TST – Tribunal Superior do Trabalho
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UNOCHAPECÓ – Universidade Comunitária de Chapecó/SC

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. TRABALHO, PRODUÇÃO E FORMAS ARCAICAS DE EXPLORAÇÃO	24
2.1 O trabalho e sua centralidade	24
2.1.1. <i>Relações de produção no capitalismo: sistemas de produção</i>	28
2.1.2. <i>Metamorfoses do trabalho na história e na contemporaneidade</i>	36
2.2. Formas arcaicas de produção e exploração	44
2.2.1 <i>Subproletarização/ Superexploração do trabalho</i>	44
2.2.2 <i>A manufatura x trabalho em domicílio: a relação com a agricultura familiar e a produção integrada de aves</i>	47
3. O MODELO DE INTEGRAÇÃO NA PRODUÇÃO DE AVES NO OESTE CATARINENSE	64
3.1 Origem histórica do sistema de integração na produção de carnes e sua implementação no Oeste Catarinense.	65
3.1.1 <i>Elementos sobre o surgimento da Sadia e seus interesses políticos</i>	67
3.1.2 <i>O Sistema de Integração e a Sadia</i>	70
3.2 As modificações trazidas pela reestruturação produtiva para a produção de aves no oeste catarinense	75
3.3. A agricultura familiar e sua relação com a produção e reprodução do sistema capitalista	82
4. O LUGAR SOCIAL DOS TRABALHADORES INTEGRADOS E SUAS VERSÕES: A ORIGEM, ADESÃO AO SISTEMA DE INTEGRAÇÃO, O PROCESSO DE PRODUÇÃO E SUA RELAÇÃO COM A EMPRESA	91
4.1. A origem destes trabalhadores e sua adesão ao sistema de integração	91
4.2. O processo de produção e trabalho na integração	94
4.3. A relação com a empresa	106
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
6. REFERÊNCIAS	123
APÊNDICES	129
ANEXOS	135

1. INTRODUÇÃO

A motivação deste estudo parte do entendimento da centralidade da categoria trabalho na vida em sociedade, ou conforme Lukács, a percepção do trabalho como fundante do ser social. Portanto, esta pesquisa teve por objetivo analisar, dentro de uma perspectiva crítico-dialética, o sistema de integração na produção de aves no oeste catarinense, mais especificamente o que condiz ao processo de trabalho e à relação contratual entre avicultores integrados e a agroindústria Sadia¹.

Buscamos conhecer o sistema de produção integrada de aves para abate, observando suas formas de organização, antes e depois da reestruturação produtiva, as relações estabelecidas entre empresa e produtores integrados, percebendo a rotina diária de trabalho, as exigências a que se encontram submetidos e de que forma inferem na vida destes trabalhadores.

Deste modo, tivemos a pretensão de compreender, em seus detalhes, este processo, tanto na parte histórica de sua implementação e desenvolvimento, como nas suas bases atuais. A escolha por esta empresa se deu tanto em função do seu pioneirismo na atividade agroindustrial e na adoção do sistema de produção integrada, como pela sua grande presença e influência na região oeste de Santa Catarina.

A história nos mostra que a cidade de Chapecó, bem como grande parte dos municípios do oeste de Santa Catarina, teve seu crescimento e desenvolvimento econômico fortemente associado à instalação de agroindústrias de grande porte. Nesse sentido, observa-se que a

¹ No dia 19 de maio de 2009 foi aprovada pelos conselhos de administração de Perdígão e Sadia fusão entre as duas companhias dando origem assim ao grupo “Brasil Foods”. A operação aguarda ainda o aval do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e, enquanto não aprovada, as empresas continuarão a atuar de forma independente. Tendo em vista que, por hora, as marcas historicamente construídas serão mantidas, bem como a administração paralela das duas empresas, optamos por realizar nossa pesquisa apenas com produtores integrados à Sadia. (Acesso 10/02/2010 – Disponível em: <http://www.perdigao.com.br/empresasperdigao/paginas.cfm?area=0&sub=1>)

economia desta região, tanto no perímetro urbano, quanto no meio rural, ainda se encontra, em grande medida, voltada à produção agroindustrial.

Percebemos a necessidade de explorar a temática, tendo em vista o compromisso da academia em analisar e formular teorias sobre a realidade social. Observamos, por meio da pesquisa bibliográfica, que o estudo proposto, pautado na perspectiva crítica, tem sido pouco explorado pelo meio acadêmico. Mais do que retratar e analisar a realidade, tivemos a pretensão de fazê-lo sob a luz da teoria crítica, considerando o poder das estruturas macrossociais determinadas pelo capital e as implicações desta condição para o mundo do trabalho/trabalhadores.

É importante salientar que a cada dia o setor agrícola tradicional vem se integrando de maneira mais profunda ao processo de produção capitalista e servindo à acumulação do capital. Nesse sentido, ao considerarmos a importância que a produção integrada tem na economia desta região e mesmo do país², acreditamos ser imprescindível desvendar a essência deste processo que envolve diretamente milhares de trabalhadores no seu cotidiano de vida e trabalho.

Considerando elementos diretamente relacionados à perspectiva teórico-metodológica da pesquisa, coube a necessidade de pensar categorias de análise assentadas na realidade concreta, o que requereu uma sistemática de análise essencialmente crítico-dialética.

Salienta-se, assim, que a pesquisa consiste em atividade com vistas ao desvendamento da realidade, sendo motivada pela necessidade de resolução de um determinado problema e também no intuito de verificar e amplificar conhecimentos. Caracteriza-se pela exigência de contínua aproximação do objeto de pesquisa, articulando à teoria existente aos dados coletados, numa correlação que implica um processo inacabado e contínuo. Constitui-se como processo essencial, não só no meio acadêmico, mas nos demais setores da vida social. Contempla procedimentos e instrumentos, sendo constantemente utilizada na construção do conhecimento e na interpretação da realidade social.

² A fusão entre Sadia e Perdigão cria a BRF faz surgir a 3ª maior exportadora do país e um dos maiores complexos industriais do mundo. A nova companhia, de acordo com dados retirados do site da revista online “Brasil Alimentos”, terá mais de 116 mil empregados diretos e cerca de 19 mil produtores integrados. A publicação também sinaliza que a companhia nasce com uma receita líquida superior a R\$ 22 bilhões. (Disponível em: <http://www.brasilalimentos.com.br/neg%C3%B3cios/2009/perdig%C3%A3o-e-sadia-nasce-brasil-foods>. Acesso 09/02/2010)

Por conseguinte, a sistematização proposta para o trabalho remeteu a um objetivo principal: conhecer o sistema de produção integrada de aves no oeste de Santa Catarina, mais especificamente o que condiz ao processo de trabalho e a relação contratual entre avicultores integrados e a agroindústria Sadia.

Problematicando esta realidade, trouxemos elementos da categoria trabalho para o debate dentro das ciências sociais, principalmente sobre as metamorfoses por que vem passando o mundo do trabalho e as novas relações de produção decorrentes dessas modificações, bem como as arcaicas formas de organizar a produção ora resgatadas pelo capital no intuito de manter seu poder de dominação. Essa prerrogativa atende ao pressuposto central da investigação sob o enfoque dialético-materialista. Segundo Marx:

As premissas com que começamos não são arbitrárias, não são dogmas, são premissas reais, e delas só na imaginação se pode abstrair. São os indivíduos reais, a sua ação e as suas contradições materiais de vida, tanto as que encontraram como as que produziram pela sua própria ação. Estas premissas são, portanto, constatáveis de um modo puramente empírico. (MARX, 2007, p. 14).

Dessa forma, o método recomenda situar e analisar os fenômenos sociais em seu contraditório e complexo processo de produção e reprodução, frente às múltiplas causas que os determinam, numa perspectiva estrutural, o que significa analisá-los inseridos na totalidade.

Trata-se, portanto, de ter o real como ponto de partida e também enquanto ponto de chegada, buscando pensar a realidade social, a partir das necessidades materiais dos homens. É, especialmente, neste ponto, conforme indicado pelo próprio Marx (1983a), que seu método de análise da realidade social difere-se do método de compreensão hegeliano.

Por sua fundamentação, meu método dialético não só difere do hegeliano, mas é também a sua antítese direta. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de idéia, transforma num sujeito autônomo, é o demiurgo do real, real que constitui apenas a sua manifestação externa. Para mim, pelo contrário, o ideal não é nada mais que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem. (MARX, 1983a, p.20).

Dessa maneira, conforme nos indica o método marxista, entendemos ser necessário, inicialmente, analisar a centralidade do trabalho no processo de produção e reprodução da vida humana para, na sequência, mensurar seus determinantes reais. Percorrido esse caminho, teremos na etapa final que compreender as particularidades do debate atual do mundo do trabalho, onde se localiza a temática pesquisada, visando contemplar a observação dos fenômenos sob a perspectiva da totalidade.

Segundo Marx e Engels,

Esse modo de considerar as coisas não é isento de pressupostos. Ele parte de pressupostos reais e não os abandona em nenhum instante. Seus pressupostos são os homens, não em quaisquer isolamento ou fixação fantásticos, mas em seu processo de desenvolvimento real, empiricamente observado, sob determinadas condições. Tão logo seja apresentado esse processo ativo de vida, a história deixa de ser uma coleção de fatos mortos, como para os empiristas ainda abstratos, ou uma ação imaginária de sujeitos imaginários, como para os idealistas. (MARX; ENGELS, 2007, p. 94).

A lógica dialética proposta por Marx, em nosso entendimento, contrapõe-se à lógica formal dominante. O método analítico de conhecimento da realidade concreta deve assim ser construído sobre o real, ou seja, tendo como referência homens reais que produzem sua vida como condição necessária e primordial de existência. Realizar a reflexão sobre o modo pelo qual os homens produzem sua vida material, já que o modo de produção exprime as relações sociais sob as quais, determinada sociedade se estrutura, torna-se essencial. A dinâmica das relações sociais evidencia que os homens, ao mesmo passo que são produtores, também são produtos, uma vez que o que são coincide com sua produção e o modo como produzem (NOGUEIRA, 2006).

O homem social, histórica e estruturalmente determinado produz o real. Tomando essa afirmação como prerrogativa, faz-se necessário pensar o processo de conhecimento da realidade concreta com base na própria realidade e seu movimento. Caracteriza-se, portanto, como um método que entende a realidade social não como uma junção de partes e fatos isolados, desconectados da materialidade concreta. Igualmente, não pode ser considerado um sistema de análise dogmático ou uma ideologia imutável; diz respeito a um modo de conceber as coisas, que deve partir de um homem real, suas ações e condições materiais de vida, na produção e reprodução das relações sociais. Torna-se imprescindível,

para tanto, reconhecer a existência de um movimento contraditório, que acompanha os processos histórico-concretos (NOVACK, 2005).

Partindo desse pressuposto analítico e atentando ao objetivo central dessa investigação, este estudo caracterizou-se enquanto desafio no campo teórico-metodológico e também enquanto expressão de um compromisso político profissional. Considera-se que, ao desvendarmos e problematizarmos determinada realidade, abrimos a possibilidade de transformá-la. Ainda que cientes dos limites da academia nesse processo de transformação, reafirmamos a necessidade de uma mudança radical na estrutura social. Percebemos como imprescindível a constituição de uma nova ordem social, que tenha por pressuposto erradicar definitivamente todos os processos de exploração do homem pelo homem, opressão e alienação.

Discorrido sobre o método utilizado, ainda nos cabe informar alguns passos presentes em nosso processo de pesquisa. Referente à bibliografia, tiveram prioridade, na realização deste estudo, autores do campo da teoria social-crítica que discutiram categorias centrais da proposta de pesquisa: trabalho, relações de produção, capitalismo, reestruturação produtiva, produção integrada/produtores integrados, agricultura familiar entre outras. Quanto à tipologia, além da pesquisa bibliográfica e documental, utilizamos a pesquisa de campo aplicada, qualitativa, tendo como sujeitos centrais da pesquisa os (as) pequenos avicultores integrados à agroindústria Sadia. Entrevistamos também um ex-funcionário da empresa em questão e um membro da Fetraf-Sul³, envolvido em movimento⁴ o qual debate a cadeia produtiva da integração junto à sociedade.

A pesquisa de campo, por sua vez, consiste no levantamento de dados por meio da interação direta com os sujeitos investigados. Neste sentido, a coleta de dados ocorreu pela realização de entrevistas semi-estruturadas, composta de questões abertas (Apêndice A), com os

³ “A Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul do Brasil (FETRAF-SUL) está organizada em 22 microrregiões, congregando 93 Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Sindicatos de Trabalhadores na Agricultura Familiar, ASSAF, APAFA e ASSINTRAFs em toda a Região Sul. Com sindicatos regionais fortes, a Fetraf-Sul/CUT abrange mais de 288 municípios no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.” Disponível em: http://www.fetrafsul.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=51&Itemid=114. Acesso 08/11/2010.

⁴ A Fetraf-Sul encontra-se à frente das discussões sobre o modelo de produção integrada na região oeste de SC e vem integrando um movimento que busca discutir com a sociedade a viabilidade atual de tal modelo.

pequenos produtores de aves integrados à agroindústria Sadia, no oeste catarinense. Do mesmo modo, realizamos entrevista com ex-funcionário da empresa Sadia (Apêndice B) e o membro da Fetraf-Sul (Apêndice C).

A utilização da entrevista semi-estruturada teve como objetivo possibilitar o diálogo com a população entrevistada.

A empresa Sadia conta atualmente no país com aproximadamente 10.000⁵ granjas integradas de aves e suínos. A região oeste, onde a pesquisa foi desenvolvida, comporta, atualmente, aproximadamente 6.000⁶ produtores integrados, sendo este nosso universo de pesquisa. Para a realização da entrevista, no entanto, elegemos, inicialmente, uma amostra de 15 produtores. No entanto, no decorrer do processo de investigação, encontramos algumas adversidades, considerando que nem todos os selecionados para a amostra se dispuseram a dar entrevista. Alegaram receio de sofrer represálias da empresa, já que, segundo eles, o contrato conteria cláusula que proíbe qualquer declaração sobre o modelo de produção. Mesmo assim, conseguimos entrevistar 10 produtores que, apesar das experiências e particularidades, revelam similaridades comuns ao lugar social que ocupam, enquanto produtores, enquanto trabalhadores, conforme ficará explícito no transcorrer de nossa dissertação. Passamos então a apresentação dos sujeitos da pesquisa⁷:

O primeiro a nos relatar sua trajetória é Miguel, 57 anos, casado. Há 27 anos é produtor avícola integrado da empresa pesquisada. Menciona que seu pai foi um dos primeiros integrados da empresa e que, desde o tempo de solteiro, possui contato com a atividade. Atualmente produz frango, mas já teve experiência com a terminação de peru.

Outra narrativa é a de Nilson, 51 anos, casado, produtor integrado de frango há 13 anos. Menciona ter buscado essa alternativa devido às dificuldades encontradas na agricultura, quando cultivava grãos (feijão, milho e soja).

⁵ Dado obtido no site institucional da empresa. (Disponível em: <http://www.sadia.com.br/sobre-a-sadia/>. Acesso: 10/02/2010)

⁶ Realizamos vários contatos com a empresa Sadia no intuito de acessarmos dados atualizados sobre total de produtores integrados de aves no oeste catarinense, mas fomos informados que a política interna da organização não permite a divulgação desta natureza de informações. Dados extraoficiais apontam que a Sadia possui cerca de 6.000 produtores integrados ao sistema de produção de aves e suínos apenas na região oeste de Santa Catarina.

⁷ Para preservar a identidade dos pesquisados utilizamos nomes fictícios.

Claudio, 55 anos, casado, é outro sujeito desta pesquisa que procurou a integração como alternativa de trabalho e renda em função das dificuldades encontradas na produção de grãos. Produzia milho, feijão, arroz e soja e está na produção integrada há 29 anos. É terminador de peru.

Outro relato é de Maria, 50 anos, casada, e a primeira mulher a ser entrevistada. Aderiu à integração juntamente com o esposo há 24 anos, em busca de uma renda extra e melhoria nas condições de vida da família. Ela, juntamente com a família, faz a terminação de peru.

João, 53 anos, casado e na produção integrada há 35 anos, também teve contato com a experiência da integração ainda no seio da família. O pai foi um dos pioneiros na integração. Ao formar sua própria família, assumiu o trabalho na produção integrada sozinho. Atualmente faz terminação de peru.

A segunda mulher que entrevistamos é Inês, 47 anos, casada, produtora de frango. Está na atividade há 20 anos, desde o casamento. No entanto, afirma que o esposo já desenvolvia a atividade há pelo menos 5 anos antes da união conjugal.

Pedro, 49 anos, casado, integrado há 16 anos, reveza conforme determinação da empresa a produção de frango e de cheddar. Interessou-se pela integração por influência de uma irmã que já exercia a atividade. Antes de aderir à integração, cultivava grãos.

José, 46 anos, casado. É integrado da empresa pesquisada há aproximadamente 8 anos, no entanto atua como produtor integrado há 30 anos. Os outros 22 anos esteve vinculado à empresa Chapecó Alimentos, que teve falência decretada no ano de 2005.

A terceira e última mulher entrevistada é Joana, 52 anos, também casada. Juntamente com a família, produz frango há pelo menos 28 anos, muito embora também continue se dedicando à cultura de grãos.

Nosso último entrevistado é Avelino, 65 anos, casado. Afirma que está atividade há 40 anos, sendo 35 destes integrado da Chapecó Alimentos. Por ocasião da falência da empresa, foi procurado pela Sadia e passou a produzir frango.

As entrevistas foram gravadas e transcritas, e a identidade dos entrevistados, por questões éticas, foi preservada. No momento da entrevista, utilizamos o “Termo de consentimento livre e esclarecido”⁸,

⁸ Instrumento utilizado nas pesquisas realizadas pela UFSC, conforme orientações comitê de ética.

instrumento que expôs brevemente o objetivo do estudo, lido e assinado pelos entrevistados, sendo que uma via de igual conteúdo ficou de posse deles.

A análise dos dados foi realizada por meio de reflexão do conteúdo coletado. Dessa forma, procuramos explorar, de forma crítica, o conteúdo das comunicações no que apresentaram de explícito e latente. Esse tipo de análise, de acordo, com Prates (2004) pode ser entendida como:

Técnica de compreensão, interpretação e explicação das formas de comunicação (escrita, oral e icônica) tem como objetivos: ultrapassar evidências imediatas, à medida que busca a certeza da fidedignidade das mensagens socializadas e a validade de sua generalidade; aprofundar por meio de leituras sistemáticas e sistematizadas a percepção, a pertinência e as estruturas das mensagens. (PRATES, 2004, s/p)

Temos ciência do constante “movimento real do objeto” e, conforme (sabiamente) sinaliza Dieterich (1999), a atividade científica não é realizada em um espaço ideal, abstrato e sim dentro de uma sociedade determinada, hierárquica, regida por relações de dominação e exploração. Estas relações, que determinam as questões econômicas, políticas, do mesmo modo inferem nas questões científicas e culturais presentes na sociedade.

Nesse sentido, nossa intenção foi discutir a temática e suas determinações, presentes na realidade social pesquisada. Salienta-se assim que a opção por um método ultrapassa o campo da simples preferência teórica, caracterizando-se como a escolha de um modo de perceber a realidade social e organizar o pensamento. Da mesma forma, ao se tomar um determinado percurso metodológico, deve-se ter claro que o método caracteriza-se por ser um importante meio de transformação da realidade e de mudança social.

Por fim, relativo à organização estrutural da dissertação, divide-se em três partes principais. Iniciamos pela discussão teórica acerca da centralidade do trabalho e o trabalho na sociedade capitalista, suas determinações e metamorfoses. Ainda, na segunda seção, traçamos discussão acerca das formas de produção e exploração de que o capital faz uso no intuito de atingir a acumulação, relacionando com o foco da nossa pesquisa.

Na terceira seção, partimos para a discussão histórica do modelo de produção integrada de aves no oeste catarinense. Nesse capítulo,

buscamos trazer também discussão sobre a agricultura familiar e o cotidiano do trabalho rural, tendo em vista ser esta a condição vivenciada pela grande maioria dos trabalhadores atualmente inseridos na integração.

Finalmente, na quarta seção, procuramos dar ênfase aos produtores para que, a partir de seus relatos, pudéssemos analisar o processo de trabalho, a relação estabelecida com a agroindústria e as condições de vida decorrentes destas premissas.

Nosso estudo pretende, assim, oferecer alguns elementos que auxiliem na reflexão do processo de trabalho e da relação contratual entre a empresa Sadia e os avicultores familiares do oeste de Santa Catarina, inseridos no sistema de produção integrada.

2. TRABALHO, PRODUÇÃO E FORMAS ARCAICAS DE EXPLORAÇÃO

Conforme sinaliza a ontologia marxiana, os homens, para existirem, devem ser capazes de se reproduzirem enquanto seres humanos. A forma específica desta reprodução é dada pela relação dos homens com a natureza, através do trabalho. A categoria do trabalho emerge, assim, como categoria central do ser social. Deste modo, para que se possa discutir qualquer questão no meio social, faz-se necessário analisar primeiramente como essa sociedade produz e distribui sua riqueza. Enfim como essa sociedade organiza o trabalho.

Apesar de o trabalho estar presente nas mais diversas sociedades, a passagem para o modo de produção capitalista inaugura um conjunto de novas relações sociais. Na sociedade capitalista, o trabalho, que antes tinha a finalidade de suprir necessidades de seu produtor, ser um valor de uso, sofre metamorfoses, transformando-se em trabalho abstrato, tendo como objetivo a troca.

No decorrer de seu desenvolvimento, este modo de produção vem se recriando, estabelecendo novas formas de organizar a produção, tendo sempre como objetivo a manutenção de seus níveis de acumulação. Os novos processos produtivos, por vezes, mesclam-se à utilização de formas arcaicas de produção, de modo a atender aos objetivos de produção e reprodução do capital.

2.1 O trabalho e sua centralidade

Tendo como fundamento a concepção materialista da história exposta por Marx (2007), os homens começam a distinguir-se dos animais quando começam a produzir os seus meios de vida, produzindo, ainda que indiretamente, sua “própria vida material”. A produção dos meios de vida, por sua vez, encontra-se atrelada, prioritariamente, “à natureza dos próprios meios de vida encontrados” para a reprodução. Dessa forma, o pensador pondera que a essência das relações sociais e políticas que os homens estabelecem em sociedade coincide com a sua produção (com o que produzem e também como produzem). Ou seja, aquilo que os indivíduos são encontra-se diretamente relacionado às condições materiais de sua produção, fazendo com que se caracterizem

como fruto da sua inserção em determinado meio, onde produzem e reproduzem materialmente sua existência: “não é a consciência que determina a vida, e sim a vida que determina a consciência”. (MARX, 2007, p.23)

Marx procura elucidar em sua obra a relação do homem no seu processo de desenvolvimento real, e as condições materiais e históricas encontradas por esse para tal processo. Evidencia-se, assim, a importância atribuída à “história” na obra de Marx, e a dinamicidade com que essa e suas multifacetadas relações são concebidas. Em Marx, a história dos homens passa a ser percebida em toda a sua complexidade, tendo como parâmetro não mais uma realidade imaginária, composta de atores imaginários, e sim tendo por base a concretude das relações.

A análise marxiana, que expõe o exame histórico da processualidade social, remete ao *ato primeiro de produção*, enquanto meio essencial para satisfação das necessidades básicas; ou seja, da própria vida material à medida que esta se apresenta, historicamente, como condição essencial à sobrevivência humana.

[...] a premissa que os homens têm que estar em condições de viver para poderem fazer história. Mas da vida fazem parte, sobretudo comer e beber, habitação, vestuário e ainda algumas outras coisas. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios para satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material, e a verdade é que este é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a História, que ainda hoje, tal como há milhares de anos, tem de ser realizado dia a dia, hora a hora, para ao menos manter os homens vivos. (MARX, 2007, p. 31)

Marx (2007) acrescenta, ao primeiro aspecto da relação histórica originária, o *segundo momento*, ou seja, a ação que move o homem à satisfação da necessidade primeira. O movimento que tal satisfação produz, de acordo com o pensador, o conduz a novas necessidades e a novos processos, o que caracteriza o movimento da produção. A *terceira condição histórica* (terceiro momento), que denota a materialidade da vida humana, refere-se à reprodução do homem enquanto espécie, no seio familiar e nas demais relações sociais.⁹

⁹ [...] estas três facetas da atividade social não devem ser entendidas como três fases diferentes, mas apenas como três facetas ou, para escrever claro para os alemães, três momentos que, desde o começo da história e desde os primeiros homens, existiram simultaneamente, e que, ainda hoje, se afirmam na história. (MARX, 2007, p.32)

A produção dos *meios de vida* como condição necessária e primordial de existência remete à reflexão sobre o modo pelo qual os homens produzem sua vida material. Nesse sentido, o modo de produção sob o qual se estrutura determinada sociedade se caracteriza por um conjunto de relações que se estabelecem entre os indivíduos imbricados no processo produtivo em determinada estrutura social. É a partir dessa base que o homem se estabelece como ser social.

Assim, produzir materialmente a existência humana caracteriza um fenômeno que vai além de ser uma exigência ditada pelas necessidades biológicas do organismo. A produção realizada pelos homens possui um nexo distinto à realizada no reino animal, já que, para os primeiros, a produção e a reprodução da vida constituem-se como determinantes das relações sociais.

Para tanto, a compreensão da produção e reprodução da vida material dos homens, constituídos como sujeitos sociais, remete à análise do trabalho¹⁰ e seus determinantes sociais. Apesar do trabalho se apresentar de inúmeras formas ao longo do processo histórico, por possuir relação direta com esse, permanece constante sua natureza, ou seja, “como um momento de efetivação de relações sociais, visando à produção social e à reprodução da humanidade” (NOGUEIRA, 2006, p.139).

Dessa forma, o trabalho, enquanto parte de qualquer estrutura social determinada, consiste em um processo entre o homem e a natureza, no qual o homem *adapta o natural para satisfazer suas necessidades, produzindo valores de uso*. Isto é, ele utiliza-se da força física e de sua capacidade cognitiva, para apropriar-se da natureza e transformá-la. Deste modo, ocorre uma transformação da realidade que

¹⁰ A palavra "trabalho" tem sua origem no vocábulo latino "TRIPALIUM", denominação dada a um instrumento de tortura formado por três (tri) paus (palium). Desse modo, originalmente, "trabalhar" significava ser torturado no tripalium. Os "torturados" eram os escravos e os pobres que não podiam pagar os impostos. Assim, quem "trabalhava", naquele momento histórico, eram os destituídos de posses. A ideia do trabalho, associado à tortura, às atividades físicas produtivas realizadas pelos trabalhadores em geral: camponeses, artesãos, agricultores, pedreiros, entre outros. Tal sentido foi de uso comum na Antiguidade e, com esse significado, atravessou quase toda a Idade Média. É apenas no século XIV começou a ter o sentido genérico que hoje lhe atribuímos, qual seja, o de "aplicação das forças e faculdades (talentos, habilidades) humanas para alcançar um determinado fim". Com a especialização das atividades humanas, imposta pela evolução cultural (especialmente a Revolução Industrial) da humanidade, a palavra trabalho tem hoje uma série de diferentes significados. Disponível em: <<http://novo.ea.ufrgs.br/graduacao/disciplinas/adm01156/CONCEITOSDETRABALHO/EMPREGO.pdf>>. Acesso em: 07 Jun. 2009.

resulta, invariavelmente, na transformação do indivíduo e da sociedade (MARX, 1983a).

Marx centrou-se na análise do trabalho e sobre sua centralidade na vida humana, porque para o pensador o trabalho seria condição que separaria o homem dos demais animais, caracterizando-o como ser superior. Para Marx, através do trabalho, o homem se constrói e humaniza-se, considerando que, ao mesmo tempo em que transforma a “natureza”, transforma, também, a si mesmo e realiza seu objetivo enquanto espécie. Marx apontava, neste sentido, que a diferenciação humana com relação ao animal estava, diretamente, relacionada ao fato do trabalho constituir-se como ação intencional e planejada pelo intelecto humano.

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colméias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador e, portanto, idealmente. (MARX, 1983a, p. 149-150)

Marx acreditava que a “prática” de cada homem, ou seja, o seu trabalho constituía a sua essência, uma vez que o homem se identificaria e se reconheceria no fruto de seu trabalho. Nesse sentido, o pensador percebia o trabalho como prática criadora e libertadora, mas que, no contexto de desenvolvimento da sociedade capitalista, tornava-se alienadora.

Ainda, em se tratando de trabalho, Gorz (2005, s/p.), citando Hegel, menciona que ele não se constitui em simples “dispêndio” de energia, mas a atividade pela qual os homens inscrevem o seu próprio espírito na matéria e, sem antes saber, transformam e produzem o mundo. De acordo com Gorz, na sociedade capitalista, contraditoriamente, o fim da atividade laborativa não é o produto do trabalho, ou mesmo o resultado que esta produz, e sim o salário advindo desta atividade para o trabalhador, e o lucro para o capitalista.

Face ao exposto, entende-se que o trabalho não representa apenas a produção de bens materiais, mas principalmente a edificação das relações sociais nas quais a produção se realiza: o mundo objetivo dos homens e dos seus produtos sociais que, na mesma medida em que são produzidos por eles, também o produzem. Contudo, o desenvolvimento, no decorrer do tempo histórico, das forças produtivas, engendra novas

relações sociais, criando condições para a superação da ordem posta. Assim, a partir do momento em que o modo de produção capitalista se estabelece como sistema econômico predominante e constitui-se como processo de produção coletiva em massa, a geração de lucro e de acúmulo de capital se consolida, superando, de modo definitivo, o antigo modelo econômico. Vivencia-se agora o estabelecimento de novas relações sociais que superam os tradicionais modelos sociais estabelecidos há séculos.

2.1.1. Relações de produção no capitalismo: sistemas de produção

Karl Marx dedicou sua vida ao estudo e análise da sociedade capitalista, que sucedeu a sociedade mercantil, incorporando diversos de seus elementos. Em sua obra, especialmente em sua máxima, “o Capital”, o pensador retrata de forma minuciosa o funcionamento deste novo modo de produzir e de viver. O estudo da sociedade capitalista está diretamente ligado à forma de como essa sociedade produz, logo estritamente vinculado ao trabalho, observando-se aí, mais uma vez, a centralidade deste na vida social.

Quando teoriza sobre trabalho, na sua forma primitiva, conforme já referenciado, Marx menciona que este seria o dispêndio de energia na transformação da natureza, no intuito de produzir os meios de vida do homem. Ou seja, produtos com a exclusiva finalidade de satisfazer as necessidades humanas, valores de uso¹¹. No entanto, na sociedade capitalista, o trabalho, que antes caracterizava-se como concreto, trabalho útil, com a finalidade de suprir necessidades de seu produtor, sofre metamorfoses, transformando-se em trabalho abstrato. Esta natureza de trabalho, característica do modo de produção capitalista, surge da abstração das características úteis e concretas do trabalho que a produziu. Trabalho abstrato é assim, necessariamente, trabalho social, dispêndio de energia e tem por finalidade a produção de mercadorias, a serem trocadas no mercado¹². Ou seja, o produto do trabalho já não se caracteriza mais enquanto valor de uso para quem o produz, mas sim como valor de troca.

¹¹ A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. (MARX, 1983a, p.45)

¹² Aqui, cabe uma ressalva: O mercado não nasceu no sistema capitalista, tendo em vista que as relações de troca são muito anteriores a este. No entanto, é na sociedade capitalista que este atinge seu maior grau de desenvolvimento.

Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece o caráter útil dos trabalhos nele representados, e desaparecem também, portanto, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam de diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato (MARX, 1983a, p. 47).

Portanto, quando pensamos no modo capitalista de produção, temos sempre de ter em mente o que o simboliza: a mercadoria. Não por acaso Marx inicia sua análise sobre a sociedade capitalista por ela. A mercadoria, segundo o pensador, é a expressão material da complexa teia de relações capitalistas, é o objetivo final do trabalho. Considerando rigorosamente seu próprio método, Marx parte assim, em seu estudo, do que é aparente (mercadoria) para então desvendar a essência do processo que permitiu a sua existência.

A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma “imensa coleção de mercadorias”, e a mercadoria individual como sua forma elementar. Nossa investigação começa, portanto, com a análise da mercadoria (MARX, 1983a, p.45 – grifo do autor).

O produto do trabalho, por sua vez, só é considerado mercadoria porque gera valor. Valor é uma categoria utilizada por Marx, correspondendo a uma dada quantidade de trabalho necessário para a produção de determinada mercadoria. Esse valor se expressa no tempo médio socialmente necessário para produzir a mercadoria pela qual está sendo trocado. Consiste, deste modo, em um processo de equivalência, que tem sempre como parâmetro outra mercadoria. Deste modo, mercadorias que possuem a mesma quantidade de trabalho, ou cuja produção levou o mesmo tempo, possuem a “mesma grandeza de valor”.

A análise realizada por Marx sobre a mercadoria e a forma fetichizada que essa assume no momento que deixa de ser simplesmente um valor de uso, para tornar-se um valor de troca, é extremamente profunda. O fetiche da mercadoria, segundo o autor de “O Capital”, deriva das formas complexas que esta assume no modo de produção capitalista. O pensador pondera que, perante esse sistema, as relações¹³

¹³ A relação social capitalista não é a única existente no meio social, mas caracteriza-se como sendo determinante. Apesar de também não serem as únicas classes presentes na estrutura social, trabalhadores e capitalistas são as classes fundamentais ao funcionamento deste sistema, estando as demais relações existentes subordinadas a esta relação que é central.

entre os próprios homens assumem formas reificadas, e as mercadorias chegam a estabelecer relações sociais, num processo de total inversão.

Diante da lógica de funcionamento do sistema, passa a não interessar ao produtor da mercadoria a utilidade do que ele produz. Por mais que seu produto deva necessariamente possuir um valor de uso, caso contrário não seria possível trocá-lo, para o produtor, o que interessa agora é apenas e tão somente o valor de troca que ele possui. Assim, Marx afirma: “[...] o valor de uso das coisas se realiza para o homem sem a troca, portanto, na relação direta entre coisa e homem, mas seu valor, ao contrário, se realiza apenas na troca, isto é, num processo social”. (MARX, 1983a, p.78)

A troca, enquanto processo social, só pode ocorrer entre homens livres que, por vontade recíproca, resolvam trocar sua mercadoria por outra de valor correspondente, que venha a suprir uma necessidade direta. Para tanto, eles devem necessariamente estar na condição de proprietários privados. Trata-se, portanto, de uma relação de natureza econômica, onde homens só existem enquanto proprietários de mercadorias.

Romero (2005), citando Rosdolsky, menciona que o que em essência modifica-se dos modos de produção que antecederam o capitalismo é que,

[...] o sobretrabalho era obtido diretamente pela violência (trabalho forçado direto), enquanto que no capitalismo o trabalho continua compulsório para a maioria da população, mas agora esse caráter obrigatório é mediado (e velado) pela troca de mercadorias (trabalho forçado mediado). (ROSDOLSKY *apud* ROMERO, 2005, p. 74)

Pela dificuldade em equiparar equivalentes na troca de mercadorias, a ação social histórica convencionou a eleição de uma mercadoria que funcionasse enquanto equivalente geral. Esta mercadoria passou a ser assim a “forma equivalente socialmente válida”, surgindo desse modo o dinheiro. Agora o produto do trabalho transformado em mercadoria, equivalente particular, completaria sua transformação no momento que se convertesse na mercadoria dinheiro.

Sendo todas as mercadorias meros equivalentes particulares do dinheiro e o dinheiro seu equivalente geral, elas se relacionam como mercadorias particulares em relação ao dinheiro, como a mercadoria geral. (MARX, 1983a, p.83)

De acordo com Marx (1983a), por mais que tal afirmação possa causar estranheza em um primeiro momento, ao se realizar uma análise da essência do processo, ficará evidente sua veracidade. E, deste modo,

será possível perceber que o “fetiche do dinheiro” nada mais é do que o “fetiche da mercadoria”, anteriormente mencionado.

Recobrando o exposto, em nossa sociedade, a sociedade capitalista, necessitamos vender algo que para nós tem apenas valor de troca para que possamos, com o dinheiro desta venda, adquirir mercadorias, para nós de utilidade direta, valor de uso. Temos assim o que Marx aponta como uma das fórmulas do sistema capitalista: Mercadoria – Dinheiro - Mercadoria (M-D-M). Em outras palavras, vendemos para comprar.

Do mesmo modo, Marx, apontando como meta imediata do capitalismo “o incessante movimento do ganho”, faz menção a outra fórmula do capital: Dinheiro – Mercadoria - Dinheiro (D-M-D). Essa fórmula ilustra, segundo o pensador, o que é o objetivo do capital no processo de acumulação: comprar para vender, ou melhor, comprar para vender mais caro.

Ao nos reportarmos à realidade, percebemos de imediato que no capitalismo os meios de subsistência humana, o que as pessoas precisam acessar para suprir suas necessidades básicas, são propriedade de uma ínfima minoria. Sendo a propriedade e a produção privadas, torna-se impossível que a apropriação do produto do trabalho social seja coletiva.

Na impossibilidade de permanecer no mercado como detentor dos meios de produção, já que estes se encontram concentrados nas mãos de poucos e, tendo necessidade de vender algo para adquirir o necessário para sobreviver, o trabalhador precisa então vender a única coisa de que é proprietário: sua força de trabalho¹⁴. Evidencia-se assim, que a força de trabalho no sistema capitalista não passa de mercadoria, igualmente sujeita as leis de mercado e barganha como qualquer outra. A força de trabalho, desta forma, caracteriza-se como valor de troca para o trabalhador e valor de uso para o capitalista.

Sobre o valor da força de trabalho, Marx assinala que, enquanto mercadoria, seguindo a lógica do sistema, seu valor é determinado pelo tempo de trabalho necessário à produção e também à sua reprodução. Corresponde ao tempo necessário para a produção dos meios de subsistência suficientes para manter o trabalhador em seu estado de vida normal. Para que seja possível a perpetuação da força de trabalho, isso

¹⁴ A força de trabalho ou capacidade de trabalho é o conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie (MARX, 1983a, p.139)

inclui a produção dos meios de subsistência dos substitutos, ou seja, dos filhos trabalhadores.

O limite mínimo do valor da força de trabalho, nesta lógica, é dado pelo valor de uma massa de mercadorias sem as quais seu portador, o trabalhador e sua família, não podem renovar seu processo de vida. Considerando a dinâmica do processo de trabalho, observa-se que o trabalhador adianta ao capital o valor de uso da força de trabalho, disponibilizando-a ao comprador, antes de receber o pagamento de seu preço.

O processo de trabalho, caracterizando-se como consumo da força de trabalho capitalista, em seu andamento evidencia duas características próprias. O trabalhador trabalha subordinado e controlado pelo capitalista a quem pertence seu trabalho e o produto, resultado final do trabalho, é propriedade do capitalista e não do produtor direto, o trabalhador. O processo de trabalho, neste sentido, é um “processo que ocorre entre coisas que o capitalista comprou e coisas que lhe pertencem” (MARX, 1983a, p.154).

Neste viés, a força de trabalho, separada dos “meios de produção”¹⁵, é responsável por um fenômeno que Marx categorizou em sua análise como “exploração”. Do processo de exploração resulta a mais-valia¹⁶, que se traduz na materialização do trabalho não pago ao trabalhador. É o que lhe é expropriado e apropriado pelo capitalista. O pensador expõe ainda que a mais-valia e a acumulação, resultantes desse excesso quantitativo de trabalho, o sobretabalho, correspondem ao objetivo final do processo de produção capitalista. Trata-se de um processo de estreitas conexões e engrenagens sincronizadas que, por meio da exploração do trabalho vivo, peça chave ao seu funcionamento, atinge seus fins.

Marx, em sua obra, utiliza a categoria “subsunção” no intuito de representar um processo histórico, uma vez que retrata estágios vivenciados pelo capital no seu processo de desenvolvimento. Uma vez

¹⁵ De acordo com Marx, o meio de produção ou mesmo “meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador coloca entre si mesmo e o objeto de trabalho e que lhe serve como condutor de sua atividade sobre esse objeto” (MARX, 1983a, p.150). Os meios de trabalho, além de mediadores do grau de desenvolvimento da força de trabalho humana são também indicadores das condições sociais nas quais se trabalha.

¹⁶ A mais-valia, categoria central na obra marxista, corresponde ao trabalho excedente, à diferença entre o valor produzido pelo trabalho e o valor despendido à sua manutenção. Consiste, dessa forma, no excedente, na objetivação do lucro pelo detentor do capital (MARX, 1983a).

subsumido pelo capital a partir do início da produção capitalista, o trabalho assim permanece, apesar de ser um processo que se desenrola de modo diferente, considerando os estágios de desenvolvimento do capital em cada território, os sistemas produtivos e a natureza da exploração. Para Romero, “a origem da subsunção, portanto, representa a emergência de novas relações de hegemonia e subordinação, caracterizada pela substituição das relações pessoais de dominação por relações mercantis de dominação[...]” (ROMERO, 2005, p.75)

Neste sentido, Marx (1985) sinaliza que a subsunção formal do trabalho ao capital existe a partir do momento em que se inicia a produção capitalista, no período denominado de manufatura. Ou seja, quando um capitalista, detentor dos meios de produção, coloca sob sua direção trabalhadores que a ele venderam sua força de trabalho, a qual o capitalista utilizará para valorizar o seu capital, mas ainda sem dominar o processo de trabalho. Neste viés, algumas características básicas que diferenciam a relação capitalista das demais relações estabelecidas são sinalizadas pelo pensador:

1) A relação puramente monetária entre aquele que se apropria do sobretrabalho e o que o fornece [...] não existe nenhuma relação política, fixada socialmente, de hegemonia e subordinação. 2) O que é inerente à primeira relação – caso contrário o operário não teria que vender a sua capacidade de trabalho – é que as suas condições objetivas de trabalho (meios de produção) e as suas condições subjetivas de trabalho (meios de subsistência), monopolizadas pelo aquisidor da sua capacidade de trabalho, se lhe opõem como capital. [...] O processo de trabalho, do ponto de vista tecnológico, efetua-se exatamente como antes, só que agora como processo de trabalho subordinado ao capital. (MARX, 1985, p. 94-95)

Desse modo, observa-se que uma relação de subsunção significa não apenas uma relação de subordinação, mas também uma relação de dependência do trabalhador frente ao capital, devido às suas necessidades de subsistência. A relação de produção capitalista diferencia-se, assim, de modos de produção anteriores, pois subjugava o trabalhador não como um ser humano, mas utiliza o produto do trabalho, seus meios de produção e de subsistência, para confrontá-lo. É uma relação entre coisas e não entre homens. Nas palavras de Marx, consiste em “relação coerciva que não se funda em relações pessoais de dominação e dependência, mas que brota simplesmente de diversas funções econômicas”. (MARX, 1985, p. 89)

Marx teoriza que na subsunção formal o processo de trabalho, apesar de subsumido ao capital, é fruto de uma modificação na forma social, que se torna capitalista. No entanto, o processo material de produção não se modifica. Ou seja, apesar do produto do trabalho apresentar-se ao trabalhador como algo que lhe é estranho, com o processo de trabalho não se dá o mesmo. O processo de trabalho, neste estágio de desenvolvimento do capital, ainda depende do trabalhador, de suas habilidades, uma vez que a execução continua artesanal e, portanto, dependente da força e habilidade, do trabalhador. O capitalista ainda não exerce nenhum domínio sobre o processo de trabalho, o qual depende inteiramente do saber operário.

Desse modo, sem alterar materialmente o processo de trabalho, a única forma de aumentar a da extração de mais-valia é prolongando a jornada de trabalho, extraindo apenas “mais-valia absoluta”. Deste modo, observa-se que a subsunção formal tem como característica essencial o fato de ter como base um modo de trabalho preexistente, com o mesmo patamar de desenvolvimento das forças produtivas, de modo que nessas condições, conforme sinaliza Marx:

[...] só se pode produzir mais-valia recorrendo ao *prolongamento do tempo de trabalho*, quer dizer, sob a forma de *mais-valia absoluta*. A esta modalidade, como forma única de produzir mais-valia, corresponde pois a *subsunção formal do trabalho ao capital*. (MARX, 1985, p. 90 – grifo do autor)

Enquanto não se modifica a natureza do processo de trabalho, o saber do operário e a base técnica artesanal se apresentam enquanto barreiras ao aumento de produtividade e, por conseqüência, à extração de mais-valia pelo capital. Apenas quando o processo de trabalho também passa a estar subsumido ao capital, alterar-se em seu conteúdo, pelo desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, (que nesta relação se desenvolvem enquanto forças produtivas do capital) é que temos o que Marx (1985) denomina de “subsunção real”.

A subsunção real plenamente desenvolvida se realiza quando as formas de trabalho também enfrentam o trabalhador como coisa e dele não mais dependem. Conforme teoriza Marx, a subsunção real é o processo no qual “desenvolvem-se as forças produtivas sociais do trabalho e, graças ao trabalho em grande escala, chega-se a aplicação da ciência e da maquinaria à produção imediata.” (MARX, 1985, p.105)

Com desenvolvimento da maquinaria e a grande indústria, o capital modifica não só a organização do elemento subjetivo do processo produtivo, a força de trabalho, mas também o elemento objetivo, os

meios de produção. O ritmo e escala de produção passam a ser ditados pelo trabalho morto e não mais pelo trabalho vivo e o trabalhador perde cada vez mais o domínio do processo produtivo, passa a ser um elemento supérfluo. Agora, não apenas o produto do trabalho configura-se enquanto algo estranho ao trabalhador, mas o próprio processo de trabalho se apresenta como algo que lhe é estranho e independente dele.

Neste estágio, podemos dizer que o modo de produção especificamente capitalista atinge sua configuração mais adequada. A subsunção real do trabalho ao capital se coloca de forma evidente, tornando-se possível a extração de “mais-valia relativa”: “A subsunção real do trabalho no capital desenvolve-se em todas aquelas formas que produzem mais-valia relativa, ao contrário da absoluta” (MARX, 1985, p. 104).

Desmistificar a forma de funcionamento do capital, em sua essência, é fundamental para que possamos localizar nosso lugar, enquanto trabalhadores, neste processo. Tal análise torna evidente a nossa impotência perante o sistema e a construção da história. A produção das nossas vidas não está em nossas mãos, não somos sujeitos do processo e sim peças da engrenagem e, apesar dos mecanismos de dominação tentarem de todas as formas nos persuadir do contrário, não temos opção de escolha. Desse modo, a condição necessária, fundamental, básica para ser sujeito passa pela tomada de consciência da condição de dominado e posteriormente pela eliminação de toda e qualquer forma de propriedade privada dos meios de produção coletiva. Para isso, faz-se essencial perceber que este sistema não é natural, imutável e eterno e sim uma construção social, humana, histórica, conforme no indica Marx:

A natureza não produz de um lado possuidores de dinheiro e de mercadorias e, de outro, meros possuidores das próprias forças de trabalho. Essa relação não faz parte da história natural, nem tampouco é social, comum a todos os períodos históricos. Ela mesma é evidentemente o resultado de um desenvolvimento histórico anterior, o produto de muitas revoluções econômicas, da decadência de toda uma série de formações mais antigas da produção social. (MARX, 1983a, p. 140)

Dando sequência à discussão, faremos um resgate das principais modificações históricas ocorridas no desenvolvimento da forma capitalista de produção, explicitando suas artimanhas no seu processo de recriação.

2.1.2. *Metamorfoses do trabalho na história e na contemporaneidade*

Conforme Nogueira (2006), na transição da fase pré-capitalista com advento da Revolução Industrial (ocorrida na Inglaterra entre 1770 e 1830) e a emergência das máquinas, o sistema capitalista, ao necessitar da “expansão da extração de mais-valia”, agregou crianças e mulheres ao processo, intensificando a exploração do trabalhador. A inserção de crianças e mulheres no espaço fabril neste momento histórico, segundo a autora, precarizou ainda mais as condições de vida e trabalho da classe trabalhadora, uma vez que foi acompanhada de uma significativa redução salarial e do aumento do “exército industrial de reserva”¹⁷.

No final do século XIX e início do século XX, o mundo vivenciou, dentro da esfera da produção capitalista, o que ficou conhecida como Segunda Revolução Industrial. Com o surgimento da eletricidade, a produção em série nas linhas de montagem proposta por Henry Ford, conhecida como “fordismo” e o método de administração científica fundamentado no conhecimento de Frederick Taylor, intitulado “taylorismo”, a produção industrial adquiriu um novo ritmo. Estes processos, de acordo com Nogueira (2006), não estavam apenas atrelados à produção em larga escala e ao controle do tempo de produção (cronometragem), mas também tinham como característica o “controle da vida privada do trabalhador”.

Ao lado das grandes fábricas foram edificadas vilas operárias, o que possibilitava o controle das ações do trabalhador, agora também em seu espaço reprodutivo, no âmbito familiar. A disseminação de novos preceitos éticos, de acordo com as discussões da autora, tinha por intuito a construção de um modelo rígido de família, de natureza monogâmica, que pudesse “domesticar os instintos sexuais do homem”. Tal intento possibilitaria atender aos anseios da produção capitalista, que necessitava de trabalhadores em seu nível de energia máximo para a realização da “atividade produtiva”.

¹⁷ “[...] população trabalhadora adicional relativamente supérflua ou subsidiária, ao menos no concernente às necessidades de aproveitamento do capital [...] se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo, essa superpopulação torna-se, por sua vez, a alavanca da acumulação do capitalista, até uma condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao Capital de maneira tão absoluta, como se ele o tivesse criado à sua própria custa.” (MARX, *apud* NOGUEIRA, 2006, p.166)

Considerando a propriedade do capital de se “recriar”, de tempos em tempos, perante crises cíclicas vivenciadas, na década de 1970 e mais, acentuadamente, nos anos 1980, segundo Antunes (1997), a esfera da produção começa a sofrer uma expressiva mutação. Tal transformação, seguindo a lógica, foi impulsionada por um conjunto de fatores: crise do padrão de produção fordista, queda das taxas de lucratividade e crescimento, somadas à crise do petróleo e modificações no cenário político internacional. Este impasse implicou a modificação da maneira de regulamentação do capital, sendo a “acumulação flexível” a forma encontrada pelo sistema para superar a nova crise e as contradições internas geradas por essa. É neste contexto que o modelo toyotista japonês de produção ganha espaço.

O Toyotismo caracteriza-se como um modo de organização da produção capitalista que teve como país de origem o Japão. Foi desenvolvido na fábrica de automóveis Toyota S. A., de onde deriva seu nome, após a Segunda Guerra, adquirindo projeção global a partir da década de 1970. A repercussão em esfera mundial, do modelo japonês, de acordo com Antunes(1997), ocorreu simultânea à revolução tecnológica, quando a microeletrônica, a robótica e automação se tornam elementos constantes no espaço fabril. De acordo com o autor, o modelo torna mais acentuada a exploração do trabalhador, possibilitando ao capital tornar mais intenso o ritmo produtivo, objetivando o aumento das taxas de lucratividade.

Neste sentido, percebemos como essencial, ao darmos sequência à discussão do trabalho, que tenhamos em mente as configurações assumidas por esse nos últimos anos e os reflexos concretos destas mutações nas relações de trabalho e na vida do trabalhador.

Conforme já apresentado, o contexto histórico indica que a questão do trabalho tem se apresentado de forma complexa. O sistema capitalista e sua forma de organização vem desde os primórdios da Revolução Industrial, viabilizando seu funcionamento em detrimento dos interesses da classe trabalhadora, o que tem feito do trabalho, para parcela significativa da população, algo associado a sofrimento.

Segundo Sorj (2000), as modificações no mundo do trabalho têm explicitado dificuldades de definir ou mesmo separar trabalho do “não-trabalho”. No entanto, a vida da maioria das pessoas continua atrelada à venda de seu tempo e habilidades ao mercado, em troca de um salário que possibilite sua sobrevivência. Neste sentido, a autora acredita que a percepção dos interesses continua sendo poderosamente moldada pelo “contexto estrutural da economia”.

A já mencionada alteração na forma de organização da produção e dos princípios que a regem trouxeram inúmeras modificações ao mundo do trabalho. Hoje, poucas são as indústrias que conservam grandes fábricas, com milhares de funcionários, pois foram e, continuam sendo, gradativamente, substituídas por empresas segmentadas ou unidades de produção. A produção tornou-se volátil, as empresas têm autonomia para deslocar-se pelo mundo buscando incentivos, isenções fiscais, menores níveis salariais, enfim, menores custos de produção e maiores lucros. Como vantagens desses novos arranjos, de acordo com Sorj (2000), empresas contabilizam, além dos menores custos de produção, a diminuição dos conflitos no ambiente de trabalho e produção, uma vez que os trabalhadores, agora distribuídos em diversas unidades e obrigados ao cumprimento de determinadas normatizações, já não conseguem organizar-se e mobilizar-se enquanto classe, uma vez que, segundo Gorz (2005), já nem se reconhecem como tal.

A expansão do setor dos serviços na atualidade enfoca outra realidade que é a diminuição da importância da indústria na economia. Neste setor o trabalhador passa a constituir-se como parte do serviço que é oferecido ao cliente. Características pessoais, como aparência física e cultura, bem como competências, passam a ser observadas como condições de empregabilidade. A exigência por constante qualificação profissional, polivalência, está presente neste contexto que sinaliza a passagem do trabalho que se utilizava da força para a utilização do conhecimento. Cada vez mais, o perfil de trabalhador exigido é aquele dotado de poder de criação, de racionalidade, requisitos que também passam a ser comercializados.

Ainda, tratando-se dos novos elementos na dinâmica das relações de trabalho, observa-se que estes põem fim à estabilidade, à carreira, o que Gorz (2005, s/p.) denomina “emprego integral e para a vida toda”. Neste contexto, “empregos permanentes” estão, a cada dia, mais restritos e são, gradativamente, substituídos pela pluralidade dos contratos de trabalho, por contratos de prestação de serviços, estabelecendo um vínculo cada vez menor da empresa com o empregado.

Estudos têm sinalizado que, através de novos arranjos, o capital procura formas de livrar-se de legislações sociais, em nome da permanência num mercado mundial e competitivo. Os trabalhadores que dependem do salário, de acordo com Gorz (2005, s/p.), devem ser

“constrangidos” pelo sistema a escolher entre precarização de suas condições de trabalho e o desemprego. O empresariado e os ideólogos do neoliberalismo¹⁸, dessa forma, “acusam” os empregados de custarem caro demais e os que não estão inseridos no mercado de trabalho de serem preguiçosos e pouco qualificados. A ideologia é disseminada de modo que os trabalhadores se vejam como rivais na disputa por empregos, cada vez mais raros, e os aceitem sob qualquer condição, enfraquecendo organizações sindicais e movimentos populares. Dessa forma, são deixados de lado movimentos de luta por uma sociedade equânime, distribuidora de renda, transformando-se uma questão coletiva em uma disputa meramente individual.

Neste sentido, Gorz considera que a terceirização, o trabalho autônomo, temporário, em domicílio, o aumento da flexibilidade e a precariedade no emprego, ao invés de diminuir o “peso” do trabalho na vida das pessoas, têm difundido sua presença em inúmeras esferas da vida que, anteriormente, eram vistas como separadas do trabalho.

Não há mais família nem nação que se mantenha. As pessoas passam, então, seu tempo a se venderem umas às outras. Elas são todas não apenas mercadores, mas mercadorias em busca de compradores. (GORZ, 2005, s/p).

Em consonância às colocações de Gorz, Antunes (1997), ao atentar ao contexto atual do mundo do trabalho, observa que a classe que deste sobrevive vem enfrentando, nos últimos anos, uma realidade ainda mais complexa que a que se desenvolvia no capitalismo industrial. Segundo o autor, a partir da década de 1970, com o processo de reestruturação produtiva, instauração do sistema *toyotista* de produção e da globalização, observa-se um expressivo crescimento do desemprego, da precarização das relações de trabalho e do trabalho informal. Os

¹⁸ O neoliberalismo consiste em uma nova fase do capitalismo, que se impôs a partir, especialmente, do começo dos anos 1980, onde forças presentes no contexto social revisitaram ideais liberais, dando-lhes nova roupagem. “O Neoliberalismo colocou suas amarras, assistiu-se, mesmo que em um primeiro momento, a quedas inflacionárias e aumento significativo nas taxas de lucro. O contraste aparece, quando esse aumento de lucratividade vem necessariamente acompanhado também do aumento efetivo do desemprego estrutural e baixas taxas de inflação aparecem escamoteando o caráter repressivo dado às reivindicações dos trabalhadores. As condições efetivas mostram-nos que o movimento neoliberal está inacabado, a desregulação econômica, o desemprego maciço, a repressão sindical, a redistribuição de renda em favor do capital e a própria “onda” de privatizações de bens públicos, vem colocar a América Latina como a terceira grande cena de experimentações neoliberais”. NETO, Altair Ferraz. Disponível em: <<http://www2.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/segundogepal/ALTAIR%20FERRAZ%20NETO.pdf>>. Acessado em: 07/07/2009.

trabalhadores passam a sofrer com a falta da estabilidade, com a constante ameaça do desemprego e com as severas exigências por produtividade, qualidade e cumprimento de metas nas organizações. Antunes pontua que esses elementos compõem uma “crise no mundo do trabalho”, que vem afetando, além da “materialidade” da classe trabalhadora, a sua condição de sujeito, seu modo de agir e de existir.

No limiar de um novo milênio, as mudanças ocorridas no modelo de estrutura que denominou o cenário industrial durante quase todo século vem causando profundas transformações no mundo do trabalho, afetando brutalmente a classe trabalhadora. Diante de uma situação de desemprego estrutural, a classe que vive do trabalho, tem não só sua materialidade, mas sua subjetividade atingida, impondo novas condições a sua forma de ser. (ANTUNES, 1997, p.15).

Neste cenário, o “desemprego estrutural”, caracterizado pela extinção permanente dos postos de trabalho, onde a força de trabalho é substituída no processo produtivo por artefatos tecnológicos, aparece como um dos principais retratos das condições mais desumanas de sobrevivência à que se encontram submetidos os trabalhadores. Evidencia assim a inerente contradição: de um lado a materialização histórica da concentração da riqueza socialmente produzida e de outro, a pauperização extrema.

Deste modo, ressalta-se que o capitalismo, na sua atual fase neoliberal,

Revela níveis decrescentes nas suas taxas históricas de crescimento econômico, descuida de seus sistemas produtivos em benefício do capital financeiro, utiliza indiscriminadamente as políticas monetaristas para tentar controlar os processos inflacionários e provoca uma expansão brutal do desemprego, do subemprego e da precariedade do trabalho (SOTELO VALENCIA, 2009, p. 19).

Conseqüentemente, o sistema de organização capitalista se desenvolve e dissemina sua ideologia, de modo a tornar objetivos centrais, como o lucro e o crescimento econômico, e, por fim, a acumulação, o fim de todas as ações propostas e desenvolvidas pela sociedade. A ideologia capitalista e, especialmente, os preceitos do modo de produção toyotista têm influenciado as mais diferentes instituições e organizações. Padrões de qualidade e produtividade vêm ditando a forma de organização de espaços públicos e privados. As

constantes exigências proferidas pela gestão têm trazido implicações à saúde e à vida dos trabalhadores dentro e foras das organizações.

Dentro deste processo da reestruturação produtiva, tendo em vista o foco deste estudo, pensamos ser essencial aprofundar o espaço que este processo abre para o aumento exponencial do trabalho informal e precário a partir da década de 1990. Tavares (2004) faz, em sua obra, uma crítica ao entendimento de vertentes teóricas sobre a informalidade. Ao contrário do que teóricos e organismos internacionais defendem, a autora se nega a conceber a economia informal como uma disfuncionalidade da economia. Nesse sentido, entende que o setor informal caracteriza-se, enquanto produto do processo de acumulação do capital, que cria e recria o tempo todo espaços para produção e reprodução do movimento de valorização do capital.

Na mesma direção Mota e Amaral (1998) abordam o processo de externalização da produção que se caracteriza como um dos princípios do modelo de acumulação flexível. Isto é, trata-se de uma nova forma de estruturar a produção, em que atividades que não se caracterizam como processo-fim da empresa deixam de fazer parte de sua estrutura interna. De acordo com as autoras, este processo é extremamente funcional ao capital, uma vez que transforma custos fixos em variáveis, delegando, por meio da terceirização a outras empresas ou trabalhadores, funções agora pagas por peça, pelo produto. Defeitos em produtos, absenteísmo, ociosidade, custos trabalhistas deixam de ser preocupações da empresa. Tais mecanismos estimulam a existência de trabalhadores autônomos, trabalho em domicílio e pequenas empresas prestadoras de serviços.

Motta e Amaral (1998, p. 34) defendem que “a externalização da produção não passa de uma nova forma de estruturação do trabalho abstrato” e que se apresenta ao trabalhador na sua forma aparente, trazendo uma ilusão de liberdade, da possibilidade de propriedade e igualdade. Deste modo,

O trabalhador se sente mais livre, porque agora não está mais preso a um sistema hierarquicamente organizado de exploração e opressão. Ele se sente como um cidadão, que trabalha no seu próprio local de produção (e às vezes de moradia), sem ninguém mais para vigiá-lo ou lhe dar ordens. Ele se sente patrão de si mesmo, dono do seu próprio negócio. Sente-se proprietário e igualmente livre, porque é ele que organiza o processo de trabalho e estabelece, por iniciativa própria, a duração de sua jornada de trabalho. E mais: na condição de vendedor do “trabalho objetivado”, sente-se um verdadeiro comerciante, parceiro

de seus antigos empregadores (TEIXEIRA, 1996, p.72 – grifo do autor).

Nesse sentido, conforme Mota e Amaral (1998, p.36), percebe-se que dentro deste processo os trabalhadores que se encontram excluídos do trabalho protegido, fisicamente distanciados do controle e da exploração direta deles - trabalhadores proprietários, livres e pseudoparceiros de seus antigos patrões -, possuem na sua autoexploração, na exploração de sua família e de outros trabalhadores desempregados, a principal fonte de produção de valor. Trata-se da revitalização de formas antigas de produção e exploração que, incorporando os novos processos produtivos, tornam-se funcionais ao capital.

A rigor, formas reatualizadas de exploração são consolidadas: amplia-se assim, o universo de constituição e reprodução do trabalho coletivo, porque agora o processo de trabalho pode ser realizado na fábrica, na rua, na residência ou nos centros sociais comunitários; de igual forma, amplia-se também a dimensão da subsunção real e formal do trabalho ao capital, com o auxílio de práticas consideradas libertárias do “despotismo da fábrica” e vitalizadoras da liberdade do indivíduo que continua explorado, mas se pensa livre. (MOTA e AMARAL, 1998, p.37 – grifo do autor).

Desta forma e tendo em mente que todos os homens estão subjugados à lógica da mercadoria, Tavares (2004) menciona que, na impossibilidade da venda de sua força de trabalho no mercado formal, a informalidade apresenta-se enquanto alternativa mascarada e fetichizada pelo capital. Trata-se assim de formas de trabalho ditas autônomas legitimadas pelo aparato jurídico do Estado, de que o capital faz uso para descaracterizar relações de trabalho. Tais modificações acabam por redefinir as relações de produção e o modo como os trabalhadores se inserem neste processo. Levando em conta o mote da acumulação flexível, que caracteriza o toyotismo, este processo também se torna flexível.

Empiricamente é possível observar que as fronteiras entre formal e informal são cada vez mais tênues. Entretanto apesar das teses dualistas se mostrarem insuficientes para explicar a realidade, organismos financeiros e governamentais ainda insistem na dicotomia, distinguindo o atrasado do desenvolvido, como se estes não fossem parte da mesma organização produtiva. Esta pesquisa esclarece que formal e informal coexistem na mesma unidade, e que,

nesta era da acumulação flexível, o trabalho informal, longe de ser suplementar ou intersticial, tende a ser cada vez mais incorporado pelo núcleo capitalista. (TAVARES, 2004, p.16).

Neste viés, o trabalho antes assalariado é transformado em trabalho autônomo ou em pequena empresa. “Com esse simples artifício a relação empregado/ empregador é metamorfoseada numa negociação entre agentes econômicos que se encontram em iguais condições na esfera da circulação de mercadorias” (TAVARES, 2004, p.17). Esta igualdade de condições, no entanto, apresenta-se apenas no nível da aparência, mascarando uma relação de trabalho.

Avoluma-se o número de cooperativas, empresas familiares rurais e urbanas, trabalho domiciliar, que configuram uma rede externalizada e flexível da produção, que tem por intuito ocultar a exploração do trabalho articulada à exploração capitalista. De acordo com a autora,

Essas formas de trabalho, comumente identificadas com a independência, a autonomia e a ação espontânea, promovem, ao contrário, mecanismos pelos quais os trabalhadores exploram a sua própria força de trabalho para o capital e se deixam ser lesados nos seus direitos fundamentais. (TAVARES, 2004 p. 18)

[...]a descentralização produtiva se constitui no meio mais adequado à exploração da força de trabalho, pois cria no trabalhador a ilusão de que a posse dos meros instrumentos de trabalho, uma boa idéia e alguns atributos da natureza subjetiva são suficientes para que todos se tornem agentes econômicos capazes de confrontar o mercado em condições iguais.” (Idem, p. 20)

A autora menciona que, por meio destas artimanhas, o capital oferece à classe trabalhadora a possibilidade de se tornar patrão, o que obviamente não a coloca na condição de capitalista, mas que, diante da ideologia progressista da sociedade capitalista, carrega em si um fascínio/fetice exacerbado. A exploração a que estão submetidas estas formas de trabalho consideradas independentes evidencia a ilusão desta suposta autonomia. É importante salientar que não se trata do surgimento de novas relações e formas de organizar o trabalho, mas do que Tavares denomina de “reemergência de formas empregadas no início do capitalismo”. A extração da mais-valia está presente quase que na totalidade destas relações, no entanto, está mascarada na possibilidade de eliminar a diferença fundamental entre capital e trabalho. Nesse sentido, a autora menciona que:

[...] os fenômenos novos, resultantes do processo de flexibilização, em nada modificam a contradição capital-trabalho, apenas são criadas formas para que a dinâmica capitalista possa continuar se movendo dentro dos próprios limites (TAVARES, 2004, p.24).

Conforme já mencionado, o Estado possui um papel fundamental neste processo, tendo em vista que, por meio de reformas, especialmente no campo do direito do trabalho, viabiliza ao capital um aparato jurídico que, ao contrário de garantir proteção ao trabalhador, ocupa-se de “legalizar relações fraudulentas e impor uma redobrada submissão do trabalho ao capital.” Isso evidencia o que historicamente esteve presente na sociedade capitalista: o Estado à disposição do Capital (TAVARES, 2004, p.25).

2.2. Formas arcaicas de produção e exploração

2.2.1 *Subproletarização/ Superexploração do trabalho*

Martins (2009), ao tratar da categoria *superexploração*, faz referência a Ruy Mauro Marini, ao mencionar que o modo de produção capitalista se alicerça em “duas grandes formas de exploração”: o aumento da força produtiva do trabalho e maior exploração do trabalhador. O aumento das forças produtivas consiste no aumento da produção de mercadorias, sem que para isso seja necessário o aumento da quantidade de força de trabalho, ou seja, mais produção com o mesmo gasto de força de trabalho. Em contrapartida, a maior exploração do trabalhador caracteriza-se por três processos: o aumento da jornada de trabalho, a maior intensidade de trabalho e redução do valor da força de trabalho do trabalhador, levando o consumo a níveis mínimos. Os três processos citados poderiam atuar de forma isolada ou combinada e corresponderiam à superexploração do trabalhador.

Ao tratar da superexploração Marini (2005) refere-se a uma condição inerente a países dependentes e, neste caso, a configuração econômica da América Latina, foco de seu estudo, o que não impede que, ressalvadas as particularidades/ condicionalidades históricas, esta categoria seja utilizada para explicar aspectos da realidade de outras economias periféricas. Dependência, na análise do autor, caracteriza uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes,

onde a produção dos países subordinados é controlada de tal maneira que garanta a perpetuação dessa condição e é conduzida de modo organicamente vinculado à economia dos países avançados.

Segundo estudos do autor, a dependência é garantida em virtude de uma divisão internacional do trabalho que passa a vigorar nos países periféricos a partir da sua inserção no mercado global de acumulação capitalista. Nesse contexto, os países latino-americanos se inserem como produtores de bens primários, de custo muito mais baixo do que os produtos produzidos pelos países centrais, de modo que se estabelece o que Marini (2005) vai referenciar como intercâmbio desigual, ou seja, no mecanismo econômico baseado na dinâmica importação-exportação, a burguesia local tem uma perda de valor que precisa ser compensada por meio de uma maior exploração da classe trabalhadora na periferia.

Trata-se de uma perspectiva que parte do entendimento da acumulação em escala global através da estruturação da dependência enquanto mecanismo essencial de apropriação do capital. A exploração do trabalho na América Latina, portanto, desempenha uma funcionalidade dual: transforma as relações sociais no interior dos países centrais, haja vista que os produtos alimentícios são fornecidos pelos países periféricos e permitem manter determinado nível de salários aos trabalhadores daqueles países, compensando as perdas, próprias do intercâmbio desigual na relação com as economias centrais, a partir da “superexploração da força de trabalho” caracterizada principalmente pelo pagamento de um salário que sequer repõe as forças gastas pelo trabalhador no ambiente de trabalho (TRASPADINI e STEDILE, 2005).

Nesse sentido, Traspadini e Stedile (2005) analisam que na periferia, diferentemente do que ocorre nos países centrais no qual são tidos como consumidores, os trabalhadores latino-americanos sequer se tornaram sujeitos de consumo. Sendo assim, enquanto a América Latina visa produzir para satisfazer as demandas por super lucros impostas pelo mercado externo, compensando perdas do mercado interno, os países centrais se voltam para o desenvolvimento de relações comerciais desiguais que favoreçam a ampliação de seu mercado e da hegemonia internacional.

Sotelo Valencia (2009), referenciando os estudos de Marini, analisa que, considerando as dificuldades encontradas pelo capitalismo na produção de valor, este necessita buscar formas de ressarcir suas perdas, recorrendo para tal ao processo de superexploração da força de trabalho. Trata-se, portanto, da intensificação do processo de exploração, levado ao limite.

Segundo estudos recentes de Sotelo Valencia (2009), a superexploração, antes relegada às economias periféricas, conforme teoriza Marini, na contemporaneidade tem se apresentado também nos países centrais e economias desenvolvidas. Desse modo, o autor acredita que o capital, em sua atual etapa de mundialização, possui, enquanto objetivo estratégico, a incorporação e disseminação do regime de superexploração para o conjunto do sistema. O autor acredita que, no momento econômico que vivencia o mundo, a grande maioria da classe trabalhadora está, ou tende a ser, submetida à precarização do trabalho e à gradativa degradação das condições de vida e trabalho.

Antunes (1997), por sua vez, ao discutir as metamorfoses do mundo do trabalho, aponta para a “subproletarização do trabalho” no intuito de designar uma tendência da precarização da força de trabalho no capitalismo contemporâneo. Por “subproletarização” entende as “formas de trabalho precário, parcial, temporário, subcontratado, ‘terceirizado’, vinculados à ‘economia informal’, entre tantas modalidades existentes” (ANTUNES, 1997, p. 44 – grifos do autor). Versa, ainda, que estas diversas categorias de trabalhadores compartilham da precariedade do trabalho e da remuneração, da desregulamentação das condições de trabalho, da supressão dos direitos sociais, além da ausência de proteção e representação sindical.

De acordo com seus estudos, algumas tendências se evidenciam, além do aumento das formas de “subproletarização”, um mecanismo também muito utilizado pelos mercados de trabalho na atualidade, qual seja, “reduzir o número de trabalhadores ‘centrais’ e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos” (ANTUNES, 1997, p. 44 – grifo do autor), bem como a desproletarização relativa do trabalho industrial¹⁹ e da incorporação subalternizada da força de trabalho feminina. Nos termos do autor:

[...]essas diversas categorias de trabalhadores tem em comum a precariedade do emprego e da remuneração;a desregulamentação das condições de trabalho em relação às normas legais vigentes ou acordadas e a conseqüente regressão dos direitos sociais, bem a como a ausência de proteção e expressão sindicais, configurando uma tendência

¹⁹ Outro aspecto que o autor apresenta quanto à múltipla processualidade do mundo do trabalho é a *desproletarização do trabalho industrial*. Esta categoria se refere à diminuição da classe operária industrial tradicional no países capitalistas industrializados, e com maior ou menor repercussão nos países do *Terceiro Mundo*.

a individualização extrema da relação salarial (ANTUNES,1997, p. 44).

Observa-se, assim, que muitas das características expressas pelo autor também podem ser visualizadas nas relações estabelecidas entre a empresa pesquisada e os produtores integrados.

2.2.2 A manufatura x trabalho em domicílio: a relação com a agricultura familiar e a produção integrada de aves

No decorrer da pesquisa, percebemos que, para que fosse possível discutir qualquer questão a respeito da integração, seria necessário analisar primeiro a natureza contratual bem como o próprio modelo de produção. Nas entrevistas realizadas, no meio social, no discurso da empresa, na literatura, o modelo é sintetizado pela palavra “parceria”. Não nos satisfazendo com tal denominação, por toda carga ideológica e mercadológica que tal categoria ostenta na atualidade, bem como pelo que lemos e conhecemos durante a pesquisa sobre o sistema de integração, propomos-nos a estudar os complexos elementos que compõem tal modelo.

De acordo com o dicionário²⁰, o vocábulo *parceria* significa a “reunião de indivíduos para alcançar um objetivo comum; sociedade”. Da mesma forma, entende-se por *parceiro* (derivação de parceria), “aquele que está no mesmo nível; associado”.

Partindo disso, cabe ressaltar que todos os entrevistados mencionam a existência de um “contrato de parceria” com a empresa. Nesse constam diversas informações que versam como se dará a relação entre as partes, objeto do mesmo, obrigações, normas técnicas, resultados esperados, pagamento. Considerando a definição do termo parceria acima mencionada, temos a compreensão que as cláusulas contratuais teriam de necessariamente ser definidas em conjunto entre os ditos parceiros que, no caso em discussão, são produtor e empresa. No entanto, todos os entrevistados são enfáticos ao afirmarem que não participam e nem nunca participaram da elaboração de tal documento, sendo que todas as cláusulas incluindo normas técnicas, forma do cálculo de pagamento são estabelecidas unilateralmente pela empresa.

²⁰ Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=parceria>. Acesso em 08/11/2010.

Nos relatos, todos os 10 produtores entrevistados demonstraram o desconhecimento das cláusulas contratuais e submissão ao que é imposto pela empresa. Seguem abaixo os depoimentos:

[...] a gente dá uma lida, mas a gente já não entende muito as coisas que tem lá (contrato). Hoje no contrato se vai olhar, até a gente teve uma reunião aí, saiu uma daquelas reuniões até que tá dentro da audiência da avicultura, mas hoje o contrato é noventa por cento pra empresa e sobra pra nós lá muito pouco, mais benefício pra empresa que pra gente. Acredito que uma hora dessa deve melhorar, mais o contrato na verdade pra nós ele é mais obrigação pra nós, nós temos mais compromissos e obrigação com a empresa, agora para o nosso benefício é zero. (NILSON)

Eu ainda tenho o contrato assinado. Se tu lê todo o contrato, tu não vai trabalhar nunca com a Empresa porque é muita exigência, bastante. [...] as principais (exigências) a gente conhece, porque tu não tem outro ramo, tu quase se obriga a trabalhar nisso, as exigência que tem, mais ou menos tu vai cumpri. (MIGUEL)

É impossível ler o contrato, letrinha pequena e um livro enorme, alguma coisa a gente lia, aquelas que mais interessavam, mas o contrato deles é impossível a gente ler, só se o cara for doente que nem aqueles que leem a Bíblia. Se tu lê o contrato, tu não assina. (AVELINO)

Realmente o contrato a Empresa que fez, as cláusulas que nós lemos, mais ou menos o que a gente vê, eu não tenho aquele estudo pra entender todas elas, mas mais ou menos tá dentro do que a gente vê que acontece. (CLAUDIO)

O contrato é um punhado de folhas que a gente nem chegou a ler tudo, a gente confiou nos técnicos, nos mandante lá. (MARIA)

Tem contrato sim. Tudo especificado. Às vezes são um pouco confusas (as cláusulas) de entender, quem faz essas cláusulas é a própria Empresa. Se é vantajoso eu não sei não, mas para a Empresa é. Praticamente ela que escolhe o quê que a gente tem que fazer, ela não senta com o produtor e diz assim: - Não, nós vamos mudar isso e isso, é uma coisa que vem lá de cima, da Empresa, que ela decide lá e repassa pra nós e nós temos que acatar. (JOÃO)

O quê que eu vou te dizer, é que eu não sei se é vantajosa porque o contrato é contrato, não foi a gente que fez, mas eu acho que não tem problema nenhum porque eu acho que

tanto nós temos os nossos direitos e eles também pelo contrato. (INÊS)

O avicultor, ele nem lembra desses contratos. Ele tá lá viu, eles explicam lá, mas o contrato é feito, tá ali o contrato é nós com a firma. (PEDRO)

É, eles apresentaram o contrato pra nós, mas é aquela história, depois que tu fez, não tem mais como tu sair. Vai fazer o quê com tudo isso aí parado, um caminhão, você pega um caminhão, bota uma carroceria pra puxá milho, bota um graneleiro prá puxa ração, bota uma caçamba em cima pra puxa terra. Aviário é aviário, não tem o que tu fazer. Daí tu pára e daí parado você gasta, estraga muito mais, do que tu trabalhando, a depreciação dele parado é enorme, porque deprecia da noite pro dia, e tu trabalhando até que não deprecia tanto o investimento. (JOSÉ)

Ah, meu filho leu, leu o contrato antigo, o meu filho, eu só com os óculos pra mim enxergá bem, daí eu nem li. Mas meu filho leu, ele que administra, ele que cuida, e ele leu, ele disse não é muito bom porque tem responsabilidades sobre esse contrato, mas daí foi assinado e temos assim [...]. Não sei se é uma boa ou não é uma boa nós não ter contrato de parceria porque na verdade nós somos integrados, respeitamos, é a mesma coisa que antes. (JOANA)

A empresa determina, por meio de normatizações, algumas contidas no contrato e outras repassadas apenas verbalmente pelos técnicos que visitam/fiscalizam a propriedade, o modo como as aves devem ser criadas, quando será o apanhe, as normas sanitárias, que seguidamente acabam por extrapolar o próprio objeto do contrato interferindo diretamente na vida do produtor e da sua família. Nesse sentido, torna-se evidente que a empresa ocupa uma posição privilegiada nesta relação, na qual é explícita a condição de subordinação dos produtores integrados. Acreditamos que este argumento por si só coloca por terra a figura jurídica da “parceria”.

Conforme já mencionado, uma das definições do vocábulo “parceiro”, de onde deriva a palavra parceria, sinaliza: “partes em igualdade que estão no mesmo nível de condições”. Neste sentido é importante lembrar que a empresa em questão, a Sadia S.A., consiste em uma das maiores empresas da América Latina e, concretizando-se sua fusão com a Perdigão, que faz surgir o grupo Brasil Foods – BRF, tornar-se-á um dos maiores conglomerados empresariais do mundo. O poderio econômico e abrangência da empresa são evidentes, o que gera,

sem sombra de dúvidas, uma relação de desequilíbrio para com a outra parte, os produtores integrados. Isso reforça nosso argumento da impossibilidade da relação entre integrado e empresa ser considerada uma parceria.

Refletindo sobre o contrato e os elementos das entrevistas que realizamos, observamos que a responsabilidade pelos meios de produção na integração de aves é dividida. No entanto, esta divisão nos parece díspare, tendo em vista que os produtores nos relatam que tudo o que lhes é fornecido, pintos, ração, medicamentos, transporte é descontado no momento da entrega da produção, conforme explicitado nos relatos a seguir:

A empresa fornece a ração, os pintinhos, o medicamento e a minha obrigação é cuidar, é manter o lote, procurar fazer o melhor, a mão de obra, essas coisas aí. Lenha, luz, maravalha, isso aí depende tudo de nós. A empresa, ela fornece os pintos, fornece a ração lógico, no fim do lote ela cobra por isso, ela não dá de graça, ela cobra. [...] na verdade ela entra com isso aí, o medicamento que precisar. O galpão é por nossa conta, a empresa hoje, ela não ajuda nada dentro do galpão, que quanto ao galpão aí é o avicultor que tem que arcar com o valor, a empresa não ajuda nada. (NILSON)

A responsabilidade da Empresa é trazer as aves, deixar dentro da granja, fornecer ração, medicamento, técnico prá dar assistência, pra nós poder vê o serviço que precisamos fazer dentro da Empresa. O nosso é o manejo, o galpão, a manutenção e caprichar dentro das granjas. O nosso dever é esse aí, manter tudo em dia. [...] a empresa fornece tudo, depois na entrega do lote, no acerto do lote, a Empresa desconta o valor. (CLAUDIO)

Nós temos que dar duro, tem que manter, tem que entregar os lotes bons. Se tem uns meio machucados eles não querem. Antigamente não, carregavam todos, o que era prá ir. Se tem um que tá com uma perna torta não passa, pode tá bonita a ave, só que se tá com algum problema não vai. Pra inicial eles mandam tudo, mandam peruzinho, mandam ração, mandam tudo, medicamento se for o caso, vem tudo para o lote. Daí depois na hora do acerto daí é que descontam as coisas. [...] durante o lote não custa dinheiro, só que na hora do acerto daí é descontado a ração e tudo. (MARIA)

A conta final, o valor a ser recebido é sempre um enigma para o produtor. Os entrevistados mencionam que esta se baseia no processo de “conversão”, que eles dizem ser o quantitativo de ração para o peso de frango produzido. No entanto, nos relatos, bem como na observação do contrato, percebe-se que esta conta é na verdade muito mais complexa do que uma operação matemática simples, de modo que o produtor nunca pode prever ao certo quanto irá receber na entrega do lote.

De acordo com o relato de João,

A conversão é a quantia de ração que se usa prá produzir um kg de carne de peru. A conversão alimentar que eles falam é o que você usa prá produzir, é a ração que você usa prá produzir. Um kg de ração, quanto menos de ração eles comer/consumir e ganhar mais peso melhor seria a conversão e você passa a ganhar mais. E quanto menos peso eles ganharem por mais ração aí o nosso lucro final diminui. Aumenta os gastos prá produzir o lote, aumenta o custo e diminui a renda [...] Ele (pagamento) é feito, ele tem várias funções, o peso médio que atinge, a conversão alimentar, a mortalidade dessas aves, isso aí é lógico que se for que morrer bastantes aves é lógico que vai, tudo, é um processo que vai gradativamente vai cair a tua renda também. Ao passo que se tu tiver um lote com a conversão boa, com a mortalidade menor, e com um bom ganho de peso, o resultado é melhor. (JOÃO)

Pedro, quando fala em remuneração, também a relaciona com a conversão²¹, mas denuncia outros tantos elementos que tornam a remuneração a ser recebida pelo produtor algo impreciso, cuja lógica ainda é um mistério para eles:

[...] nós entregamos 70 mil kg de carne, eles cobram tudo de nós, mais adiante sobra lá 7 ou 8 mil kg, ali é que eles descontam o frete de ração e todo o resto. Não sei o que eles fazem com a renda, é tudo, eles dividem entre todos os avicultores, por exemplo, se vier uma carga a mais de ração não é cobrada nossa, pelo que eles colocam, é tudo junto, é uma média. Esses dias fui lá na expedição ver a nota, é uma renda absurda para o que eu ganho, só que aí depois entra tudo que tem que descontar. Toda aquela ração que tem ali,

²¹ O índice de conversão alimentar é calculado tendo por base o quantitativo de ração necessário para produzir um kg de carne. É uma fórmula que tem o intuito de avaliar o desempenho produtivo e é um dos componentes utilizados na fórmula de pagamento dos avicultores integrados.

eles pagam tudo lá, mas depois descontam, desconta imposto assim.[...] Quando nós começamos a criação, eles ofereceram pra nós uma porcentagem maior, no início nós ganhava dez por cento a mais, fora os preços que eu te falei, então eles falam: - Se tu investir no aviário nós te damos 10%, tu já sai ganhando do avicultor que não investiu. Esse ano que passou eles falam assim:- Quem cercar o aviário, vai ganhar mais. Vai ganhar 25% a mais quem tem piso no aviário, aí você vai fazer piso no aviário. Vai ganhar 30% a 35% a mais. Então se nós ganhamos isso ou não, fica com o avicultor, que tem gente aí que tem aviário que tirou o primeiro lugar em fevereiro, que não tem nem cercado. Quem que vai dizer, se eu to ganhando aqueles 25% a mais na folha, no final? Às vezes tem gente ali, o cara que nem agora, não tá nem cercado o aviário e tirou o primeiro lugar do mês, o nosso e outros ali que tá tudo cercado, não ganhou. (PEDRO)

Cláudio, por sua vez, denuncia a influência do “mercado” no processo de remuneração, sendo que a remuneração do produtor estaria à mercê das oscilações e de toda a especulação financeira que o envolve. Vejamos o que ele comenta:

Quando o mercado está bom, você é valorizado, quando o mercado não tá bom, eles jogam toda a responsabilidade da produção em cima de quem produz. O produtor vai arcar com o resultado da renda baixa, vai ficar sem alojar aves no aviário e o investimento que tu for fazer, você vai ter que assumir perante o banco, e o banco te cobra. (CLAUDIO)

O produtor Avelino, também nos traz elementos que reforçam nossa linha de análise:

[...]o sistema deles, o sistema deles de paga.... Um lote tu vai mais ou menos, tira bem, daí no outro lote eles te arrumam um calo de pata, te descontam mil e pouco, dois mil, coisa que não existe, tu traz tudo que é feito, então tu espera. Eles - ah não, o teu lote é um dos melhores - um dos melhores, mas descontaram mil e setecentos (1.700,00) em cinco, seis mil. Eles não contam esses mil e setecentos (1.700,00) quando vão para o Sindicato mostrar os resultados. Então eles arrumam uns descontos depois. Aí vai para o Sindicato vai para a reunião, aí aparece: - Não - ele tá tirando, lá tá ótimo, lá ele tá tirando cinco mil - aí vem o desconto de calo de pata, mais desconto disso, desconto daquilo, que é coisa que tu não sabe, que eles arrumam na hora como eles querem. (AVELINO)

Segundo Orlando, como o integrado desconhece o padrão técnico da fórmula de pagamento, bem como dos índices técnicos que a definiram, ele “não possui condições de avaliar a proposta do contrato ou prever qualquer resultado financeiro” (ORLANDO, 1994, p. 208). Citando Rizzi, o autor menciona que, no sistema de produção integrada, as integradoras possuem a posição privilegiada de definir as “regras do jogo”, tendo em vista que:

O capital industrial exerce o poder de determinar e deixar estabilizado excedente monetário ao produtor, sempre dentro de uma faixa que não comprometa a acumulação do complexo avícola em que se encontra como agente que desencadeia e comanda todo o processo. (RIZZI *apud* ORLANDO, 1994, p.195)

Não tendo poder de estabelecer preço do produto de seu trabalho e nem sequer a quem vendê-lo; não podendo escolher onde, de quem e a que preço irá adquirir os insumos necessários à produção, poderia o produtor ser considerado dono de um negócio? Parece-nos certo que não.

Por outro lado, ao buscarmos as fontes e referências da teoria crítica, este produtor, pela ausência da relação de assalariamento e por serem suas as instalações onde se dá a produção, sendo detentor assim de parte dos meios de produção, em tese, também não seria considerado trabalhador.

2.2.2.1 O trabalho em domicílio como forma de extração de mais-valia pelo capital

A leitura da obra “O capital” de Karl Marx, bem como o contato com a legislação jurídica nos faz levantar uma hipótese, um caminho teórico na tentativa de elucidar tal impasse. Ao lermos o capítulo que trata da manufatura, observamos que Marx descreve como uma das características deste momento da história a utilização do trabalho em domicílio, pelo capital.

Torna-se pertinente a realização de breve resgate histórico sobre a forma de organização do trabalho antes, durante e após o período manufatureiro. Sendo assim, a história sinaliza o artesanato, primeira forma de produção industrial. Este surgiu no fim da Idade Média com o renascimento comercial e urbano, caracterizando-se pela produção independente. Nessa forma de produção, o produtor detinha os meios de produção: instalações, ferramentas e a matéria-prima a ser trabalhada.

No domicílio, sozinho ou com a família, o artesão realizava todas as etapas da produção.

A ampliação do consumo trouxe a necessidade do aumento da produção. Dessa necessidade surge a Manufatura. De acordo com Marx (1983a), a manufatura foi uma forma característica do processo de produção que predominou do século XVI até o século XVIII. Caracterizava-se, em essência, pela cooperação baseada na divisão do trabalho.

Conforme discorre Marx (1983a), a origem da manufatura se dá de modo duplo. Em um primeiro plano trabalhadores de ofícios diversos, autônomos, responsáveis pela produção de partes de um produto são reunidos em uma oficina pelo mesmo capitalista. Tratava-se assim da combinação de ofícios autônomos sob o comando do mesmo capital. No outro plano, passa a ocorrer a reunião de artesãos cujo trabalho ou produto a ser produzido é o mesmo ou no máximo muito similar, quando então produz por inteiro a mercadoria, executando todas as operações que exige a sua fabricação.

Neste viés, o pensador observa que o trabalhador continua a produzir, de acordo com seu antigo ofício de artesão, no entanto existe a concentração de trabalhadores e o trabalho é realizado de modo simultâneo. Marx então menciona ser neste momento que se dá a divisão sistemática do trabalho que, com o passar do tempo, consolida-se e aprofunda-se com a chegada da maquinaria. O que o artesão produz não é mais um produto individual e sim um produto social, que engloba o trabalho de muitos artífices.

Conforme sinaliza Marx (1983a, p.268), qualquer que seja a forma pela qual a manufatura se apresente, a “sua figura final é a mesma – um mecanismo de produção, cujos órgãos são seres humanos.” Este mecanismo seria aprimorado historicamente com a chegada da maquinaria, que levaria ao extremo a divisão do trabalho. Para Marx, a divisão do trabalho dentro da manufatura é divisão do trabalho dentro da sociedade.

A economia política, que só aparece como ciência própria no período manufatureiro, considera a divisão social do trabalho exclusivamente do ponto de vista da divisão manufatureira do trabalho como um meio de produzir com o mesmo *quantum* de trabalho mais mercadorias, portanto para baratear as mercadorias e acelerar a acumulação do capital. (MARX, 1983a, p.286)

Entretanto, a posição desses trabalhadores detalhistas que trabalham a domicílio, para um capitalista é inteiramente

diferente da do artífice independente que trabalha para os seus próprios clientes. (Idem, p.272)

O pensador sinaliza assim que a habilidade artesanal continua a ser a base da manufatura e que o mecanismo global que nela funciona não possui nenhum esqueleto objetivo independente dos próprios trabalhadores, o capital luta constantemente com a insubordinação dos trabalhadores.

Ainda sobre a manufatura, e neste ponto chegamos à nossa questão central, Marx (1983a) menciona que, por um dado período, o manufatureiro distribuía a matéria-prima e o artesão trabalhava em casa, recebendo pagamento combinado, o que Marx já denominava como trabalho em domicílio. O trabalho em domicílio pode ser considerado a primeira forma histórica de organização social do trabalho. Surge no domínio familiar, destinado essencialmente ao atendimento das necessidades do seu grupo. O produto se desenvolve dentro do círculo social familiar e a força de trabalho utilizada é a dos membros, incluindo crianças. Para Marx (1983b, p.74), o trabalho domiciliar consiste em “uma esfera de exploração do capital construída na retaguarda da grande indústria”.

[...] os trabalhos parciais podem mesmo ser executados como ofícios independentes entre si, como no Cantão de Waadt e Neuchâtel, enquanto em Genebra, por exemplo, existem grandes manufaturas de relógios, isto é, realiza-se a cooperação direta dos trabalhadores parciais sob o comando de um capital. Também no último caso, mostrador, mola e caixa são raramente feitos na própria manufatura. A empresa manufatureira combinada aqui é lucrativa apenas sob condições excepcionais, pois a concorrência entre os trabalhadores, que querem trabalhar em casa, é a maior possível, o fracionamento da produção em numerosos processos heterogêneos permite pouco emprego dos meios coletivos de trabalho e o capitalista com a fabricação dispersa poupa as despesas com os edifícios fabris, etc. (MARX, 1983a, p.272)

E complementa,

A exploração de forças de trabalho baratas e imaturas torna-se, na manufatura moderna, mais desavergonhada do que na fábrica propriamente dita [...] Ela se torna ainda mais desavergonhada no assim chamado trabalho domiciliar do que na manufatura, porque a capacidade de resistência dos trabalhadores diminui com a sua dispersão. (MARX, 1983b, p. 72)

Continuando com Marx,

Não é, no entanto, o abuso do poder paterno que acarretou a exploração direta ou indireta de forças de trabalho imaturas pelo capital, mas pelo contrário, é o modo de exploração capitalista, que fez do poder paterno, ao suprimir sua correspondente base econômica, um abuso. (Idem, p. 91)

A autora Tavares também corrobora com as nossas análises ao afirmar em seu livro “Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização” que:

Neste contexto, o que é visível no que se refere ao núcleo familiar é o modo como, oportunisticamente, o capital tira proveito da lógica familiar de exploração. Ao transformar o trabalhador em patrão, substitui o contrato individual de trabalho, expressão jurídica da igualdade, pela ilusão de propriedade, com o que submete o indivíduo e os seus familiares aos imperativos da exploração capitalista sem os desagradáveis custos sociais da proteção ao trabalho. (TAVARES, 2004 p. 202)

Retornando com Marx,

Essa assim chamada indústria domiciliar nada tem em comum, exceto o nome, com a antiga, que pressupõe o artesanato urbano independente, economia camponesa autônoma e, antes de tudo, uma casa da família trabalhadora. Ela está agora transformada no departamento externo, da manufatura ou da grande loja. Ao lado dos trabalhadores fabris, dos trabalhadores manufatureiros e dos artesãos, que concentra espacialmente em grandes massas e comanda diretamente, o capital movimenta, por fios invisíveis, outro exército de trabalhadores domiciliares espalhados pela grande cidade e pela zona rural. (MARX, 1983b, p.71)

Nessa mesma direção de pensamento, Mota e Amaral mencionam a existência de um “conjunto de intervenções na esfera privada que, enquanto modalidade de mercantilização do trabalho doméstico, afetam diretamente a estruturação e dinâmica de famílias, tanto no meio urbano, como no rural”. (MOTA e AMARAL, 1998, p. 40)

Continuando a digressão histórica com relação ao trabalho em domicílio e das condições que estimularam sua ocorrência, a depender do período, destacamos que a expansão da indústria na Europa no século XVIII teve significativa cooperação do sistema de produção doméstica. Os trabalhadores, que antes desenvolviam seu trabalho de modo independente e artesanal, trabalhavam a matéria-prima em suas próprias

casas, com ferramentas próprias ou alugadas. Recebiam a matéria-prima, realizavam o trabalho e entregavam de volta aos mercadores. Tratava-se, portanto, de modelo ainda pré-industrial, que constituiu um primeiro momento na produção capitalista e que, no entanto, em maior ou menor intensidade sobreviveu à história, fazendo-se presente de forma significativa na organização do trabalho em nossa sociedade nos dias atuais.

Neste sentido, observa-se que a mecanização da produção não extinguiu o trabalho em domicílio, mas introduziu modificações, convertendo-o na seção externa da fábrica e dos estabelecimentos comerciais. A permanência do trabalho em domicílio é uma constante em diversas épocas da história do desenvolvimento capitalista, mesmo em períodos em que ocorreram transformações intensas, como o que vivenciamos, quando a revolução tecnológica permitiu avanços até pouco tempo impensáveis, este se faz presente. É importante frisar que cada período histórico traz alterações nas características desta forma de produção, que busca sempre adaptar-se à realidade da época e às necessidades do capitalismo.

Essa permanência se insere na própria estratégia do capitalismo, que permite a convivência de formas múltiplas de produção. O capitalismo consiste por si só em um sistema altamente maleável a modificações, no entanto mantém características que lhe são fundamentais, tais como a exploração e a acumulação.

Do mesmo modo, as discussões no meio jurídico e a própria legislação trabalhista entendem o trabalho em domicílio como aquele executado fora do espaço da empresa, no domicílio do trabalhador. O empregado em domicílio presta serviços essenciais aos objetivos econômicos fixados pelo empregador. No entanto, o trabalho em domicílio significa não só domicílio (residência), mas engloba domicílio do empregado, ou em oficina de família, ou qualquer outro lugar por ele livremente escolhido, fora do alcance direto da fiscalização do empregador. Todavia tal condição não descaracteriza o trabalho, conforme regulamenta a legislação.

Art. 6º Não se distingue entre o trabalho realizado no estabelecimento do empregador e o executado no domicílio do empregado, desde que esteja caracterizada a relação de emprego. (CLT – Consolidação das Leis do Trabalho)

Ainda se tratando da legislação trabalhista, a consolidação das leis do trabalho, no seu artigo 3º, menciona que, para que se configure enquanto empregado o trabalhador deva atender aos seguintes

requisitos: ser pessoa física, prestar serviço de natureza não eventual, mediante subordinação e salários. Discutindo a integração a partir do contrato, bem como dos elementos que colhemos nas entrevistas realizadas, observamos: quanto à subordinação, esta é total e não apenas na pessoa do parceiro-criador, pois existe cláusula contratual que coloca como responsável pelo manejo o produtor e sua família. Como podemos ver a seguir:

O parceiro criador por si só e por sua família, obriga-se a dispensar todos os cuidados necessários e indispensáveis para criação e terminação das aves e a cumprir as demais obrigações constantes deste contrato. (Contrato de Parceria Avícola/p.3²²)

Por conseguinte, cabe ressaltar que as aves produzidas (pintos/peruzinhos), sendo essa a matéria-prima inicialmente, saem de dentro da empresa Sadia, sendo transportados para as propriedades integradas. Por meio da análise da documentação, é possível constatar que inexistente aí comercialização/tributação. Após o período de engorda, estas aves, agora adultas, retornam para a empresa para serem abatidas e transformadas em carnes industrializadas. Neste sentido, percebemos que existe apenas uma movimentação de bens, dos quais a empresa é a proprietária, desde o momento em que os pintos/peruzinhos saem de seus incubatórios até o momento em que retornam à agroindústria para o abate e processamento da carne. Não existe em nenhum momento a transferência de propriedade destes animais. Também não há obtenção de lucro por parte dos denominados contratualmente “parceiros-criadores”, que recebem apenas uma dada quantia pelo trabalho no processo de engorda dos animais. Quanto à tributação, outro fator a ser levado em conta, observa-se que neste processo a empresa Sadia, conforme definido pelo Superior Tribunal de Justiça, não paga FUNRURAL²³ (Anexo B).

Considerando que não há circulação de mercadoria, haja vista a inexistência de compra e venda, acreditamos que se trata de uma relação de trabalho e, conforme já discurremos, na modalidade de trabalho em domicílio. Pensamos ser, deste modo, a modalidade de integração, em todas as suas formas, uma forma de mascarar a relação de trabalho aí existente. Mais do que isso, percebe-se que além da desobrigação de

²² Anexo A.

²³ Contribuição Previdenciária sobre a Comercialização Rural

tributos, encargos trabalhistas e com a seguridade social, a empresa livra-se do investimento em terras, instalações, tendo à sua disposição a matéria-prima de que necessita para a indústria a um custo irrisório, em prazo regular e com a garantia de qualidade necessária. Trata-se, na nossa percepção, de uma das estratégias mais bem sucedidas do capital de que temos conhecimento, estando este ainda amparado na legalidade formal.

Desse modo, cabe ressaltar que, perante a legislação, o empregado na fábrica e o empregado em domicílio não tem diferenciação. E, considerando o integrado e sua família trabalhadores na modalidade de trabalho em domicílio, arriscamos afirmar que seu o trabalho corresponde à grande fonte de extração da mais-valia das agroindústrias do oeste catarinense e, no caso da empresa Sadia, alvo de nosso estudo.

É importante mencionar que o trabalho em domicílio tem ganho espaço em nossa sociedade tendo em vista as modificações no mundo do trabalho e o processo de precarização do trabalho que vivenciamos na atualidade, quando o capital procura estratégias para aumentar a exploração.

A Organização Internacional do Trabalho – OIT – adotou em 1996 a Convenção n.º 177 e a Recomendação n.º 184, ambas tratando do trabalho em domicílio. A preocupação do organismo de adotar normas especiais para esse tipo de trabalho decorreu de diversas questões. Entre elas, as profundas transformações que vêm afetando o sistema de produção e as relações de trabalho delas decorrentes, de ordem econômica, científica e tecnológica, especialmente nos últimos quarenta anos. O fenômeno da globalização (conjunto de relações, processos e estruturas econômicas, políticas, demográficas, históricas, culturais e sociais que, desenvolvidos em escala mundial, sobrepõem-se à sociedade desenvolvida em escala nacional). Essas transformações produzem uma nova organização industrial e novas relações de trabalho emergem do padrão produtivo e tecnológico que passam a ser adotados.

As mudanças não se limitaram a estimular a exploração do trabalho doméstico e familiar nos moldes antes existentes. Elas introduziram também novas modalidades de trabalho em domicílio, em razão do desenvolvimento de tecnologias, especialmente na área da informática. Tais mudanças apontam para o surgimento de novas configurações, o que faz com que o trabalho em domicílio assuma uma relevância que não deteve ao longo do desenvolvimento do sistema fordista de produção, período em que foi relegado ao segundo plano, permanecendo em caráter residual. A estrutura do novo modelo adota

práticas que estimulam a exploração da força de trabalho das mulheres em ocupações de tempo parcial, substituindo, assim, trabalhadores homens, centrais, melhor remunerados e menos facilmente demissíveis, pelo trabalho feminino, mal pago, com o retorno dos sistemas de trabalho doméstico e familiar e da subcontratação.

Bem como, como no período do desenvolvimento industrial, a permanência do trabalho em domicílio se justifica por razões de ordem econômica, uma vez que a concorrência estabelecida entre a produção mecanizada e a realizada em domicílio demonstrava uma razoável diferença de salários, sendo consideravelmente menores os pagos ao trabalhador em domicílio. Outras características na mudança podem ser apontadas. O desenvolvimento da produção de artigos baratos, a concorrência exacerbada e a avidez pela diminuição dos preços levam a uma deterioração das condições do trabalho em domicílio.

A reestruturação produtiva traz alterações nas relações de trabalho que afetam sensivelmente esse modelo de trabalho mantido até então, acarretando um movimento em sentido contrário ao que teve lugar no início da consolidação do modelo de produção capitalista, quando a concentração dos trabalhadores em amplos espaços organizados pelos tomadores de serviço era o padrão dominante desde o surgimento e a expansão de fábricas e manufaturas.

Com a reestruturação produtiva, observa-se uma redução no tamanho dos estabelecimentos e o incremento da contratação de trabalhadores por intermédio de empresas denominadas de prestadoras de serviços, fenômeno que se convencionou denominar de “terceirização”. A descentralização da contratação de trabalhadores é vista como alternativa vantajosa, levando a um aumento considerável do trabalho em domicílio então existente, fomentando a descentralização da atividade produtiva.

O Brasil, somente a partir da década de 1980, vivencia as primeiras experiências de reestruturação produtiva e, conforme já mencionado, a partir da década de 1990 o processo se intensifica. As consequências mais visíveis são, conforme aponta Antunes (1997), a segmentação do mercado de trabalho, com a desestruturação do emprego e a persistência do trabalho em domicílio como o último elo de uma extensa cadeia de subcontratações.

Junto a outras formas de subcontratação, o trabalho em domicílio é parte do processo de descentralização das empresas, resultando da forte pressão por redução de custos e que vem crescendo, muito rapidamente, desde a década de 1970. Aponta, em seguida, que as dificuldades para medir a sua exata dimensão são muito grandes, já que

as estatísticas oficiais não informam sobre a subcontratação de trabalhadores autônomos e domiciliares, mesmo porque esta ocorre, em geral, sem contrato formal, tornando-se "invisível".

Adrián Sotelo Valencia, ao tratar da precarização do trabalho, das formas de produção e artimanhas do capital no intuito de manter seu poder de dominação, nos traz importante análise. O autor menciona que o capital seguidamente se vale do que denomina de “formas arcaicas de produção” aliando-as aos novos e modernos elementos do mundo da produção como forma de manter a produtividade e sua hegemonia. (SOTELO VALENCIA, 2010)

De acordo com o autor, a atual crise capitalista é essencialmente uma crise de produção de valor e mais valor. Segundo seus estudos, baseados na tradição teórica marxista, há uma tendência no modo de produção capitalista relativa ao aumento da força produtiva do trabalho com a diminuição do capital variável em detrimento do aumento do capital constante, expressa na atualidade, quando observamos, na conjuntura de crise capitalista atual, o desemprego massivo de milhões de trabalhadores em todo o mundo.

Nesse cenário, o capital torna supérfluas parcelas inteiras de força de trabalho nas indústrias, serviços e atividades, países, territórios e regiões em todo o mundo, ao mesmo tempo que engendra dois movimentos principais: a) o deslocamento até as atividades especulativas que são características do capital fictício (isto é, do capital que se desconecta relativamente durante determinados períodos, da esfera da produção); b) a intensificação da exploração da força de trabalho ativa, que se constitui em um elemento privilegiado pelo capital para anular os poros da produção e da jornada de trabalho e afiançar, deste modo, a produção de mais-valor. (SOTELO VALENCIA, 2010).

Desse modo, o autor vai confirmar uma hipótese delineada por Marx, expressa nos Grundrisse, referente à tendência do capital em “volver superfluo (relativamente) el trabajo humano” ao mesmo tempo em que o empurra “como trabajo humano hasta límites desmesurados” (MARX *apud* SOTELO VALENCIA, 2010, p. 114).

Nesse sentido, tornam-se ainda mais agudas na atualidade a tendência à apropriação da subjetividade do trabalho pelo capital, através de, por um lado, métodos como o toyotismo e a automatização flexível e, por outro, o aumento da exploração da força de trabalho por meio de formas arcaicas de expropriação de mais valor, tendo em vista impulsionar formas de produção de mais-trabalho através da mais-valia absoluta e da superexploração.

Freire (2003) vai contribuir para esse debate quando referencia as novas-velhas modalidades de exploração da força de trabalho, cada vez mais agudizadas na contemporaneidade, a exemplo da fragmentação do operário enquanto classe, pela divisão em posições centrais e periféricas, sendo que essas últimas “ampliam a força de trabalho descartável, flutuante e subcontratada, através das terceirizações e similares, provocando a expansão dos baixos salários e a superexploração” (FREIRE, 2003, p. 46). Segundo estudos desenvolvidos pela autora, essa realidade recria e perpetua formas antigas de exploração, que convivem com novas formas de intensificação do trabalho, tal como parece indicar o sistema de produção integrada de aves no oeste catarinense.

Sobre a manutenção de formas arcaicas de expropriação de valor dos trabalhadores, em detrimento da priorização do investimento em maquinário e tecnologia, Marx (2006) vai analisar que,

Em velhos países civilizados, a aplicação da máquina em alguns ramos provoca tal excesso de oferta de trabalho em outros ramos que, nestes, a queda do salário abaixo do valor da força de trabalho impede a aplicação das máquinas, tornando-a muitas vezes impossível, supérflua, do ponto de vista do capital, cujo lucro deriva não da diminuição do trabalho empregado, mas da diminuição do trabalho pago (MARX, 2006, p. 450).

Marx segue sua análise exemplificando que

Os ingleses não as aplicam (as máquinas), pois o pagamento recebido pelo desgraçado wretch (wretch é o termo com que a economia política inglesa designa o trabalhador agrícola), que realiza esse trabalho, corresponde a uma parte tão ínfima do seu trabalho que a maquinaria encareceria a produção para o capitalista (idem, p. 450).

Esses apontamentos da análise marxiana nos ajudam a compreender o que ocorre com a produção de aves no oeste catarinense. A oferta de força de trabalho para a produção, através do sistema integrado, é tamanha e a reprodução histórica desses trabalhadores como produtores integrados é tal que não compensaria para a empresa Sadia S/A o investimento em tecnologia em linha de produção dentro da indústria, tendo em vista os custos da mecanização e da força de trabalho empregada nessa atividade.

É importante que se esclareça que a matéria-prima para o funcionamento da empresa pesquisada bem como das demais grandes

indústrias do oeste catarinense depende em sua totalidade de seu bem sucedido sistema de integração. Antes da implementação de tal sistema, a matéria-prima, os animais destinados ao abate/industrialização eram produzidos dentro de granjas da própria empresa. Sendo assim, observa-se que, além de terras, instalações, água, energia, as empresas eram obrigadas a arcar com salários e encargos trabalhistas dos trabalhadores que cuidavam do trato dos animais. Sendo assim, a implementação deste sistema, em nosso entendimento, caracteriza-se como uma estratégia bem sucedida do capital agroindustrial na extração da mais-valia.

Podemos desse modo, afirmar que, mesmo em tempos de profundo avanço científico e extrema modernização da produção como o que vivemos, o capital se vale da funcionalidade de formas arcaicas de exploração que, neste caso, remetem ainda ao período manufatureiro, no caso do trabalho em domicílio, para obtenção de seus fins: extração da mais-valia e acumulação.

3. O MODELO DE INTEGRAÇÃO NA PRODUÇÃO DE AVES NO OESTE CATARINENSE

Analisar os reflexos da contratualização sobre o processo e as relações de trabalho nas unidades de produção familiar, a percepção que os agricultores têm da chamada "integração" e os impactos dessa forma de produzir na saúde e na vida desses trabalhadores implica necessariamente o estudo deste fato/fenômeno inserido na totalidade histórica. Necessitamos, assim, compreender os fatores que possibilitaram o estabelecimento deste contexto. Iniciamos, desta forma, trazendo alguns dados sobre a realidade e breve retrospecto do modo como se deu a colonização no oeste de Santa Catarina, região onde foi realizada a pesquisa proposta.

O IBGE tem denominado a região oeste de Santa Catarina como "Mesorregião Oeste Catarinense". Este território, formado pela união de 117 municípios, estabelece limites ao Sul com o estado do Rio Grande do Sul, ao norte com o estado Paraná, ao oeste com a Argentina e ao leste com a região do planalto catarinense. Possui uma população de 1.200.23024. Com uma área de 27.288,763 Km², abrange cerca de 25% do território do estado catarinense e produz em média 50% do valor bruto da produção agrícola do estado. Neste sentido, observa-se que a região oeste detém uma capacidade de produção superior à demanda de consumo regional e estadual. Isso porque Santa Catarina é considerado um dos estados 'celeiros' do Brasil, sendo sua economia diretamente associada às atividades agrícolas e agroindustriais, cuja produção está voltada ao consumo interno do país e, cada vez mais, à exportação.

De acordo com Mior (2005, p. 83), desde o final da década de 1970, Santa Catarina lidera as exportações de carnes de aves e suínos. Essa condição, segundo o autor, coloca o estado em relação direta com o processo de globalização que vivencia o sistema alimentar, tanto o que condiz às oportunidades de crescimento e desenvolvimento, quanto às "ameaças" que este envolvimento traz à conjuntura econômica e social do estado.

²⁴ Dados retirados do site do IBGE (2007).

A concentração produtiva de Santa Catarina localiza-se quase que em sua totalidade na região oeste. A região abriga o maior complexo de produção, abate e transformação de carne suína e de aves do Brasil e da América Latina, estabelecendo assim uma relação de dependência profunda com as atividades agrícolas e agroindustriais. A realidade social evidencia que os demais setores da economia do oeste oferecem poucas oportunidades de emprego e com frequência estão associados à prestação de serviços, insumos, tecnologia e subsídios ao desenvolvimento da atividade agroindustrial. Do mesmo modo, pode-se afirmar que o “triumfo” das agroindústrias do oeste tem estreita relação com o sistema de produção integrada, fortemente enraizado nesta região.

Segundo Mior,

Esta região é apontada comumente como o maior complexo agroindustrial de carne suínas e aves da América Latina, exemplo de desenvolvimento, em muito resultado de um bem sucedido sistema de integração que se estabeleceu entre a agricultura familiar e a grande indústria. Tornou-se referência tecnológica na área de produção e industrialização de suínos e aves, sendo berço das maiores empresas do ramo no Brasil, a Sadia e a Perdigão (MIOR, 2005, p.78).

No entanto, é importante que possamos nos aprofundarmos na análise desse cenário aparente de “sucesso” e “prosperidade”, decifrando em essência este processo e os impactos negativos que a atividade agroindustrial traz para região. Algumas das leituras realizadas nos dão alguns indicativos do “ônus” deste processo, apontando aspectos como a concentração econômica, acumulação, exclusão dos pequenos produtores da produção aves, elevada poluição ambiental, êxodo rural e regional dos que não conseguem se manter no meio rural. No entanto, temos a pretensão de conhecer a fundo essa realidade e, para que se torne mais claro o nosso cenário de pesquisa, traremos a seguir alguns elementos históricos da formação sócio-econômica desta região.

3.1 Origem histórica do sistema de integração na produção de carnes e sua implementação no Oeste Catarinense.

De 1912 a 1916, a mesorregião do oeste catarinense foi palco de uma guerra social sangrenta que ficou conhecida como “Contestado”. Tal confronto foi desencadeado pela construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande que gerou impactos na dinâmica social e geográfica

da região que, até então, era ocupada por índios e caboclos, que retiravam das terras apenas o necessário para sua sobrevivência. A obra, executada pela empresa americana *Brazil Railway Company*, atendia aos objetivos políticos do governo brasileiro de promover a ocupação oficial das regiões de fronteira, de modo a demarcar território que, no caso, ainda se encontrava em litígio com a Argentina. Cabe ressaltar que essa foi a última área a ser colonizada no estado de Santa Catarina e que, como interesses envolvidos, também estavam a comercialização de terras e a exploração de madeira. (PIAZZA, 1983)

Por volta de 1914, a mesma concessionária responsável pela construção da estrada começou a comercializar o território. Grande parte destas terras, que não eram demarcadas, tão pouco legalizadas, foram concedidas a empresas colonizadoras, que tinham como compromisso a demarcação e a venda dos lotes aos colonos. Os colonos, em sua esmagadora maioria, vindos do Rio Grande do Sul, por sua vez, buscavam solo fértil, que em função da crescente população estava ficando escasso no estado gaúcho. O povoamento desta região por pequenos proprietários de raízes europeias (alemães e italianos), que além de cultivarem lavouras de subsistência ainda produziam suínos e milho, de acordo com Testa *et al* (1996), permite em grande monta compreender a formação dos complexos industriais do oeste catarinense.

[...] a região oeste desde a vinda dos colonos gaúchos foi se compondo, em sua maioria, de pequenas estruturas fundiárias, cuja força de trabalho era advinda do próprio núcleo familiar e pela diversificação agrícola com renda advinda das lavouras de milho, feijão, trigo e da pecuária, sobretudo da suinocultura. Tendo início com a exploração da madeira, o movimento histórico da região em seus vários elementos, tornou possível que a criação de aves e suínos viesse se constituir enquanto atividade predominante. (TESTA *et al*, 1996, p.185)

Segundo Alba (2002), a região oeste se constituiu deste modo no receptáculo de novas relações de produção. Eram novas para a região, no entanto, tratavam-se de antigas relações de produção que buscavam a expansão para novos espaços que pudessem dar continuidade ao processo de acumulação capitalista que já vinha se realizando em outros lugares.

Observa-se que com a violenta retirada dos índios/caboclos que habitavam o oeste de Santa Catarina e a aquisição e regularização das terras pelos pequenos agricultores advindos do Rio Grande do Sul, a terra deixou de ser um bem coletivo para tornar-se propriedade privada.

Condição indispensável para que a produção sobre as bases do modo de produção capitalista pudesse se desenvolver, possibilitando assim a geração de renda e de capital. Os novos ocupantes das terras passaram a produzir também “valores de troca”, diferentemente dos camponeses originais que produziam apenas “valores de uso”²⁵.

Nesse contexto, ao tratarmos do surgimento dos complexos agroindustriais no oeste catarinense, torna-se essencial mencionar o nome de um empresário que se destaca neste processo: Atílio Fontana.

3.1.1 Elementos sobre o surgimento da Sadia e seus interesses políticos

Atílio Fontana, comerciante, oriundo de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, filho de colonos vindos da Itália no final do século XIX, foi pioneiro na atividade agroindustrial no oeste catarinense. Idealizador e fundador da agroindústria Sadia no ano de 1944, no município de Concórdia, ele também fez parte da leva de colonos gaúchos atraídos no início do século para as terras catarinenses.

Em sua autobiografia, Fontana (1980) relata que a Sadia, inicialmente, além do abate e produção de produtos de origem suína, ocupava-se da atividade de moagem de trigo e processamento de outros cereais. A modesta produção de suínos para o abate, de início, era própria e, posteriormente, com a expansão da produção, parte dela passou a ser comprada de pequenos produtores da região. Fontana afirma que desde o estabelecimento em Concórdia preocupou-se com o fomento da suinocultura, de forma que a produção pudesse ser melhorada por meio da adoção de técnicas de produção advindas, em sua maioria, de outros países, o que em grande medida contribuiu para o progresso da empresa.

A Sadia, de acordo com Fontana (1980), despontou como uma empresa de administração familiar, cujo desenvolvimento se deu por um longo período de tempo sobre tais bases, até constituir-se no Grupo Sadia, marca conhecida nacionalmente e internacionalmente pela

²⁵ Categoria marxista que tem por intuito designar produtos com a exclusiva finalidade de satisfazer as necessidades humanas, valores de uso. Na sociedade capitalista, o trabalho, que antes se caracterizava como concreto, trabalho útil, com a finalidade de suprir necessidades de seu produtor, sofre metamorfoses, transformando-se em trabalho abstrato. Trabalho abstrato é assim, necessariamente, trabalho social e tem por finalidade a produção de mercadorias, a serem trocadas no mercado. (MARX, 1983a)

produção de carnes e produtos derivados. Sendo assim, o fundador da Sadia menciona que o progresso do seu empreendimento também esteve relacionado à influência e ao envolvimento político da família na região, no estado e posteriormente no Brasil. Atílio Fontana, fundador da empresa, ocupou cargo de deputado, vice-governador e senador da República. Em edição institucional da Sadia lançada em 1994, também é mencionado que a expansão e diversificação das atividades da empresa estiveram condicionadas a financiamentos e apoio de instituições como BNDES e Banco do Brasil, evidenciando, desta forma, a influência política associada a interesses econômicos.

Sobre a influência do Estado neste processo, Sorj *et al* (1982) faz menção à relação estreita entre estado e economia, sem a qual acreditam que o desenvolvimento desta “moderna” articulação de produção não teria se tornado possível. Para os autores, a avicultura pode ser concebida como um exemplo da articulação do “moderno capital ligado à agricultura e ao Estado, como também das novas formas de representação política de interesses”. Trata-se, deste modo, de um cenário que une elementos políticos, econômicos e sociais.

Ainda, sobre a avicultura industrial, os autores sinalizam que a atuação do estado se deu como “fiador” do processo, criando condições sociais, econômicas e garantindo o “ordenamento político-institucional”.

A avicultura industrial é um setor inexplicável se se abstrai do componente do Estado. Ao recriar as condições sócio-econômicas para a acumulação, o Estado cria também as condições para a associação ou a articulação com o capital externo e para o avanço no sentido de centralização e dinamização do moderno capital (SORJ *et al*, 1982, p. 70).

Entre os principais instrumentos e políticas do Estado, no intuito de viabilizar condições sócio-econômicas de acumulação, estão os créditos e subsídios à produção agrícola, ao processamento industrial, à pesquisa tecnológica, assistência técnica e as estratégias de exportação. De acordo com Sorj (1982, p.74), o Banco do Brasil abriu linhas de crédito especiais, cujos fundos provinham, em grande medida, do Banco Mundial e do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, em algumas situações empréstimos sem devolução, popularmente conhecidos como “empréstimos a fundo perdido”.

É importante salientar que havia e ainda há um laço estreito entre as linhas de crédito e as empresas privadas. As agroindústrias mantêm setores específicos em sua estrutura, que atuam na comercialização de insumos e elaboração de projetos visando à obtenção de financiamentos para ampliação e implementação de novas unidades produtoras

integradas. No entanto, a responsabilidade pela dívida perante os agentes financiadores fica sob total responsabilidade dos produtores, que, na maioria das ocasiões, não possuindo outro bem, são obrigados a hipotecar a propriedade como garantia ao agente financiador. Em uma análise preliminar, que será oportunamente aprofundada em nosso estudo, observa-se que a sistemática do financiamento por si só mantém o agricultor preso à atividade de integração. Muitas vezes, pelo temor de perder a propriedade de onde retira o sustento da família, caso não consiga pagar as parcelas da dívida, ele persiste na atividade.

Além do crédito destinado ao financiamento da estrutura das unidades produtoras, a história sinaliza que um montante considerável de recursos públicos foi diretamente destinado em forma de subsídio e incentivos fiscais para as agroindústrias que se instalavam na região oeste. Esta prática ainda é corrente e tem se caracterizado como uma das motivações à migração de plantas de agroindustriais do oeste para a região centro-oeste do Brasil. Observa-se, assim, a utilização direta da máquina pública a favor de interesses privados.

De acordo com Campos (1987), no Brasil a expansão das agroindústrias, que tem início com a Sadia, dá-se sob o signo do capital internacionalizado, voltada especialmente à exportação. Concomitantemente, verifica-se um duplo processo de concentração dos capitais agroindustriais e de diversificação produtiva. Esta ambição pelo crescimento e desenvolvimento fez com que as agroindústrias da região, pioneiramente a Sadia, buscassem constantemente novas formas de modernizar suas estruturas e seu processo produtivo de modo a diminuir custos, maximizar a produtividade e conseqüentemente seus lucros. Esse movimento esteve historicamente presente em todo sistema de produção, desde a produção e transporte de matérias-primas até a comercialização do produto industrializado. Também neste ponto percebemos a importância da atuação do estado, sendo que a política de exportação adotada, a partir de 1964, viabilizou a formação de um mercado para a produção e desse modo condições para a obtenção da lucratividade.

Com base nestes preceitos é que o sistema de produção integrada é implementado a partir dos anos 1960, tendo também a Sadia como pioneira na implantação do modelo no Brasil.

3.1.2 O Sistema de Integração e a Sadia

A experiência da produção integrada iniciou-se no oeste catarinense, na cidade de Concórdia, berço da Sadia, e foi beneficiada, conforme já mencionado, pelo fato de a estrutura agrária da região ser composta de pequenos produtores, descapitalizados, vivendo em situação social muitas vezes precarizada e a quem não restava muitas alternativas a não ser aderir aos contratos de parceria formulados pelas empresas integradoras. Ainda assim, segundo Campos (1987), inicialmente as empresas tiveram de dispensar um montante considerável de recursos na implementação de estratégias para captar agricultores para a integração. Considerando que o sistema precisava se expandir, ou seja, necessitava de adeptos, os contratos de integração eram “vendidos” como alternativas altamente rentáveis, que trariam uma vasta gama de benefícios.

Sorj et al(1982, p. 64) nos traz uma análise importante sobre o processo de formação dos complexos agroindustriais da região oeste e especialmente do sistema de produção integrada. Para os autores, o “elemento básico” para explicação da formação da agricultura de integração, com bases contratuais ou não, está claramente pautado nas condições macrossociais e históricas, que viabilizam as condições concretas para o seu desenvolvimento. Nesse sentido, sinaliza que as bases do sistema de integração nesta região implementado foram, de certo modo, a

[...] preexistência de uma massa de produtores rurais com determinadas condições de produção em quantidade superior às necessidades imediatas do capital integrador e a disposição desses produtores em não contarem com uma taxa de remuneração do capital fixo da venda da terra. A preexistência de um campesinato à disposição do capital integrador é reforçada com sua relativa imobilidade, enquanto o capital integrador possui uma mobilidade espacial e setorial maior. (SORJ *et al*, 1982, pág. 65)

A integração tem início na suinocultura, no entanto, de acordo com Campos (1987), é na avicultura que este modelo atinge grau pleno de desenvolvimento, sendo a produção de aves, para o abastecimento da agroindústria catarinense, desde seu início, quase que totalmente integrada. Para buscar fundamentos a essa nova atividade, a Sadia recebeu auxílio de técnicos holandeses e posteriormente enviou funcionários aos Estados Unidos.

De acordo com Fontana (1980), a referida viagem aos Estados Unidos para conhecer técnicas modernas de criação de aves possibilitou que a avicultura na região se modernizasse de forma significativa. Da mesma forma, como já ocorria com a suinocultura, a empresa investiu na criação de um sistema de produção avícola integrado. Posteriormente à inserção da Sadia nesse sistema, os demais frigoríficos da região ingressaram na avicultura, seguindo então o mesmo modelo de produção.

Sobre o surgimento e desenvolvimento da avicultura no oeste catarinense, Campos (1987) assinala que este consiste em um fenômeno praticamente recente:

A entrada no ramo da avicultura faz parte da estratégia de diversificação de atividades adotadas pelos grandes frigoríficos do oeste catarinense a partir de meados da década de 1970. O abate e processamento de suínos já não mais oferecia condições de absorver a totalidade dos capitais acumulados para investimentos produtivos. (CAMPOS, 1987, s/p)

O sistema de integração avícola implantado tinha por procedimento o fornecimento de pintos, assistência técnica e rações balanceadas a pequenos produtores, remunerando a produção de frangos, descontados os adiantamentos de insumo. Deste modo, conforme mencionado por Campos, “os grandes frigoríficos tornaram-se sucessivamente produtores de rações e concentrados, armazenadores de grãos, conglomerados comerciais e, por fim, abatedores de frango”. (CAMPOS, 1987, s/p)

O desenvolvimento das relações de integração na avicultura, de acordo com Campos (1987), guarda algumas especificidades em relação à suinocultura. Primeiramente a criação industrial de aves não era uma atividade tradicional na região. Havia, obviamente, uma produção de aves, porém nada além de umas poucas em torno da residência de pequenos produtores. Desse modo, a avicultura nesta região se deu mediante um processo rápido, desde o início, com bases industriais, obedecendo a princípios de racionalidade técnica e econômica.

Nessa mesma direção, Sorj et al (1982) aponta que existiu, com relação ao desenvolvimento da produção avícola, um processo inverso de mercado, considerando que a produção surge antes mesmo da demanda do consumo. Tendo em vista que culturalmente a carne de frango praticamente não era consumida na região e mesmo no Brasil, observa-se que o salto produtivo e as estratégias de mercado empreendidas transformaram este produto e seus derivados em um dos

principais elementos na dieta dos brasileiros. Nesse caso, pode-se afirmar que o produto criou sua demanda.

Estando pautada em altos níveis técnicos, a produção integrada de aves era apontada por Campos (1987, s/p), já na década de 1980, como “uma das atividades agropecuárias mais revolucionadas pelo capital. O frango criado atualmente é um animal híbrido, verdadeira máquina de transformar grão em carne”. O segredo para tanto estaria no desenvolvimento de frangos híbridos, cuja produção exigiria investimentos de grande vulto, “na fixação genética de determinadas características em linhagens puras (não híbridas).”

Do mesmo modo, o autor sinaliza que

Para que estes frangos híbridos proporcionarem suas altas produtividades é necessário uma série de insumos e equipamentos como rações balanceadas, vacinas, medicamentos, bebedouros, comedouros, cortinas, etc. Logicamente exige também uma escala mínima de produção a fim de um aproveitamento máximo de força de trabalho. (CAMPOS, 1987, s/p.)

Sorj *et al* (1982), com relação à avicultura, salienta que o controle do processo biológico nasce já bastante elevado, sendo realizado em circunstâncias praticamente independentes de condições naturais como solo, clima, patologias. Isso explicita que o alto investimento em tecnologia, que já era alvo de análise de vários autores na década de 1980, continua em desenvolvimento constante.

Como já afirmamos anteriormente, o sistema de integração surge com a suinocultura que, segundo Mior (2005), até a década de 1980 tem o seu processo de produção sob controle do produtor que gozava de relativa autonomia nas decisões. Tinha possibilidade de organizar seu processo de trabalho e produção com base na disponibilidade interna de fatores da propriedade. Muito do que necessitava para a atividade vinha da propriedade, mas existiam outras culturas que serviam como fonte de renda e consumo. Com a expansão do sistema de integração agroindustrial na suinocultura, esta forma de organização da produção familiar sofre profundas modificações.

A produção, que costumava ser, de acordo com Mior (2005), de “ciclo completo”, tendo todo o processo ocorrendo dentro da propriedade, passa a ser totalmente fragmentada. As mudanças tecnológicas e organizacionais introduzidas na produção de suínos começam a minar a tradicional forma de inserção do agricultor familiar. A partir de então ele já não tem o controle do processo e nem a percepção/conhecimento deste como um todo. Do mesmo modo, já não

possui a propriedade de todos os meios de produção²⁶, o que estabelece uma relação de trabalho complexa que pretendemos debater no decorrer do nosso trabalho.

Segundo o autor,

A produção de suínos está cada vez mais sob o signo de produção do sistema especializado, em que parte dos produtores cuida da criação dos leitões e parte cuida do processo de crescimento e terminação (engorda) dos animais. [...] o agricultor que adere ao sistema especializado de produção de suínos perde autonomia no seu processo de trabalho e produção. [...] O número de suínos a ser produzido passa a seguir a lógica da agroindústria que estabelece padrões mínimos para pocilgas, máquinas e equipamentos. Os leitões, assim como a alimentação e os medicamentos, são de propriedade da agroindústria. (MIOR, 2005, p.87)

De acordo com Mior (2005), em decorrência deste processo, a típica incorporação de produtores, que ocorria antes dos anos 1980, dá lugar a um intenso processo de seleção/concentração e exclusão de suinocultores familiares. O autor sinaliza que o número de suinocultores na região oeste que em 1980 era aproximadamente 67 mil, em 1995 não chegava a 20.000. Número, na atualidade, ainda menor.

Importante sinalizar que, diferente da avicultura, iniciada já com base no processo de integração, a produção suína possuía toda uma forma de organização e cultura própria na região, sendo ainda mais difícil para estes agricultores adequarem-se ao novo modelo imposto. Este processo gerou um problema econômico e social, considerando que muitos destes produtores foram obrigados a migrar para outras culturas. Outros, excluídos desta forma de produção, acabaram por deixar o campo, migrando para as cidades da região e passaram, em grande monta, a integrar a massa de trabalhadores no chão de fábrica da agroindústria. De acordo com Campos (1987), esta forma de produção acaba por transformar o trabalhador rural em um trabalhador para o capital e, assim, os produtores familiares integrados, tanto da

²⁶ A propriedade e as instalações pertencem ao produtor (obviamente que) após o pagamento da dívida do financiamento com o banco.

suinocultura quanto da avicultura, passam a estar subsumidos²⁷ pela integração.

A concentração da produção no pequeno produtor, através de um sistema de integração, significou um rígido controle de seu processo produtivo e criou áreas rurais fortemente regionalizadas, como no caso a região oeste de Santa Catarina, alvo deste estudo. As empresas agroindustriais, calcadas num mecanismo de exclusivo fim comercial, impuseram e continuam impondo uma série de condições e regras estritas ao produtor rural. Em primeiro lugar, como parte do aspecto seletivo da relação contratual, a empresa escolhe cuidadosamente o seu plantel de fornecedores de matéria-prima: capacidade de liderança, aceitabilidade de inovações, tamanho ótimo da propriedade, localização próxima, tradição no ofício, uso de força de trabalho familiar, entre outros. Depois, o contrato de "parceria" (escrito) determina procedimentos técnicos e normas sanitárias que, segundo Campos (1987), por vezes extrapolam o objeto do contrato em si e passam a interferir em outras atividades produtivas do agricultor (culturas de subsistência e comerciais, criação de outros animais, etc.).

Sem sombra de dúvidas, a agroindústria, através da contratualização, vem obtendo historicamente ganhos sensíveis em termos de qualidade molecular e sanitária do produto, de quantidade regular, previsível e dentro de prazos preestabelecidos. Assim, as empresas podem mais facilmente adaptar-se às novas exigências do mercado, trazidas pela reestruturação produtiva que tem exigido padronização, sofisticação, diversidade, sincronismo, rapidez, pontualidade. Ao mesmo tempo, as agroindústrias livram-se dos pesados investimentos em terra e instalações inerentes à produção rural, da legislação trabalhista referente ao assalariamento, bem como dos caprichos da natureza e os riscos daí decorrentes.

²⁷ [...] A categoria de subsunção designa, ao mesmo tempo, uma relação de subordinação e de inclusão do trabalho ao capital: estas constituem relações de dominação do capital sobre o trabalho a ponto de este se tornar um elemento que compõe uma dimensão do ser do próprio capital. Tal processo se expressa pela conversão de trabalho vivo (capital variável) em trabalho morto (trabalho cristalizado na forma de capital, isto é, capital constante), de modo que se tem uma relação de identidade entre trabalho e não-trabalho ao mesmo tempo em que o não trabalho se opõe ao trabalhador (ROMERO, 2007, p.20).

3.2 As modificações trazidas pela reestruturação produtiva para a produção de aves no oeste catarinense

Já indicamos anteriormente alguns elementos sobre as modificações trazidas pela reestruturação produtiva ao mundo do trabalho e de como estas inferem sobre todos os âmbitos da vida social. Agora pretendemos apresentar elementos específicos de como esta nova forma de produzir chega à agroindústria catarinense e quase simultaneamente ao campo, pela via da integração.

Embora os sujeitos centrais de nossa pesquisa fossem os produtores integrados, no processo de elaboração do trabalho pudemos ter contato com outros importantes atores, para a nossa análise sobre o sistema de integração, que ocupam ou ocuparam um lugar social distinto do pequeno produtor familiar, mas diretamente vinculado a esse processo. Um deles, que denominaremos de Carlos, foi funcionário da Sadia S/A, atuando na gestão do sistema de integração na década de 1990, e nos revelou elementos históricos importantes para a nossa pesquisa.

Carlos comenta que o ano em que foi admitido na empresa pesquisada foi um marco para o seu processo de gestão. Conforme mencionado, é no início da década de 1990 que os preceitos da reestruturação produtiva, fundada na experiência japonesa da Toyota, chegam ao Brasil, o que evidencia que esta nova filosofia se expandiu rapidamente no país, chegando ao oeste catarinense. É neste mesmo ano que a empresa desenvolve projetos e estratégias voltados aos preceitos da qualidade total. De acordo com o entrevistado, a primeira unidade da Sadia a adotar o novo modelo de gestão foi a unidade avícola de Chapecó. Este projeto é identificado ainda hoje por muitos funcionários e pelos próprios produtores integrados como “Nova Era”. Obviamente, com o sucesso das práticas na unidade em questão, o modo de gestão expandiu-se para as demais unidades produtivas da companhia e, posteriormente, adotado pelas demais agroindústrias da região.

Bom, eu entrei na Empresa Sadia em 1990. Eu comecei em 1990, e nesse ano a empresa também começou com programa de qualidade total. A primeira unidade de todo o grupo da Sadia foi Chapecó a começar com essa filosofia da qualidade, que é uma filosofia que começou no Japão como indústria da eficiência da empresa dentro de um mundo globalizado, que aumentou a sua competitividade grande, como outras empresas do setor do mundo inteiro. (CARLOS, ex-funcionário)

Carlos menciona que as mudanças dentro da empresa tiveram como foco a eficácia. Para tanto, buscou-se envolver todas as pessoas e setores da empresa na busca pela qualidade do produto, melhoria dos processos, diminuição de custos e, por fim, o aumento da lucratividade. De acordo com Carlos, naquele momento histórico existia a necessidade de manter a competitividade diante do mercado que se tornava global.

Então foi em busca da eficiência, dessa experiência obtida lá no Japão e houve um método muito forte no mundo inteiro, no Brasil [...]. E a qualidade, ela pressupõe e exige que todas as pessoas sejam envolvidas no processo, cem por cento das pessoas envolvidas nesse processo de busca da qualidade do produto. Mas entra também a dimensão de desperdício, melhoria dos processos. Na melhoria dos processos houve diversas, também reformas dentro, digamos assim, dentro da Empresa, reduzindo os níveis hierárquicos para reduzir custos, melhorando diversos processos sempre pensando dentro, com ferramentas de gestão dentro da qualidade no sentido de diminuir custo, aumentar a produtividade para ser mais competitivo no mercado. (CARLOS, ex-funcionário)

Neste período, a gestão do sistema de integração da empresa, que entendemos ser parte do processo de produção, também sofreu profundas modificações no que condiz à sua gestão e procedimentos. Não tardou para o produtor começar a sentir o peso da reestruturação no seu processo de trabalho, no cotidiano e na remuneração recebida pela produção. Segundo Carlos,

[...] Para isso aí, nessa competitividade todo mundo ficou envolvido e entrou para ser mais competitivo na redução de custo, melhoria de processo, e muitas pessoas foram demitidas. Começou a apertar lá para o produtor também. O produtor começou a ter um monte de exigências que antes não tinha. Exigências, e como acho que também apertou no pagamento. Então começou a ser visto como um custo o próprio produtor, assim como é o frango, como é a ração, como é o medicamento, como é o funcionário interno. O frango recebido do produtor também é um custo para a Empresa e aí, logicamente se procurou reduzir custo em todas as áreas inclusive lá, obviamente no pagamento, reduzindo até, enquanto possível foi se reduzindo. (CARLOS, ex-funcionário)

Após o relato de Carlos, ficamos atentos para essas alterações e nas entrevistas que realizamos junto aos produtores integrados.

Questionamos se a mudança no processo de gestão da empresa, a partir dos anos 1990, teria sido sentida na propriedade. Na simplicidade de suas palavras, os entrevistados foram quase que unânimes ao apontarem as modificações e impactos que a produção integrada sofreu e de como isso afetou o processo de trabalho, a lucratividade da atividade e o cotidiano de vida e trabalho na propriedade. Conforme já mencionamos, muitos referenciam, inclusive os pequenos avicultores familiares, o período de início das mudanças como “Nova Era”. É provável que este tenha sido um *slogan* utilizado pela empresa como estratégia de *marketing* interno, no intuito de divulgar e conseguir aceitação das novas práticas de gestão, porém, como não foi possível contato com a empresa, não tivemos confirmação desta informação.

Vejamos o que João, um dos avicultores entrevistados, contou sobre esse período:

Em função do mercado dela é lógico que veio a Nova Era, a gente teve que buscar novos conhecimentos, novos equipamentos, novo método de você criar essas aves e passou por equipamentos. Foi uma série de mudanças que teve um custo meio alto, mas a gente passou por isso nessa fase e foi até hoje. (JOÃO)

Claudio, Inês e Pedro, outros pequenos avicultores familiares entrevistados, também foram na mesma direção:

Ah sim, o tempo foi passando, daquela era pra cá já mudamos praticamente todo o manejo, a compostura dentro dos aviários, essas coisas tudo. Quase noventa por cento, foi ampliado. Hoje a gente trabalha menos dentro granja que naquela época e a gente hoje tem mais resultados que na época passada. (CLAUDIO)

Eu acho que mudou, porque no começo, desde que eu também comecei aqui era tudo mais simples e daí depois a gente teve que investir mais no aviário. O cuidado também com os frangos mudou, ficou muito maior. A forma de cuidar, no começo não era assim, era tudo mais simples, depois mudou bastante. (INÊS)

Mudança teve um monte. Que nem agora já é tudo automatizado, não sei quanto tempo, mas acho que não faz muito tempo, deve ser há uns dois anos atrás, por aí, três anos. Hoje tem que ter vestimenta, hoje tá tudo de tela os aviário, com a casinha, com desinfetante pro caminhão, entrar e sair. Pra tu entrar no aviário, a equipe tem que tomar banho. Então mudou muito, já tem casinha para o escritório e tudo. Tudo mudança daquela época, e agora já

tem aviário se quiser adquirir aqui é muito moderno. Mas hoje não to afim, vamos ver mais tarde, já tá automatizado, aviário fechado, com estombro.(PEDRO)

Falar em uma “Nova Era” nos parece bastante emblemático e ao mesmo passo muito oportuno para tratar das transformações sofridas pelo capital mundial a partir da década de 1970 e que chegam ao Brasil no final da na década de 1980. No entanto, é importante que se tenha claro que o processo de reestruturação do capital, apesar de ter provocado severas modificações no mundo do trabalho e em todas as esferas da vida social, alterou o padrão produtivo, mas não modificou a ordem existente, conservando o modo de produção, conforme sinaliza Serra,

A implementação desse processo de reestruturação do capital provocou profundas mudanças no mundo do trabalho, objetivando reestruturar o padrão produtivo, no sentido de repor os níveis de acumulação afetados pelas taxas decrescentes de lucro do capital. Nesse sentido, reestruturar o padrão produtivo significa alterar, preservando o modo de produção. Daí tratou-se de um novo padrão e não de uma nova ordem. (SERRA, 2001, p. 152)

O novo padrão de produção é facilmente identificado nos relatos dos produtores, quando mencionam a necessidade de produzir mais, do cuidado na atividade do manejo, da necessidade de se ajustarem às mudanças propostas pela empresa para atingir a “qualidade”. O controle do processo de trabalho com vistas a atingir a “qualidade total” é mencionado por Carlos, ex-funcionário da empresa.

Dentro da qualidade também, uma das ferramentas é, por incrível que pareça, porque o processo é participativo, não é como o Taylorismo de antigamente, porque o produtor era pago para cumprir ordens, para cumprir tarefas, ele não era pago para pensar, era para usar apenas a mão de obra física e na qualidade não, na qualidade o produtor participa, ele dá opinião. Tem uma ferramenta chamada CCQ, que é Círculo de Controle de Qualidade que as pessoas dos departamentos, dos setores da Empresa se reúnem para discutir problemas e para encontrar soluções e isso ajuda muito na motivação das pessoas, além de trazer mais resultados para a empresa. Quem faz é que sabe, quem tá mais próximo do problema é que sabe o que tem que ser feito para resolver o problema. (CARLOS, ex-funcionário)

Nessa mesma direção, pudemos perceber na fala de Avelino, outro pequeno avicultor familiar que, além de incentivar a participação

dos produtores nos CCQs, ocorre também uma tentativa, por parte da empresa, de se apropriar da subjetividade desses avicultores:

Outra coisa, eu não tenho nada contra essas igrejas crente e coisa e tal, mas eu acho que a Sadia, o treinamento deles é tipo essa igreja, só eles sabem, só eles tem razão, tipo uma seita. Eu acho que eles treinam os funcionários. Eu acho que os funcionários da Sadia são treinados tipo uma seita, é só defender a Empresa. Pra mim inclusive eles me disseram que devia falar bem da Empresa até pra modo de eu ter crédito [...] Eles usam uma coisa que é a Sadia, a Sadia, a Sadia, fazem a cabeça do cara. Lavagem cerebral que é só Sadia, a Sadia é a melhor coisa do mundo. (AVELINO)

De acordo com Antunes (2005), o toyotismo se diferencia do binômio taylorista-fordista, entre outras características, por esta organização do processo de gestão que responsabiliza os trabalhadores pela produtividade e resultados da empresa. Menciona que esta dita “valorização do espírito colaborador”, a possibilidade de os trabalhadores atuarem no processo de decisão, não passa de uma falácia, de mais uma manobra do capital, que agora se apropria também do intelecto dos trabalhadores.

Os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs) consistem na organização de grupo de trabalhadores que são instigados pelo capital a discutir seu trabalho e desempenho, com vista a melhorar a produtividade das empresas, convertendo-se num importante instrumento para o capital apropriar-se do *savor faire* intelectual e cognitivo do trabalho, que o fordismo desprezava (ANTUNES, 2005, p.55).

As orientações da empresa, quanto ao processo de trabalho, chegam por meio dos técnicos que visitam a propriedade quase sempre em tom de exigência, ainda que velada. Os técnicos são o elo entre o produtor e a empresa. Seguindo uma das leis do sistema, quem não se adapta acaba por ser excluído:

Isso era meio simples, agora os técnicos tão exigindo um monte de coisa. Tem que tá aplicando, investindo, tem prazo, continua ou para, o que que tu vai fazer? Um monte, tem que tá cercando, aumentando as, tira tudo o que é antigo, colocar novo. Mais e mais coisas que tem que por nesse aviário, gás tubular e mais isso e mais aquilo, agora tá bastante complicado [...] sempre tão pedindo pra mudar, sempre, sempre. (MARIA)

Aí numa viagem dos técnicos, eles veem que a gente tá numa condição boa, aí eles dizem que não gostariam que a gente caísse muito, daqui a pouquinho. Porque quem que tá investindo mais sempre é mais fácil chegar mais alto numa pontuação melhor. Daí eles vêm, mas não obriga nós, - ó, se vocês querem investir - fazem duas, três viagens, - vamos fazer uns aviários. Ai se a gente quer, não estamos devendo nada pra ninguém, se tu qué fazê, você faz, só que sempre é aquele coisa, que daí é mais difícil chegar no alto. (PEDRO)

[...] hoje a competição muitas vezes é desleal, porque tu vê, o cara que vive da produção hoje, hoje eu vivendo da produção, eu não tenho como investir no aviário. Então, vai selecionar muito mais, porque o pequeno que vive do aviário, ele não tem condições de investir no aviário, a tendência dele é fechar. Isso nós temos aqui, tem o vizinho que já praticamente fechado, tem o Carlos que também tá fechado, tem o José lá embaixo que fechou mais cinquenta metros, e assim vai. Hoje vai um, amanhã vai outro e a tendência é ir terminando. Hoje tu não tem, dá onde que tu vai tirar setenta, oitenta, cem mil pra tu reformar cem metros de aviário, pra daí tu fazê um lote vai ganha dois mil, três mil, quatro mil, cinco mil. Se tiver seguro tu vai ganhar dois mil e meio. (JOSÉ)

Mas se faz um ou dois lotes a fio ruim, o primeiro lote chama atenção, o segundo chamam atenção, o terceiro corta. Eles não é que cortam, eles dizem assim, ou você muda ou você paga. Então na Sadia é o seguinte, eles te dão um valor que não vale a pena. Te dão uns três mil por lote que não paga nem o investimento que foi feito uma maravilha, ou coisa parecida. Então, tem muita gente fechando porque não dá mais. (PEDRO)

A exclusão do produtor da atividade não necessariamente consiste em uma decisão direta da empresa. Em muitos momentos, acaba sendo “iniciativa” do próprio produtor que, não conseguindo atender às constantes exigências postas pela integradora, não atinge um nível (ainda que ínfimo) de lucratividade, não raramente tendo de arcar com largos prejuízos. Isso, por si só, acaba criando uma espécie de seleção natural dentro desta cadeia produtiva.

De acordo com Orlando (1994),

[...] a questão da eficiência assume grande importância para as agroindústrias uma vez que a mesma é o “calcanhar de Aquiles” de todo o processo concorrencial dentro do

complexo de carnes, e por isso mesmo é que as integradoras passam a definir o excedente monetário do produtor segundo os índices de eficiência, forçando a execução de técnicas de manejo a campo dentro dos padrões estabelecidos, sob pena do integrado ver reduzido seus ganhos (ORLANDO, 1994, p.195).

O autor sinaliza, em meados da década marcada pelos ditames da reestruturação produtiva nas agroindústrias, que, diferentemente dos estágios anteriores da atividade de integração, para que a empresa tenha seus objetivos atingidos,

[...] não basta apenas o *know how* do avicultor; é necessária a incorporação de equipamento que apresentem tecnologias de ponta. [...] um bom manejo depende em grande parte de se ter à disposição equipamento de qualidade, motivo pelo qual as empresas exigem renovação e/ou a substituição periódica dos mesmos (ORLANDO, 1994, p.198).

No que tange a essa questão, os produtores entrevistados observaram que, muito embora a automatização do trabalho tenha diminuído o trabalho braçal, antes muito mais presente no manejo das aves, as mudanças trouxeram complicadores, especialmente no que condiz ao encargo com os novos equipamentos no intuito de adequar-se às exigências. Este fator implicou diretamente a diminuição da margem de lucro dos produtores na atividade, conforme ilustra o relato de Nilson:

Olha, na época era mais difícil, o aviário era mais difícil porque a mão de obra era mais no muque, não tinha automático, não tinha nada de, era só no braço, era a mão de obra era mais difícil. Hoje tá mais fácil, só que hoje o custo, hoje o que eles pedem tá bem mais alto hoje, quer dizer ficou mais fácil pra gente trabalhar, só que o custo, o investimento é mais alto, o investimento é bem mais alto. Por isso hoje tem bastante avicultor inclusive que eu sou um também, até to esperando aí se não muda o sistema, hoje não valeria até a pena investi em cima, porque hoje um custo de um aviário, hoje se tu vai ver, tu vai construir um aviário novo tu vai gastar duzentos e poucos mil reais pra você ter uma renda aí hoje de, uma renda ali de sete, oito mil reais que é o custo de produção é sete mil e pouco. Aí você, quer dizer, você empata dinheiro, você não acaba ganhando, só que daí não se torna mais viável pra você fazer mais um aviário hoje, porque você vai trabalhar só pra pagar, agora viver ou sobrar alguma coisa tá difícil, hoje tá mais difícil (NILSON).

A queda na remuneração é uma das formas de precarização do trabalho. O produtor, apesar de continuar a executar a atividade, aumentar o cuidado e o investimento, tem seu trabalho desvalorizado. Acerca disto, Marx já sinalizava no capítulo da obra “O Capital” que trata da Maquinaria e a Grande Indústria, citando John Stuart Mill: “É de se duvidar que todas as invenções mecânicas até agora feitas aliviaram a labuta diária de algum ser humano”. Segundo Marx, o uso da maquinaria, tal como qualquer outro desenvolvimento da força produtiva, além do barateamento de mercadorias, reduz a jornada de trabalho socialmente necessário para aumentar a jornada de trabalho que produz mais-valia.

Tal não é também de modo algum a finalidade da maquinaria utilizada como capital. Igual a qualquer outro desenvolvimento da força produtiva do trabalho, ela se destina a baratear mercadorias e a encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador precisa para si mesmo, a fim de encurtar a outra parte da sua jornada de trabalho que ele dá de graça para o capitalista. Ela é meio de produção de mais-valia. (MARX, 1983b, p. 07)

Nessa perspectiva, sobre as inovações e tecnologias disponíveis na atualidade, podemos concluir que não vêm sendo incorporadas no intuito de trazer benefícios ao produtor e seu núcleo familiar, mas de aumentar a capacidade de produção dos estabelecimentos e assim propiciar maior acumulação à empresa. E o sistema de integração entre a Sadia e o pequeno produtor rural familiar não foge a essa realidade.

Dando sequência à discussão, trataremos sobre a agricultura familiar e como esta tem se inserido no conjunto das relações capitalistas.

3.3. A agricultura familiar e sua relação com a produção e reprodução do sistema capitalista

A agricultura familiar é uma categoria social utilizada no meio social, acadêmico e âmbito jurídico no Brasil, no intuito de representar o cultivo da terra realizado por pequenos proprietários rurais, tendo como força de trabalho essencialmente o núcleo familiar. Tal conceito se contrapõe à agricultura patronal, que seria aquela que produz em larga escala, com a contratação de empregados, quer fixos, quer temporários, por longo período de tempo.

Conforme Lei 11.326/2006,

Art. 3º - Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

A sociologia rural, na mesma direção, entende a agricultura familiar como “aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo” (WANDERLEY, 2001, p.23). A autora problematiza ainda que esta relação entre meios de produção, trabalho e família infere diretamente no modo como a agricultura familiar se desenvolve social e economicamente e se insere em uma sociedade capitalista e globalizada como a nossa.

Em geral, a base da produção da agricultura familiar se funda na policultura e na pecuária. Exige o domínio de técnicas, aperfeiçoadas no decorrer da história e repassadas de geração para geração. Exige, portanto, dedicação, habilidade, trabalho intenso o que, de acordo com Wanderley (2001), faz com que este modelo, com base na força de trabalho familiar torne-se ideal a este processo de produção.

A autora menciona que economicamente, para a família produtora a atividade tem dois objetivos fundamentais: a satisfação das necessidades de reprodução imediata do grupo e a reprodução da família pelas gerações posteriores. Tais objetivos encontram-se diretamente relacionados com a “especificidade de seu sistema de produção e a centralidade da constituição do patrimônio familiar” (WANDERLEY, 2001, p.24).

A pequena produção agrícola, de força de trabalho essencialmente familiar, está presente em toda a história econômica do

Brasil²⁸. As transformações históricas por que tem passado o campo têm se dado no sentido de tornar a unidade camponesa cada vez mais dependente dos mecanismos estruturais do mercado, inserindo este setor na lógica do capital. Assim, torna-se essencial a discussão das modificações operadas na agricultura para a gênese e reprodução do capitalismo, considerando o teor da dominação, bem como as contradições geradas pelo seu desenvolvimento. Conforme sinaliza Graziano da Silva (1982, p.68): “Só faz sentido pensar a reprodução do capital na agricultura como um setor inserido e vinculado à economia como um todo, e esta, por sua vez, ao sistema capitalista mundial.”

Destaca ainda que as transformações do capitalismo no campo vêm promovendo uma separação entre produtor e meios de produção. Na relação capitalista, “a terra deixa de ser uma condição natural da produção [...] passa a ser um bem passível de compra e venda no mercado, uma mercadoria.” Segundo o autor, ainda que as relações não sejam capitalistas, “essa transformação no caráter da propriedade da terra já insere o produtor direto em outro universo - o universo da mercadoria” (GRAZIANO DA SILVA, 1980, p.1).

Desse modo, o produtor acaba por ficar cada vez mais dependente do mercado. Ainda que tenha sob seu poder a posse parcial dos meios necessários à produção, esta posse se dá de modo precário, numa relação mediada pela mercadoria e pelo capital. Conforme Graziano da Silva, esse processo tornou-se claro sob o capitalismo monopolista,

[...] onde tanto as indústrias fornecedoras de meios de produção para a agricultura, como as que transformam os produtos agrícolas, são dominadas por oligopólios que se apropriam de parcela cada vez maior do valor gerado na agricultura (GRAZIANO DA SILVA, 1980, p.2).

O autor menciona ainda que esta forma de produção agrícola, apoiada em relações de produção não-capitalistas, constitui-se enquanto produto do próprio movimento de expansão do capitalismo e em um dos pontos de apoio de sua efetivação, considerando que, ao produzir a base de uma “economia do excedente”, tem condições de oferecer seus produtos a preços mais baixos no mercado. Nessa direção, pondera que a pequena propriedade, a parceria, a posse são diferentes formas da

²⁸ É importante que se diga que no Brasil foi a expansão da fronteira agrícola que permitiu a expansão da pequena produção agrícola brasileira sem que se tornasse necessário redistribuir a propriedade agrária que, desde a colonização, tem características fundiárias.

“velha” reprodução, ou seja, formas arcaicas de organização da produção que permitem à agricultura:

a) fornecer mão-de-obra abundante ao setor industrial de reserva; b) fornecer alimentos para os centros urbanos a baixo preço de forma a não elevar o custo da alimentação e o custo das matérias primas. Com isso é possível maior exploração da força de trabalho, via redução do tempo de trabalho necessário e mantida constante a jornada de trabalho, viabilizando, assim, uma acumulação mais rápida no setor industrial (GRAZIANO DA SILVA, 1980, p.7).

Sendo assim, a interação entre o que é considerado “atrasado” e “moderno” nada mais é do que a configuração dessa contradição, uma vez que, ao mesmo tempo representa um limite à expansão das forças produtivas ou à modernização total, ela mesma propicia condições à acumulação do capital. Citando afirmação de Rosa Luxemburgo, o autor menciona que “o primitivismo dá condições, permite que a acumulação se desenvolva com uma violência e rapidez extraordinárias” (LUXEMBURGO *apud* GRAZIANO DA SILVA, 1980, p. 21).

Ao passo que a pequena produção vai se inserindo na economia de mercado, vai também assumindo uma posição de inferioridade cada vez maior em relação à produção ofertada pela grande propriedade. Nesta competição desleal, é obrigada a exigir maiores esforços dos que nela trabalham como forma de compensar sua posição desfavorável. O atraso dos processos técnicos de exploração da terra, além de forçar o prolongamento da jornada de trabalho, também corrobora para que mulheres e crianças sejam incorporadas nas atividades agrícolas. De acordo com o autor, todo esse esforço não resulta num melhor nível de vida/ consumo da família, pelo contrário, reflete uma piora desse nível: “Definindo-se por uma situação extrema de pauperização, o pequeno produtor revela, no seu padrão de vida, a violência do processo de expropriação a que está submetido.” (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p. 38)

Desse modo, podemos afirmar que o agricultor de que tratamos, agora inserido na esfera da produção capitalista, mantém apenas semelhanças no campo formal com o camponês/agricultor independente e livre de outros tempos. Segundo o autor,

Esse processo de “descampesinação” pode levar tanto uma expropriação de fato do camponês, transformando-o num “assalariado puro”, como uma “tecnificação” de sua unidade produtiva, na qual ele permanece apenas formalmente proprietário dos meios de produção. Em

qualquer um desses dois movimentos, o sentido é o mesmo: subordinar o trabalho ao capital. Esse é o ponto fundamental da questão: submetido a esse processo de proletarianização (entendido no seu sentido amplo) o camponês se “descampesiniza”, isto é, converte-se num trabalhador para o capital, num “novo camponês” (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p.135 – grifo do autor).

Torna-se essencial, assim, entender a “proletarianização”, no caso do pequeno agricultor, de modo mais amplo, tendo como fundamento principal que se trata de um processo de subordinação direta do trabalho ao capital e não simplesmente como expropriação completa dos meios de produção, terras e instalações nela presentes. O essencial a ser considerado neste processo é perda da autonomia. Nesta direção e citando Lênin (1973), Graziano da Silva menciona:

Frequentemente se compreende com excessiva rigidez a tese teórica de que o capitalismo requer um trabalhador livre, sem terra. Isso é de todo justo como tendência fundamental, mas na agricultura o capitalismo penetra com especial lentidão e através de formas extraordinariamente diversas. A cessão da terra ao trabalhador do campo efetua-se muitas vezes no interesse dos próprios proprietários rurais e por isso o tipo de operário rural que possui um pedaço de terra é próprio de todos os países capitalistas (LENIN *apud* GRAZIANO DA SILVA, 1982, p. 133).

Para concluir esta discussão, podemos dizer que a agricultura familiar encontra-se inserida no capitalismo, como parte dele mesmo, como uma forma adequada, em dadas circunstâncias, ao movimento da acumulação. Desse modo, pode-se dizer que o agricultor participa do processo de reprodução ampliada do capital e sua reprodução não se prende a nenhuma lógica própria, nem a nenhuma propriedade intrínseca, senão ao movimento do próprio capital, que a recria conforme seus interesses.

A própria proposta de modernização da agricultura, que ganha corpo no Brasil a partir da década de 1970, pode ser vista como exemplo de um processo deflagrado no intuito de atender a uma necessidade específica do capital naquele momento. É importante que se diga, conforme sinaliza Graziano da Silva (1982), que tais ações, pautadas e, políticas de incentivo e crédito, não atingiram as pequenas unidades agrícolas. Segundo o autor, o que ocorreu no Brasil pode ser denominado de “modernização conservadora”, tendo em vista que as ações priorizaram apenas algumas culturas, regiões e unidades

produtivas de médio e grande porte. As ações empreendidas tiveram um alto custo social e estiveram amparadas pelo Estado, reforçando a máxima do estado a serviço do grande capital.

De acordo com dados do IBGE do censo agropecuário de 2006, foram identificados 4.367.902 estabelecimentos de agricultura familiar no Brasil. Apesar de representar 84,4% do total de estabelecimentos agropecuários brasileiros²⁹, estes estabelecimentos detinham a área de 80,25 milhões de hectares o que correspondia a apenas 15,6% da área total destinada a cultivo. Os estabelecimentos não familiares, por outro lado, representando 15,6% do total de estabelecimentos, detinham 75,7% da sua área. Este dado nos auxilia a visualizar o abismo da concentração de terras no Brasil, país com raízes históricas fundadas no latifúndio, desde os primórdios de sua colonização.

De acordo com Graziano da Silva (1982),

A estrutura agrária brasileira tem se caracterizado, desde a sua formação por um elevado grau de concentração da propriedade da terra. Enquanto algumas propriedades se apossam da maior (e provavelmente melhor) fração da área territorial, um sem número de pequenas unidades disputam exíguas áreas que mal permitem ao produtor e sua família extrair daí o seu sustento (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p.33-34)

Apesar de cultivar uma área muito menor, a agricultura familiar é responsável por garantir grande parte da segurança alimentar do país, como importante fornecedora de alimentos para o consumo interno. Segundo o IBGE,

[...]em 2006 a agricultura familiar era responsável por 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite (composta por 58% do leite de vaca e 67% do leite de cabra), 59% do plantel de suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos e, ainda, 21% do trigo. A cultura com menor participação da agricultura familiar foi a soja (16%).³⁰

²⁹ O imóvel rural é uma unidade de posse da propriedade da terra. O estabelecimento é uma unidade de produção. Assim, as áreas cultivadas pelos parceiros e arrendatários são contadas como estabelecimentos independentes pelo Censo, mas são incorporadas na declaração do INCRA ao imóvel do proprietário (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p. 26).

³⁰ IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2006 – Disponível em: <http://www.ibge.com.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm> - Acesso em 24 de setembro de 2010.

Estes dados evidenciam que grande parte da cesta básica da população brasileira é proveniente da agricultura familiar. No entanto, conforme já mencionado, o modelo político agrário brasileiro não tem privilegiado este segmento essencial. Muito embora nos últimos anos tenham sido implementados projetos no intuito de incentivar e atender os pequenos produtores, exemplificando-se o PRONAF³¹, estes ainda são pouco significativos diante das necessidades e dificuldades que desde sempre enfrentam os agricultores familiares no Brasil. Nosso país mantém um modelo agrário que prioriza o agronegócio, o que contribui ao aumento da concentração e desigualdade. De acordo com Blum (2001, p. 87), uma política agrícola corresponderia a um “conjunto de medidas que visam orientar, disciplinar e promover o meio rural, a curto, médio e longo prazos, para manter ou ascender o nível de vida”. Após esta definição, o autor afirma que isso nunca existiu no país, sinalizando que somente ações sazonais, consideradas por ele insuficientes e ineficientes podem ser observadas historicamente neste campo.

A produção em regime de economia familiar encontra vários entraves ao seu desenvolvimento. Dois deles, conforme já mencionado, consistem na falta de política agrícola de incentivo e na concentração de terras. Podemos citar também: a escassez de força de trabalho, a deterioração dos solos, a descapitalização e a falta de capacitação e informação dos produtores.

Todos estes fatores contribuem para o acirramento do êxodo rural, fenômeno que vem ocorrendo de forma estrondosa no Brasil nas últimas décadas, sendo, em grande medida, decorrência do empobrecimento acentuado do campo. Este empobrecimento leva à migração e inchaço dos grandes centros urbanos, coloca em risco a produção de alimentos e por consequência a própria segurança alimentar brasileira, tendo em vista a importância já mencionada deste segmento.

Devido às dificuldades vivenciadas no campo, os mais jovens acabam interrompendo a tradição repassada por gerações e partem para os grandes centros à procura de melhores condições de vida e trabalho. Assim, conforme sinaliza Wanderley (2001), o objetivo de perpetuação

³¹ Sigla para Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Criado pelo governo federal no de 1995 com a finalidade de financiamento de projetos individuais ou coletivos de agricultores familiares e assentados da reforma agrária, no intuito de fortalecer atividades desenvolvidas pelo produtor familiar. (Disponível em: <http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo26.htm>).

da cadeia produtiva pelo horizonte das gerações é ameaçado. Considerando que,

[...] as estratégias da família em relação a constituição do patrimônio fundiário, a alocação de seus diversos membros no interior do estabelecimento ou fora dele, a intensidade do trabalho, as associações informais entre parentes e vizinhos, etc. são fortemente orientadas por esse objetivo a médio ou longo prazo, da sucessão entre gerações.[...] a família define estratégias que visam, ao mesmo tempo, assegurar sua sobrevivência imediata e garantir a reprodução das gerações subseqüentes. (WANDERLEY, 2001, p.27).

Aproximando-nos um pouco mais de nosso objeto de pesquisa, observamos que a ligação contratual dos agricultores familiares com as agroindústrias se encontra presente nesta discussão. Entre algumas de suas formas concretas, a agricultura brasileira conserva na atualidade esta subordinação às agroindústrias. Neste caso Graziano da Silva (1982) menciona que a:

[...] apropriação do excedente dá-se através do financiamento de insumos e da assistência técnica, que cria uma dependência do pequeno proprietário e o força a adotar um novo padrão técnico; e através da venda num mercado monopsonico da matéria-prima industrial por ele produzida. Nessa forma de articulação da agricultura com a indústria, a propriedade privada da terra detida pelo pequeno produtor e mesmo o caráter “independente” da sua produção ficam bastante descaracterizados. (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p.129 – grifo do autor).

Através de seus vários mecanismos, as agroindústrias exercem o controle do processo de trabalho e empreendem esforços na cooptação da subjetividade dos produtores. Nesse cenário, a propriedade privada da terra de forma alguma significa autonomia do produtor no exercício da atividade.

4. O LUGAR SOCIAL DOS TRABALHADORES INTEGRADOS E SUAS VERSÕES: A ORIGEM, ADESÃO AO SISTEMA DE INTEGRAÇÃO, O PROCESSO DE PRODUÇÃO E SUA RELAÇÃO COM A EMPRESA

Já discorremos sobre o trabalho, sobre a exploração capitalista, sobre a agricultura familiar, sobre a integração avícola e suas modificações desde sua implementação, no entanto nos falta ainda ouvir um pouco mais a “voz” dos principais atores deste processo quanto a questões centrais: Os produtores integrados. Quem são? Como é seu cotidiano de vida e trabalho? O que pensam sobre a integração e a relação que estabelecem com a empresa?

Nesta seção, pretendemos dar ênfase aos avicultores para que, a partir de seus relatos, possamos analisar o processo de trabalho, a relação estabelecida com a agroindústria e as condições de vida decorrentes destas premissas.

4.1. A origem destes trabalhadores e sua adesão ao sistema de integração

No intuito de conhecer um pouco sobre sua origem, a forma e as motivações que levaram a adesão ao sistema de produção integrada de aves, questionamos os entrevistados sobre a atividade que exerciam antes da adesão. Por meio dos relatos, constatamos que não fogem à lógica retratada pelos estudos na área ao longo dos anos. Todos os entrevistados são oriundos da agricultura familiar, e, antes de aderirem à produção integrada, viviam, em sua maioria, da cultura de grãos e de leite. A produção tinha como finalidade o abastecimento da família e comercialização do excedente. Apesar de terem como atividade central a produção avícola integrada, a maioria dos entrevistados mantém ainda em paralelo o cultivo de grãos, a produção de leite, entre outras atividades. A manutenção de mais de uma atividade, entre as razões apontadas se dá em função das dificuldades que a classe produtora tem enfrentado na atividade.

Sim, a maioria tem vaca de leite, lavoura, erva mate, se fosse só com aviário eu não tinha a minha propriedade. Se fosse só aviário eu já não tinha mais nem a propriedade, eu

não sei como é que tem gente que diz que tem lucro. Então pode pôr aí que eles, nas palestras deles e coisa e tal, diz que o avicultor só com o aviário não vive, a própria empresa (AVELINO).

O aviário é a fonte de renda principal. Trabalho também com vaca de leite. Senão tinha passado fome, já tava ferrado (JOSÉ)

Por outro lado, entre os motivos da adesão ao sistema de produção integrada, também são listadas as dificuldades encontradas pelos agricultores na lavoura e demais alternativas de produção. Quanto a isso, reportando-nos à discussão teórica já realizada, podemos observar que a situação precária que vivencia o campo não é particularidade do contexto atual e sim uma consequência de um modelo agrário que não prioriza a pequena produção, que vem se perpetuando na história do país.

Na verdade, na época a gente começou, não tinha outra alternativa. Era só lavoura e a gente buscou, eu tinha, naquela época já tinha bastante avicultor na região e a gente procurou melhorar de vida, buscar mais uma alternativa e daí a gente acerto com a SADIA, para ter mais uma atividade dentro da propriedade que era avicultura. Daí foi que eu comprei essa área aqui que era do outro morador que tinha, que tinha só cinquenta metros de aviário, daí eu acabei comprando e aumentando aqui (NILSON).

Para ter melhores dias, como a área de terra é pequena, então isso seria uma alternativa melhor pra gente sobreviver aqui na propriedade, e por isso que temo até hoje na propriedade (CLAUDIO).

O que fez nós buscar essa alternativa é pra nós ter uma outra fonte de renda que viesse aumentar a renda nossa da propriedade (JOÃO).

Diante da escassez de terra, tendo em vista que o oeste catarinense, diferentemente de outras regiões do país é formado em suma por pequenas propriedades, a avicultura correspondeu e, de certa forma, ainda é vista pelos produtores como uma alternativa de renda possível.

Sobre a adesão, observa-se que as empresas mantinham e, segundo informações não oficiais que obtivemos, ainda mantêm setores específicos de captação/seleção de possíveis integrados. O primeiro contato do agricultor com o universo da integração, no caso dos nossos entrevistados, se deu: ou pelo técnico da empresa em visita à

propriedade ou pelo conhecimento/influência de pessoas que já haviam aderido.

Eu fiquei sabendo através de amigos meus, parentes que já tinham os aviários, que se integraram. Daí eu consultei eles, conversei com eles, daí eu mesmo passei a procurar a Empresa (CLAUDIO).

A gente, naquele tempo a minha irmã que já tinha aviário. A gente acabou vendo, numa necessidade, pelo adubo que a gente precisava na lavoura e uma renda a mais na avicultura. Na época lá a Empresa, o Carlos se dava muito bem com o técnico, eles me ofereciam e eu queria me casar (PEDRO).

No caso da Sadia foi. Quando a Chapecó quebrou, ficamos com o aviário fechado, aí a Sadia me procurou e pediu se queria trabalhar com eles (JOSÉ).

Sim, a empresa procurou a gente, a gente achou que dava, e no começo deu, nós fizemos sim. Nós fizemos um pouquinho no começo é agora uns anos pra cá, uns dez anos pra cá que não dá mais. Mas senão a gente já ralou bastante e conseguiu tira um pouquinho (JOANA).

[...] eu até nem queria trabalhar com a Sadia, porque eles compraram uma área aqui perto de nós, abusaram, eu nunca gostei da Sadia, eu nunca gostei da Sadia realmente. Antes de trabalhar procurei todas as firmas que existissem aí. A Sadia não procurei pra trabalhar. Eles vieram aqui em casa, até inclusive um rapaz muito bom, o técnico, olhou, não tinha problema - vamos trabalhar, vamos investir, vamos fazer isso, fazer aquilo (AVELINO)

O pequeno produtor é mestre em buscar alternativas de sobrevivência. A terra, escassa, não deve ser desperdiçada, sendo necessário aproveitá-la da melhor maneira possível. É importante mencionar que, neste contexto, a propriedade tem um significado diferente para o produtor: ela é meio de vida, é de onde o produtor tira sua sobrevivência e de sua família e não apenas um bem, um investimento. De acordo com Graziano da Silva (1982), esta relação com a terra diferencia o agricultor de um capitalista.

Ao pequeno agricultor, em sentido lato, pouco interessa que a sua terra tenha uma valorização rápida, uma vez que a sua atividade é a produção agropecuária, da qual depende para a sua subsistência. De modo geral, quando ele vende suas terras, não o faz por vontade própria ou para buscar investimentos mais rentáveis, e sim por causa de alguma

forma de pressão e imbuído da esperança de poder adquirir nova área em outra parte. Ao contrário, o capitalista, ao comprar terras, está sempre à procura do melhor investimento (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p. 77).

Do mesmo modo, como o cultivo da terra, repassado entre gerações, é único ofício que sabe desempenhar. Se por ventura o agricultor tem a necessidade de se desfazer da terra, conforme sinaliza acima o autor, ele faz sempre em situações extremas e não por vontade própria.

4.2. O processo de produção e trabalho na integração

O cotidiano de trabalho na integração é retratado com riqueza de detalhes por alguns de nossos entrevistados. Nos relatos eles revelam como o trabalho é feito, as dificuldades, quem trabalha, entre outras tantas questões que compõem o processo produtivo. Quando se questiona por quem o trabalho é realizado, a resposta mais frequente é que o trabalho é feito pela família, conforme podemos observar nos depoimentos abaixo:

A família e olhe lá. Porque se tu pega uma pessoa, que chega dá um lote mal, quem é que vai sobreviver com quinhentos pila em sessenta dias trabalhando dia e noite que nem o aviário trabalha [...] (JOSÉ)

Sim, toda a família. A menina, nós temos um secador de cabelo pra limpa, porque o automático tá tudo cheio de coisinha não dá pra entrar com as mãos pra tirar, daí com o secador de cabelo ela vai todas as tardes, limpa que entra aquela maravilha, tem que limpa tudo, daí vai sempre ela [...] nós dividimos as tarefas. Que nem limpa o tubo assim, aquelas coisas baixinha que daí é só com a menina, vai sempre ela. Por exemplo, a parte mais pesada, dá ração, tirar a ração molhada, vamos nós. A menina só limpa porque depois ela tem mais prática digo, lida com aquele, e ela limpa. Todos trabalham, até o filho, que ele tá lá na roça. Mas hoje de manhã ele também ajudou no aviário (JOANA).

Esses depoimentos vem corroborar com a análise de Graziano da Silva (1982), referente à pequena propriedade:

[...] a família é a unidade básica de produção, e o assalariamento temporário entra apenas como complemento nos períodos de maior serviço, ou seja, eventualmente. Esse

é o ponto fundamental no que diz respeito à mão-de-obra ocupada na agricultura brasileira; presença marcante do trabalho familiar. A sua participação é inversamente proporcional ao tamanho dos imóveis; ou seja, quanto menor a propriedade em termos de área e/ou valor da produção, maior é a importância do trabalho familiar (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p. 36).

Apenas dois dos entrevistados têm empregados que auxiliam nos cuidados diários com o aviário. Um deles menciona que tem empregados em função da idade avançada, já que quem mora e trabalha na propriedade é somente ele e a esposa. Outro, porque é sozinho no trabalho e mantém paralelo à integração outra atividade e assim não daria conta das duas coisas. Sobre o pagamento destes trabalhadores, observa-se que aí também existe uma relação de exploração que extrapola qualquer parâmetro. Ao responderem a pergunta: “como paga os empregados?”, obtivemos os depoimentos abaixo:

O que sobra. Que nem esse lote que a mulher falou aí, não deu pra pagar o empregado, não deu pra pagar o empregado. Eles fazem a conta aqui, é o avicultor que tem que, que trabalhar. Só que quem não tem condições de cuidar tem que pagar outro, que a gente já está com idade avançada. Até que tinha os rapazes junto, a família maior e até que eu e ela podia dar conta do recado nós cuidava lá. Eu acho que faz em torno de doze anos que temos empregado, senão até lá nós tocamos só a nossa família (AVELINO).

[...] pra pagar o tratador, se ele ganhar vinte por cento, são quinhentos reais pra ele trabalhar sessenta dias e fica mais quarenta parado, não tem peão que aguente. “Não tem mais mão-de-obra pra trabalhar nos aviários, não existe, ninguém mais quer. [...] peão tu não arruma, ou se tu arruma é de má qualidade, porque um cara que se preza não vai fazer um serviço desse, porque a expectativa é terrível. Só quem não tem outra coisa, que de repente, não tem onde morar, ganha uma casa e ganha luz e certo, até ele dá uma equilibrada pra salta em outra coisa melhor. A verdade é essa, pra dizer que vai ficar ali pra ganhar dinheiro, não fica, eu acho que se tu entrevistar o pessoal aí e dizer que tem peão há mais de um ano, dois anos, tu vai achar aí, pode ter certeza que o proprietário deu outra saída pro peão. Tem casos vamos dizer assim, dele cuidar vaca de leite junto entendeu, pra podê defender, mas só do aviário tratador nenhum vive, não tem como viver. (JOSÉ)

Nos dois casos acima relatados, não há mais filhos vivendo na propriedade e logo existe uma carência natural de força de trabalho. Isso retrata o êxodo que vem ocorrendo no campo, que tratamos na discussão sobre agricultura familiar no capítulo anterior. Aliás essa é uma grande preocupação na produção integrada e aparece tanto na fala dos produtores, como na do membro da FETRAF³² que entrevistamos, pois parte significativa da garantia na continuidade dessa atividade está na perpetuação dos produtores familiares rurais.

Na percepção do movimento sindical, o modelo de integração vem gerando vários problemas no oeste catarinense, entre eles a sucessão nas propriedades.

A questão do sistema de integração, principalmente de aves aqui no Oeste Catarinense não é diferente, o sistema de produção, ele está chegando no limite da sua existência, porque não está conseguindo fazer sucessão nas propriedades onde os avicultores tem as suas unidades, suas produções, suas granjas. Está empobrecendo muito a agricultura, o agricultor, o avicultor, integrado, ele não recebe um valor justo pela sua produção e está causando uma série de problemas, inclusive de saúde, de trabalho, de lesões nos próprios avicultores pela quantidade de esforço que têm que fazer nesse processo. Então é um modelo de integração que esta com sérios riscos de sua continuidade pensando em 10/15 anos. Esta é a avaliação que a gente tem (FERNANDO, Membro Fetraf-Sul).

No mesmo viés, observamos que a maioria dos entrevistados está há mais de duas décadas na produção integrada. Outros há mais de 30 anos. Muitos optaram por dar continuidade à atividade que os pais haviam iniciado, conforme sinaliza a fala dos produtores João e Miguel:

Na verdade, eu comecei na integração junto com o meu pai, depois foi que assumi sozinho. Na época, a Empresa procurou o pai e ofereceu. Naquele tempo era uma boa, dava dinheiro, hoje em dia está bem diferente (JOAO)

Eu já comecei com o meu pai que foi quase um dos primeiros integrados da Sadia. Comecei com meus quinze,

³² Conforme já mencionamos no decorrer da pesquisa, tivemos contato com outros sujeitos de algum modo envolvidos com a discussão da integração. Entre estes esteve um membro da Fetraf-Sul, que se encontra a frente das discussões sobre o modelo na região oeste e vem integrando um movimento que busca discutir com a sociedade a viabilidade de tal modelo. Para preservar a identidade do entrevistado o trataremos pelo nome fictício Fernando.

dezesseis anos, sempre trabalhei na avicultura, depois surgiu pra mim, depois que eu casei, foi ele que comprou, esse aviário já era, tava desativado, a gente comprou, fomos pegar na Sadia (MIGUEL).

Em contrapartida, em outras falas de avicultores familiares, foi possível perceber como o campo e a produção integrada, na atualidade, não são atrativos aos filhos, como foram no passado para os produtores da geração que entrevistamos. Este processo é consequência de uma soma de fatores, já mencionados e tem como principal força motriz a precarização das condições de vida e trabalho dos produtores. A situação que vêm vivenciando os pequenos produtores familiares na atividade põe em risco o modelo de integração tal qual ele se apresenta hoje. Vejamos os depoimentos a seguir:

Então é uma coisa que pelo pouco que dá, mas até que a gente conseguir trabalhar vai. Mas eu, o meu filho ele tem dezessete anos, então ele diz que ele vai estudar, ele não vai ficar cuidar do aviário futuramente. Então até que eu e meu marido a gente pode cuidar o aviário a gente cuida e depois... não sei até quando (INÊS).

Tenho dois [filhos], mas nunca trabalharam não. Não, eles não querem não. Se eu disser pra eles, ó vou deixa pra vocês isso, eles não querem ai. Já começaram desde cedo a trabalhar fora. Ai fiquei sozinho com o trabalho (MIGUEL).

A precarização das condições de trabalho ocorre em diferentes vertentes. As exigências se intensificam a cada dia sendo uma das questões que mais chamou nossa atenção nas entrevistas realizadas a absurda jornada de trabalho a que os produtores integrados estão submetidos.

Todos os produtores, ao falarem da jornada de trabalho, mencionaram que a responsabilidade pelo cuidado das aves os acompanha 24 horas por dia, 7 dias na semana, durante todo o tempo em que os animais estão alojados. Ao considerarmos como trabalhadores que vivenciam uma situação de assalariamento disfarçada, observamos que nem no auge da Revolução Industrial, quando trabalhadores tinham jornadas de trabalho que excediam o limite das forças humanas, isso ocorria. O trabalhador ainda possuía um tempo para o descanso, para repor suas energias e deste modo restabelecer sua capacidade produtiva.

Aviário é vinte e quatro horas por dia, quando tem pintinho é vinte e quatro horas por dia. Tu começa seis horas da manhã, você vai lá, tem pintinho, tu faz fogo, trata os

bichos, vem pra casa, mas dali a pouco tu tem que fazer fogo de novo. No inverno cada duas horas e meia, três horas, tu tem que levantar e fazer fogo. Então dá pra dizer que é vinte e quatro horas, tu tem que achá um tempinho pra você dormi, descansar (JOSÉ).

Olha, de trabalho mesmo, você tem que ficar vinte e quatro horas atento, não é de trabalho braçal as vinte e quatro horas, mas tem que ficar o tempo inteiro, você tem que ficar, tá atento ali no serviço (MIGUEL).

Por mais que o trabalho não seja intensivo, a necessidade do cuidado, a responsabilidade para com a atividade é contínua. É esta responsabilidade que deixa o produtor sempre de sobreaviso e o impede de ter “certas liberdades” que um trabalhador assalariado possui. Enquanto o aviário abriga as aves, não há dia de folga, descanso, noite destinada ao repouso, é um estado de vigília constante.

Ah, o aviário se vai olhar dentro dos dias, tem dias que vai dar mais serviço tem dias que vai dar menos [...]o único problema do aviário é que feriado, domingo, sábado você não tem. Quando tem os bichos, os frangos dentro do aviário, isso aí é praticamente direto. De noite também, às vezes meia noite você tem que levantar fazer fogo, principalmente agora no inverno tu vai ter que tá ali. Na verdade é vinte e quatro horas. O avicultor que hoje tem aviário de frango eu digo que é vinte e quatro horas. É claro que não vai trabalhar vinte e quatro horas, mas tem que ficar vinte e quatro horas, porque se você está dormindo, duas da madrugada, o tempo veio com a chuva ou é frio você vai ter que levantar e atender, até porque se você não fizer isso o teu resultado no final vai lá p/ baixo, aí sim, já tá pouco cuidando bem, calcule não cuidando, aí vai ser pior, mas é complicado (NILSON).

Sim. Não tem hora, a hora que precisa tu tem que tá lá e é direto, se é de dia, se é de noite tu tem que levantá, se for pequeno fazer o fogo, se precisa carregá tu tem que levantar de noite, se vem ração tu tem que levantá de noite, é vinte e quatro horas por dia, a ração também. Se tu pede a ração, se te chegar lá meia noite, uma hora, duas horas, tu tem que levantá e ir lá atender (MARIA).

Com integrado, no início quando as aves são menores, a mão de obra é bem maior, daí você tem que levantar desde a meia-noite, ou às duas, três horas da madrugada pra receber ração, porque não tem horário específico. Se tiver intempéries de tempo, que ameaça chuva ou fizer vento,

você tem que levantar independente da hora que for, e ao longo do tempo quando o lote for se desenvolvendo, que ele já tiver numa idade maior, daí vai diminuir o serviço porque daí, mas mesmo assim você tem que estar, alguém sempre vai ter que estar perto da propriedade pra qualquer eventualidade que acontecer, qualquer anomalia, você tem que tá ali pra corrigir. Então exige bastante tempo sim, no início exige bastante mão de obra (JOÃO).

É de manhã até de noite. Ontem chegou os pintinhos, nós estamos com pintinho pequeno. Então chegou os pintinho ontem à noite e daí a gente alojou, ajeitou a cama e vai e daí depois tem que levantar fazer fogo de noite a cada duas, três horas e de manhã é também a cada duas, três horas tem que entrar no aviário fazer fogo, botar ração, mexer ração e depois quando eles crescem é todo o dia, cada pouquinho tu tem que ir no aviário, eu não sei te dizer quantas horas (INÊS).

Na maioria das situações, a família se reveza, divide a responsabilidade. Assim, não é apenas o produtor direto, aquele que assina o contrato, que assume o encargo, mas junto com ele todos os membros do grupo familiar. A empresa não toma para si apenas o trabalho do dito parceiro, mas de seus filhos, esposa, esposo. Conforme já mencionamos, trata-se de uma relação extremamente vantajosa, tendo em vista que são vários trabalhadores à disposição da empresa, conforme as respostas abaixo.

Tem dias que em média seis horas por dia, mais ou menos. Mas aí, a cada duas horas, você tem que tá no aviário de noite, aí tem todas as máquinas grande, tu tem que trocar, duas horas vou eu, as quatro vai o outro. É direto. Aí tem o aquecedor, as máquinas de quatorze mil cada fogão, que nós investimos e ele é automático, ele se liga e se desliga a temperatura que tu boto e se coloco com trinta e dois grau, ele é automático, com trinta ele se liga, com trinta e dois ele se desliga, não adianta. Só que a preocupação é 24 horas, porque se nós perder uma hora, se não tem ninguém em casa, se largar o aviário o lote já foi, porque se você não cuidou, você já perdeu (PEDRO).

Conforme sabiamente menciona a pequena avicultora,

É uma cadeia de portas abertas, é uma prisão de portas abertas, eu acho que é uma prisão de portas abertas, que tu vai lá. Tu quer ganhar bem, tu tem que tá lá dentro, tem que tá lá de hora em hora, de pequeno hora em hora tem que ir,

agora já de duas em duas horas já dá prá deixar duas horas, a gente vai lá e volta (JOANA).

Joana continua seu relato trazendo detalhes do cotidiano de trabalho na atividade do manejo, explicitando o envolvimento da família e de como organizam a rotina e o processo de trabalho de acordo com as possibilidades de cada membro do grupo:

Olha, deixa eu contar. O meu filho, ele saiu de noite, então ele chegou à meia-noite. Ele foi e boto lenha na máquina. Antes de dormir, 9 horas, eu já tinha subido e enchido a máquina de lenha. Daí há meia noite ele veio, colocou lenha, daí ele foi dormir. Duas horas da manhã ele levantou e foi novamente colocar lenha na máquina. Cinco e meia da manhã eu levantei e fui colocar, porque só ele, só um pegar no pesado não dá né. O meu esposo ele não vai porque ele não tem muita saúde, você sabe. Ele não tem muita saúde por isso ele não vai de noite botá lenha na máquina e levantar da cama. Até os vinte dias é bastante puxado, mas depois também não é esse grande, grande trabalho, mas até os vinte dias, mexe a cama, depois é só tu ficar de olho. A gente tem tipo um motorzinho que vai só com um, vai indo, vai mexendo com a ração todo dia e ração não precisa muito, recolhe os morto, conta, depois dos vinte dias não é muito serviço, mas até os vinte dias, minha nossa!(JOANA)

Nessa direção, retomando as reflexões de Graziano da Silva (1980, p.233), a pequena produção é importante à economia por gerar uma parcela considerável da produção agrícola. De outro lado a “sua existência também significa um alto grau de exploração da força de trabalho”. Isto porque os trabalhadores têm a necessidade de intensificar e aumentar a jornada no sentido de obter a subsistência. Desse modo, a jornada de trabalho não precisa nem ao menos ser fixada, muitas vezes a necessidade acaba por fixar a jornada.

No mesmo sentido, Marx (1983a) sabiamente sinaliza:

O prolongamento da jornada de trabalho além dos limites do dia natural por noite a dentro serve apenas de paliativo, apenas mitiga a sede vampiresca por sangue vivo do trabalho. Apropriar-se de trabalho durante todas as 24 horas do dia é, por conseguinte, o impulso imanente da produção capitalista (MARX, 1983a, p. 206).

Continuando a discussão, o depoimento que segue, para nosso espanto, sinaliza que a jornada de trabalho absurda não está apenas implícita na relação de trabalho com vistas ao processo produtivo. De

acordo com entrevistado, a empresa exige formalmente esta disponibilidade do produtor.

É vinte e quatro horas. A empresa eles exigem que você fique vinte e três horas atento esperando, porque a ração pode vir a qualquer hora do dia ou da noite, é vinte três horas por dia. Mas na verdade tu tem que ficar vinte e quatro horas porque, a ração, eles param uma hora lá na Empresa, das onze e começam a meia noite. Então das onze à meia noite eles não têm expediente, mas o caminhão que carregou às onze, ele tá na estrada. Então na realidade é vinte e quatro horas por dia. Que nem aconteceu aqui com nós, de nós tá num velório, o peão, o funcionário trabalha o dia inteiro, deita e dorme [...]Daí tu liga lá no outro dia, isso que eu liguei antes, pedindo que não me mandassem a ração, ele disse que não podiam interromper a distribuição.- Eu vou num velório hoje à noite, eu não vou tá em casa. Tem que deixar alguém responsável, e o rapaz foi dormir. Olha, de trabalho mesmo, você tem que ficar vinte e quatro horas atento, não é de trabalho braçal as vinte e quatro horas, mas tem que ficar o tempo inteiro, você tem que ficá, está atento ali no serviço (AVELINO)

A situação relatada, em nosso entendimento, beira o absurdo. A impessoalidade da relação é tamanha que não importa que tipo de situação o avicultor esteja vivenciando. Os cuidados com a produção e a vigília não podem ser interrompidas. Considerando as leis trabalhistas brasileiras, caso a empresa ainda mantivesse o modelo de produção que antecedeu a integração, seriam necessários três funcionários que atuassem em três turnos de oito horas cada, para atender à demanda do cuidado das aves. Assim seriam três contratos de trabalho, três salários e direitos trabalhistas pertinentes à legislação. Nesse sentido, voltamos a identificar que a situação que vivenciam os produtores mistura o que há de mais arcaico, traços escravocratas, com o que há de mais moderno em termos de processo produtivo, como a mecanização e as metas de produtividade.

Nesse emaranhado, o produtor perde por completo a autonomia não apenas do seu processo de trabalho, mas as próprias rédeas da sua vida. Quando nos relataram a jornada de trabalho a que estavam submetidos, o nosso primeiro impulso foi perguntar sobre a parte da vida que não é trabalho, o lazer, quando e como se divertiam, que estratégias usavam perante a realidade vivenciada.

Com relação à possibilidade de lazer, seguem os depoimentos dos produtores:

Ah, mas é difícil, é todo o dia a mesma coisa. Talvez tem uma festa na comunidade você vai. Você vai almoçar, daqui uma hora e meia, duas horas você tem que voltar, você tem que estar em casa. Se divertir mesmo é difícil (MIGUEL).

Se tem uma festa na comunidade, você não pode ir. Você até vai, mas tem que voltar, tem sempre um compromisso. Viajar com a mulher não pode, ou viaja um, ou viaja outro. Para quem tem empregado, aí pode deixar tratado com ele, mas é assim você tem que ficar sempre de olho, tu é meio escravo desses bichos (AVELINO).

Não, não é que a gente não saia, a gente sai, mas quando sai, por exemplo, saio eu e a mulher, fica o piá. Tem que ficar meio por perto, até porque é aquela questão você não sabe o tempo o que vai acontecer, como vai estar, então sempre um tem que ficar. Difícilmente você sai o dia inteiro e deixa o aviário sozinho, isso é difícil, não existe, nem tem como não (NILSON).

Não, por causa que tu tem que ficar cuidando, se estoura uma manga de água, se estoura um cano de ração, aí é aquela, não é aquele serviço, mas tu tem que tá aí presente, é um compromisso (MARIA).

Às vezes consegue sair. Se tiver aves ali é você sair no máximo de duas ou três horas que você puder ficar longe, daí você tem que ter alguém que perto de casa. Livre mesmo você vai ficar a partir da hora que você não tiver nada alojado, daí fica mais fácil pra sair com a família, mas é uma atividade que requer tempo disponível e sempre alguém aí perto (JOÃO).

É difícil, não tem como. Porque como é só nós dois praticamente, então ocupa todo o tempo da gente. Então o aviário é uma coisa que você não pode abandonar, sair e abandonar [...] Então é um compromisso, a gente não tem esse tempo de sair, a gente sai mas daí já tem que voltar, ou um sai o outro tem que ficar. Então não é fácil aqui. Olha, agora faz uns dois ou três anos que praticamente a gente tá só em casa. [...] uma vez quando saía o lote, no verão praticamente a gente reunia uma turma e a gente, ia pra praia ou ia num campo, ficava dois, três dias, essa é a diversão da gente porque todo o dia é ali na lida, fim de semana também (INÊS).

É, não tem, parece uma cadeia, não tem um fim de semana, só quanto tiver intervalo, daí você pode sair (PEDRO).

Observa-se, assim, que os momentos de descontração e lazer, quando existem, não podem ser compartilhados por toda a família. Esta lógica afeta a dinâmica familiar e acaba por alterar a cultura e hábitos das famílias estabelecidos por gerações. A produção passa a controlar e organizar as demais esferas da vida.

Todos os elementos que os produtores nos trazem sobre sua jornada de trabalho, rotina, processo produtivo no faz indagar: perante tudo o que conhecemos, a saúde como fica? Muito embora esta não fosse uma questão central do nosso estudo, trouxemos alguns elementos importantes que surgem nas respostas dos entrevistados quando estes percebem implicações imediatas ou futuras consequências da atividade nas condições de saúde dos que trabalham na produção.

Miguel, um dos entrevistados, no momento afastado da atividade em função de complicações na saúde e recebendo auxílio doença do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS menciona:

Estou com um problema sério de coluna. Eu tive que fazer duas cirurgias de coluna, e até não me recuperar estou parado, encostado, recebendo do INSS. Com certeza é da atividade, praticamente trabalhei sempre, sempre com isso, com aviário. Faz esforço, trabalha bastante abaixado, sempre numa posição, isso que força a coluna (MIGUEL).

Já Pedro, outro entrevistado, faz menção a problema respiratório, relacionando-o com a atividade do manejo e sinaliza a posição da empresa, totalmente alheia a qualquer problema que o trabalhador venha a desenvolver em decorrência da atividade.

Eu sou alérgico e o aviário tá fechado, aquele gás da cama, já fez o calor, e aquele gás, dá febre e daí fui lá, peguei uma médica particular e ela disse que é um pouquinho de alergia, mas não é muito, fiz todos os exames. Para empresa não importa se você gastou ou não gastou com a saúde. Quando o aviário tá aberto, aí a gente pode ir lá e trabalhar, agora se tiver fechado, não fica bem. A razão também carrega nas costas, a coluna que todo mundo fica com problema (PEDRO).

Outros entrevistados, apesar de mencionarem que no momento não estão com problemas de saúde, conseguem relacionar o trabalho dentro do aviário com possíveis e futuros agravos na condição de saúde. Nesse sentido, elencam fatores que podem contribuir com este processo.

Olha, eu acredito que sim, porque até a poeira, mas o que eu acho que vai mais futuramente prejudicar a gente é a troca de temperatura, você ta hoje , que nem eu falei, você

tá hoje no inverno principalmente você sai. Você tá dormindo ou mesmo que você tenha a máquina automática lá, você sai numa temperatura aí de oito graus ou dez graus você chegar entrar no aviário tá vinte e oito, trinta graus. Aí você vai entrar lá, você vai ficar quinze, vinte minutos dentro do aviário de trinta graus. Você vai sair aqui pra fora vai tá abaixo de oito graus. Então eu acredito que quem cuida de um aviário ali vinte, trinta anos talvez não, tomara que não, mas eu acho que alguma coisa deve acontecer, porque tem amônia, gases, a própria poeira. É complicado (NILSON).

Uma coisa, que no inverno quando o frango é pequeno, então você entra no aviário e sai muito. A temperatura lá dentro quase trinta graus e sai pra fora frio. Então isso eu acho que não é legal, tem uma época que eu acho que não vai dar certo. Geralmente no inverno, quando acontece isso, que tem o frango pequeno, praticamente todos os lotes no inverno, a gente pega resfriado, pega tosse, essas coisas. Então eu acho que talvez no futuro sempre entrando e saindo no aviário, eu não sei, eu não posso dizer que sim, mas eu acho que pode trazer problema (INÊS).

Eu acho que toda a atividade expõe. Principalmente o aviário, pela concentração de gás de cama que é o complicado. Por mais que você vai dizer, não, mas é ventilado, tem ventilação, mas se tu pega um dia de frio vai ventilá o quê? Se vai jogá ar pra dentro, tu matá tudo de frio. Tu tem que aguentá o baque lá dentro, não tem conversa. Tu tem que fazer a temperatura subir, tu tem que deixar vinte oito, trinta graus dentro do aviário, aí tu vai ventilar como? Minimiza, você pode minimizar, joga um pouquinho de ventilação mínima, ajuda e tal (JOSÉ).

Pode. Porque vou te dizer uma coisa, esses dias, até o dia que chegou era frio, era bem friozinho. Foi numa segunda feira, acho que faz quinze dias amanhã, tava 32 grau lá dentro. Eu sai de lá, tirei a blusa, eu tava suada lá dentro e aqui fora tava 12 graus. Lá dentro 32, eu vim aqui fora doze graus. Lá dentro tem um termômetro que é direto no painel, você vê a temperatura, 32 graus quando deixei lá, tem que ser assim. E depois quando que eu saí aqui fora tem um compridinho, aqueles de coisa, o termômetro aqui 12 graus, então como é que. E de noite, tu levanta da cama quentinho, tu sai daqui, tu vai lá, tu chega lá, eu boto uma manta no pescoço, me agasalho bem e vou, mas eu entro lá, eu tenho que tirar tudo, depois sai ali fora eu to me vestindo

de novo, porque a queda é muito grande. Eu digo que pode, mas graças a Deus a gente se cuida, toma remédio. Eu tenho saúde, mas meu marido não muito. Eu graças a Deus eu to bem. Há tem dias que eu me entrego também, já a idade começa a pegar um pouco também, mas agora eu não posso me queixar. Vai indo, eu tive problema de saúde, mas agora to boa (JOANA).

A empresa, nesse sentido, parece não demonstrar nenhuma preocupação com a saúde dos produtores. Questionamos os entrevistados se existia alguma ação, por parte da integradora, com vistas à proteção/recuperação da saúde do integrado, como por exemplo, se a empresa fornecia equipamento de proteção, passava instruções sobre manejo adequado. Os entrevistados mencionaram que a empresa não disponibiliza equipamentos de proteção e que raramente recebem orientações com relação a qualquer prevenção em relação à sua saúde. Nesse sentido, um dos entrevistados sinaliza que, na sua percepção, a empresa deveria ter responsabilidade na prevenção e recuperação da saúde dos produtores. Na sua simplicidade, põe em foco uma questão essencial: Afinal, o que importa: o bem estar do animal ou do trabalhador, do ser humano?

Eu penso que eles deviam dar tudo pra gente, médico, dentista alguma coisa a mais, ajudar os avicultor direto, nessa parte. Então eles aqui já vem com várias exigências pra gente por causa do bem estar do animal. Mas, assim, a gente conversando: - Tá, o bem estar do animal, mas e o nosso? Esse é o problema. Eu converso bastante, falo direto com o técnico. Quando diz bem estar do animal quer dizer o seguinte, bem tratado, conforto, ar condicionado, tudo. Não pode estragar uma perna, o frango é assim (PEDRO).

Pelo que vimos até agora, a vida do animal, neste caso a ave, é mais cara à empresa do que a do produtor e sua família. Na relação capitalista de produção, em que os produtores estão inseridos, ainda que seu trabalho seja uma mercadoria inacabada, uma matéria prima, uma vez que ainda vai passar pelo processo de industrialização que viabiliza sua comercialização, o que importa à empresa é a mercadoria e não quem a produz. Para o sistema capitalista, homens valem menos do que mercadoria, ou melhor, só valem algo enquanto produtores de mercadoria.

No entanto, é importante indicar que encontramos também, em clara contradição aos depoimentos acima, avicultores que não conseguem estabelecer relação do trabalho com o processo saúde x

doença e acreditam que a responsabilidade pela manutenção da saúde é atribuição do produtor, deixando clara a cooptação de suas subjetividades pela empresa. Aliás, fenômeno típico da nova forma de produção toyotista que já mencionamos anteriormente. Esta percepção muito se assemelha à lógica da transferência de responsabilização pela doença/acidente ao próprio trabalhador, extremamente presente no espaço fabril.

Olha, ele (manejo) pode até trazer se o cara não se cuida, mas se o cara se cuidar, porque tem a época que você tem que desinfetar ele, mas daí a orientação que nós temos da Empresa e nossa também é usar máscara, bem equipado. Daí não tem problema nenhum, depois o tratamento, desintoxicação não é lá dos pior, não é lá o bicho-de-sete-cabeças (CLAUDIO).

Dessa forma, é importante explicitarmos como se dá a relação entre produtor e empresa, neste processo, indicando suas contradições, conflitos e convergências.

4.3. A relação com a empresa

A relação com a empresa é marcada por uma série de elementos complexos, alguns já mensurados e discutidos ao longo deste estudo. No entanto, pelas entrevistas nos parece óbvio que o fator decisivo neste processo é a remuneração. O problema maior, para os entrevistados, não está na exploração, na jornada exaustiva, na impossibilidade de poder sair com a família, no descaso com a saúde, e sim no fato de se submeter a tudo isso e ainda não ser remunerado com justiça.

No momento em que maioria dos entrevistados demonstra sua insatisfação com a atividade, conforme os depoimentos que seguem, a falta de retorno financeiro é o elemento mais presente.

Não tá dando nada. É muito prejuízo. Para você continuar precisa investir e investir não vale à pena, porque é um dinheiro que não volta. Não daria conselho para ninguém entrar. Quem tem aviário é obrigado a continuar, porque não tem o que fazer com aquele capital parado que está ali (MIGUEL)

Antes de trabalhar, procurei todas as firmas que existissem aí. A Sadia não procurei pra trabalhar. Eles vieram aqui em casa, até inclusive um rapaz muito bom, o técnico, olhou,

não tinha problema - vamos trabalhar, vamos investir, vamos fazer isso, fazer aquilo. Mas eles é uma ditadura, eles exigem que você compre isso, compre aquilo, e depois o sistema deles, o sistema deles de paga. Um lote tu vai mais ou menos, tira bem, daí no outro lote eles te arrumam um calo de pata, te descontam mil e pouco, dois mil, coisa que não existe, tu traz tudo que é feito, então tu espera (AVELINO).

Até, que nem eu falei, se não melhorar, não dá uma mudança, uma melhora no tratamento que é a média hoje, no meu caso é a Sadia, é cinco mil e meio média, se não melhorar a tendência é parar e decair. Porque hoje, se fosse tirá, o meu aviário já tem um certo ano, se fosse aqui quatro, cinco anos tocar de jogar mais oitenta, cem mil reais em cima de novo prá poder continuar, a tendência é não, a tendência é parar mesmo, até porque não dá prá trabalhar, ou empata ou perder não, não tem como. Eu acho que cada atividade tem que ter a margem de lucro. Então hoje não seria viável, eu acho que não (NILSON).

Não, hoje não. Hoje não, quem tem esse dinheiro pra investir num aviário, não é aconselhável entrar na firma, nenhuma firma, não to contra a Sadia nem outra, todas. Não to contra a Sadia nem outra firma, só eu acho que não é vantajoso. Já, por nós tava fechado, eu até queria fechar, o nosso filho ele quis desmanchar e fazer de novo [o aviário] (JOANA).

Avaliem comigo, se a empresa tivesse esse aviário, eles se eximem, eles teriam que ter empregados, pagar direito trabalhista, tudo isso, se eximem totalmente de tudo isso e ainda você paga o aviário, que na verdade é pra eles, é tudo de bom. Um cara me disse uma vez assim: - Se aviário fosse bom, cada diretor da Sadia tinha dez, quinze aviários. Cada chefe da Sadia enchia de aviário prá ganhar dinheiro. Por que que eles não botam se é tão bom assim, se dá tanto dinheiro assim, vão eles encarar o pepino pra vê (JOSÉ).

Apenas um dos dez produtores que entrevistamos diz estar satisfeito e afirma que nunca pensou em desistir da atividade. Em seu relato aparece algo que é característico nas famílias agricultoras, também discutido no item que tratou da agricultura familiar, a responsabilidade do patriarca em “colocar” os filhos e assim prepará-los para um bom futuro. Os que não herdaram a terra necessitam receber algo, seja o “estudo”, a casa na cidade ou qualquer outra coisa que possa lhe garantir o sustento.

Olha, ela não é lá tão grande a vantagem, mas final dá pra ficar dentro dos planos nossos, dá prá cuidar muito bem. Então a gente, principalmente eu, nós aqui, a minha família, nós estamos contente, tem claro, tem altos e baixos, é que nem uma suinocultura, o milho tu vai ver hoje. Então ele está numa média, num patamar que até me satisfaz.[...]Mas eu nunca abandonaria isto. Porque você vê, em cima de uma área de terra que a gente tem aqui, eu tenho oito hectares de terra, aí passei mais cinco pro rapaz. Daí fiquei com três hectares de terra e com essa área de terra aqui nós conseguimos colocar a filha, terreno, uma casa pra ela, mista lá no Rio Grande do Sul. O outro rapaz conseguimos ajudando ele a primeira carreta que ele comprou, saiu praticamente saiu daqui da nossa propriedade. Esse ali ele se virou com o estudo, tá estudando. Então tão todos, mais ou menos deu pra deixar a minha família, não rica mas colocada, bem encaminhada e, devo mais a avicultura, plantemos fumo, poucos anos. Afinal saiu daqui (CLAUDIO).

Outro produtor, apesar de expressar várias questões que o desagradam acerca do processo de trabalho e do relacionamento estabelecido com a empresa, demonstra estar satisfeito o que condiz aos “resultados” que vem alcançando e o “reconhecimento” que recebe da empresa. Durante nossa visita à propriedade, exibiu com orgulho certificados e troféus que recebeu em função da produtividade. Na entrevista, questionamos como se dava o processo de escolha dos premiados e o produtor nos relatou o seguinte:

Isso vai somando, por cada lote soma ponto, daí a cada dois meses tem, por exemplo, eles fazem a festinha, eles convidam o avicultor. Cada dois meses passa um lote e outro, que demora trinta dias. Daí eles convidam os melhores, depois no final do ano, vai os oito melhores, por causa que isso aí é um incentivo a mais pro avicultor. O avicultor se orgulha, porque eu sempre digo isso não é política, não é um dinheiro, se vê que a premiação é conquistado pra família mesmo, pelo esforço da família (PEDRO).

Conforme relato, a empresa oferece premiações aos “melhores” de cada bimestre e posteriormente do ano. A gratificação por produtividade é mais uma característica do modelo de produção toyotista, atualmente disseminada em todos os espaços, inclusive no serviço público. Trata-se de uma artimanha, pela qual o trabalhador é instigado a dar tudo de si, esforçar-se ao máximo para obter sucesso,

gratificação ou mesmo o que considera ser o reconhecimento pelo seu esforço.

Na nossa peregrinação pelo oeste catarinense, conhecemos muito do modelo por meio dos contatos informais, da observação. Nesse sentido, uma questão importante a ser salientada é que os prêmios, troféus e certificados concedidos pela empresa são contestados de forma velada e às vezes direta por alguns dos nossos entrevistados e por aqueles que nos deram relatos informais sobre a atividade. Um produtor que conhecemos e que preferiu não ser entrevistado, diz que acredita que em cada comunidade exista um ou dois produtores que ele denomina de protegidos da empresa. Segundo o relato, estes são sempre os premiados e fariam a “propaganda” da integração e a defesa da empresa, nas suas palavras: “Só falam bem da empresa, esses não adianta tu entrevistar, porque não é a realidade, não é a verdade”.

Uma das produtoras entrevistadas, vai na mesma direção, diz que é difícil entender a lógica que segue esta premiação já que conhece o modo de trabalho de um vizinho, que sempre é contemplado nas premiações oferecidas pela empresa, e ele não faz nada diferente do que ela e a família fazem na atividade do manejo.

Por todas as questões mencionadas até aqui, podemos afirmar que, em grande medida, evidencia-se que a insatisfação tem feito parte da rotina da maioria dos produtores de aves do oeste catarinense na atualidade. As dificuldades enfrentadas são tantas que o movimento sindical tem encampado, junto com os produtores e outros setores da sociedade, uma luta por melhores condições de remuneração e trabalho na integração. A intenção seria a de promover um debate com toda a sociedade no intuito de encontrar saídas ao impasse que se coloca à viabilidade do modelo de produção integrada. Segundo a fala do membro da Fetraf-Sul, entrevistado:

Então nós, principalmente nesse último período, com a dificuldade, com a preocupação e com a situação que tava sendo colocada pelos agricultores, principalmente no tema da sua remuneração e da relação contratual com a empresa, buscamos apoio junto ao Ministério Público do Trabalho, a Assembleia Legislativa aqui no Estado, Prefeitos, Vereadores, avicultores, Sindicatos e organizamos uma coordenação, uma comissão que iniciou um processo de debates com os avicultores e com as empresas (Membro Fetraf-Sul).

No entanto, uma das partes indispensáveis à construção deste debate, as empresas, não se mostrou disposta ao diálogo e a atender à

pauta de reivindicações. De acordo com o representante da Fetraf-Sul, quando a coordenação do movimento procurou as integradoras, convocando-as para o debate e estas não demonstraram nenhuma receptividade.

Buscamos a conversa com as empresas no sentido de levar a preocupação, discutir o problema com eles e fomos totalmente ignorados pelas empresas. Eles falam que não era isso, que não era esse problema, que não é assim, que os avicultores estão bem (Membro Fetraf-Sul).

Nesse sentido, para continuar na tentativa de um diálogo e embasar a discussão, a coordenação do movimento solicitou um estudo sobre o custo atual de produção por lote de frango para a EMBRAPA³³, pois, a partir desse dado concreto, seria possível um debate materializado em números, o que tornaria a discussão mais acessível aos produtores e à sociedade.

Hoje, a EMBRAPA e a UNOCHAPECO, Universidade aqui de Chapecó, fizeram um estudo sobre o custo de produção do setor da avicultura. Esse custo de produção, ele é um custo que é bastante significativo e a gente percebe que os avicultores não recebem, ou recebem muito abaixo do que é esse custo de produção. Um exemplo que a gente usou em todas as nossas atividades foi o custo de produção da UNOCHAPECÓ, um aviário de cem metros quadrados, automatizado, tem um custo de produção de 7.572,00 (sete mil quinhentos e sessenta e dois reais). A EMBRAPA forneceu o mesmo custo de produção, do mesmo padrão de aviário, de 100 (cem) metros quadrados, automatizado, num valor de 7.042,00 (sete mil e quarenta e dois reais). São próximos então os custos de produção. Porém sabemos que a EMBRAPA, ela consegue fazer um estudo muito mais aprofundado do que a UNOCHAPECÓ, até mesmo porque ela fez para essas atividades, audiências públicas, para servir de subsídio nesse debate todo que nós construímos nesse último período. E a EMBRAPA, ela já tem uma trajetória, ela é uma Empresa Pública, então tiramos como base, que o contrato, que a relação do agricultor com a empresa no contrato, deve estar tendo a referência da planilha de custo que a EMBRAPA fornece (Membro Fetraf-Sul).

³³ Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

Também tivemos acesso à tabela de custo construída pela UNOCHAPECÓ, cuja organização de custo e receita é realizada de forma mais detalhada. Há inclusive um estudo específico do custo da produção do peru, devido às particularidades do processo em relação à produção de frango. No entanto, como os valores são próximos e foi opção do movimento sindical considerar a tabela construída pela EMBRAPA, conforme as razões acima apresentadas, optamos por analisar e anexar a este trabalho a tabela de custo de produção construída por esta instituição (Anexo C).

Nessa análise, tudo o que conhecemos da produção integrada acaba se materializando em números e só podemos chegar a uma conclusão: o sistema de produção integrada mantém-se envolto a uma trama fetichizada, de modo que o pequeno avicultor familiar não consegue perceber que ele não está, na atual conjuntura, apenas trabalhando de graça para empresa e sim está pagando para trabalhar.

O custo de produção apresentado pela EMBRAPA é composto por componentes fixos e variáveis. Observa-se que, ao fazer a conta do custo de produção do lote, os componentes fixos na maioria das vezes não entram na conta feita pelo produtor, bem como alguns dos componentes de custo variáveis, que ela não precisa disponibilizar dinheiro, porque tem disponíveis na propriedade. Entre os custos variáveis podemos citar a água, a lenha e a força de trabalho. A tendência, neste sentido, é que o produtor calcule como custo apenas o que tem a necessidade de desembolsar dinheiro.

Com relação aos custos fixos, estes definitivamente não fazem parte da conta como custo da produção realizada na propriedade pelo produtor. Quando não existe financiamento dos aviários e dos equipamentos, o agricultor desconsidera o capital investido na construção do aviário e suas instalações. O valor investido, ao contrário de outra aplicação que poderia vir a ser realizada pelo produtor, segue o caminho inverso da valorização do capital, ao passo que a depreciação pelo uso faz seu capital valer menos, dia após dia.

De acordo com o depoimento dos produtores, na atualidade, um aviário, nos padrões exigidos pela empresa, custaria, em média, R\$200.000,00.

Se tu for construir hoje, da maneira que eles querem, é duzentos mil porque hoje é tudo na automatização, tudo no controle, que nem nós não somos assim automatizado assim, com cortina que ergue, um computador já digo lá dentro, o nosso já são da maneira mais antiga, mas tem uma parte que já tá instalado, umas coisas aqui, mas não é tudo

ainda.[...] Os nossos já são antigos e hoje pra valer isso aí, não vale esse preço não (MARIA).

Em contrapartida, o valor médio recebido pelos produtores junto à empresa fica em torno de R\$5.500,00 por lote de frango. Esse dado é confirmado pelos depoimentos colhidos e é patamar utilizado pelas instituições envolvidas, na discussão que vem sendo realizada, como base de cálculo. Considerando o custo final de produção de um lote de frango apresentado pela EMBRAPA, considerando instalações de um aviário “automático”, tipo mais comum na região (diferencia-se do manual, mais rudimentar e do climatizado que, mais avançado, conta com um sistema de climatização), o valor do custo de produção hoje seria de R\$7.049,70. Levando em conta os números em questão, fica fácil observar que o avicultor tem, atualmente, um prejuízo de R\$1.549,00 por lote de frango produzido.

Por todo o estudo realizado nos parece que, muito embora o sistema tivesse praticamente a mesma lógica de funcionamento, este não era o retrato da realidade do início da atividade. Conforme nos relatam alguns produtores, no início a atividade foi lucrativa, possibilitou aquisição de bens, melhoria nas condições de vida da família.

Acreditamos, desta maneira, que a situação vivenciada atualmente na atividade consiste num reflexo da acentuada precarização por que vem passando o setor, ano após ano. Na atualidade, não se pode nem ao menos dizer que a atividade não é lucrativa já que, conforme objetivamente comprovado pela maioria dos depoimentos, ela traz prejuízo e é, economicamente, inviável para o avicultor.

Sendo assim, diante desse contexto, o que ainda mantém os produtores na atividade? Constatamos nas falas dos entrevistados que lhes resta um resquício de esperança de que a situação mude, que eles voltem a obter os bons resultados obtidos no passado. Outra justificativa se refere ao capital investido na construção e equipamentos do aviário, tendo em vista que, segundo eles, seria um dinheiro morto, pois deixando o galpão abandonado ele se depreciaria mais rapidamente. O fato de fazerem isso há tantos anos, de ser um ofício, também é apresentado como algo que ainda os mantém na atividade, entre outras questões de ordem subjetiva que podem não ter sido reveladas.

Já, por nós tava fechado, eu até queria fechar, o nosso filho ele quis desmanchar e fazer de novo. [...] Ele quis, ele disse vamos tentar, porque já deu dinheiro isso, ele sabe que a quinze, vinte anos atrás deu dinheiro, a gente criou peru, dava bem, e depois, de uns dez, doze anos pra cá não deu mais. (JOANA)

Impede de sair, porque daí você vai deixar isso tudo, o galpão aí pra cair. O certo é que fico mesmo por teimoso, porque a verdade tem épocas que tu até consegue tocar, tem épocas que fica horrível, por exemplo, agora, estamos numa época no meu entendimento ruim. Por causa disso, dá problema da contaminação, problema disso, problema daquilo. (JOSÉ)

Olha hoje é complicado eu, no meu caso, eu e a mulher a gente já tá com quarenta e poucos anos, pouco estudo. Então hoje se você vai buscar outra atividade, hoje qualquer atividade você tem que ter o conhecimento. (NILSON)

Observamos, deste modo, que nem sempre o produtor consegue ter a dimensão da sua importância para o funcionamento e a própria sobrevivência da empresa pesquisada. As reclamações e reivindicações existem, mas pelo que percebemos não ganham corpo, não se transformam em ações por parte dos produtores. A grande maioria diz não ser sócio de nenhuma associação ou sindicato e este dado, de certo modo, reflete o momento de desmobilização que vivencia a classe trabalhadora em geral, que não consegue organizar-se e tão pouco ter ciência do seu poder. Tornam-se, assim, apenas partes da engrenagem da empresa, da cadeia produtiva, da produção e reprodução do capital, quer seja no campo ou na cidade, tem como o objetivo central a exploração e por fim a acumulação.

A empresa, por sua vez, segue fazendo o que se espera dela, desempenha com maestria seu papel no “circo” capitalista. Conforme sinaliza o depoimento do ex-funcionário, o único compromisso da empresa, na ocasião da adesão das práticas advindas da reestruturação produtiva, e o compromisso que podemos ter certeza ela ainda mantém nos dias de hoje, é com o lucro, e só com o lucro.

Eu vejo o seguinte, que naquele momento a Empresa foi, o que as Empresas querem é dinheiro, lucro principalmente na época, com suas raríssimas exceções. Hoje se fala ainda um pouquinho de sustentabilidade, tem muita Empresa séria, mas também tem muita faz de conta também nessa história, mas na época começou, o mundo começou a ser mais competitivo, e a Empresa, ela foi em busca da competitividade e ela conseguiu, no meu entender ela foi correta, nesse aspecto, só que ela esqueceu outras questões como a eficiência da cadeia produtiva que todos os elos para manter (CARLOS, ex-funcionário).

E prossegue em seu relato,

A qualidade, ela contempla na sua teoria aspectos sociais e aspectos ambientais, também na sua concepção teórica, só que isso aí, não se deu bola para isso aí.[...]o que se preocupou na qualidade é, na qualidade do produto e na eficiência, ser competitivo nos custos, garantir uma qualidade boa com preço competitivo aí tinha que trabalhar a eficiência para reduzir custos em todos os seus setores envolvidos. Outros aspectos como as questões ambientais, que se fala, dentro da qualidade se fala em segurança, e outro aspectos que se fala na moral, que a moral é a questão social, o bem estar do funcionário e do integrado, ou seja, das pessoas envolvidas no processo, o bem estar delas, isso não se deu importância, e faz parte das teorias. Isso eu falo com muito conhecimento porque eu saí da Empresa porque eu via que isso não estava certo, estudava uma teoria e aplicava só aquilo que interessava no curto prazo para a empresa que é ganhar dinheiro e só (CARLOS, ex-funcionário)

O entrevistado continua seu relato, nesse momento fazendo menção a um projeto específico em que atuou dentro da empresa pesquisada, envolvendo o setor de integração, e que em função da lógica da eficiência, produtividade, redução de custos, acabou por ser extinto.

Tinha um projeto que se chamou projeto 21. O projeto 21 tinha o objetivo da Empresa, era garantir a eficiência das propriedades rurais, que elas ganhassem dinheiro, consolidar pra que a Empresa garantisse matéria prima em quantidade e qualidade para o século 21[...]Mas na época dos anos 90 tinha um programa chamado projeto 21 que era do estilo não só de atender o aviário, mas atender toda a propriedade e eu posso te dizer que eu conheço bem porque eu era o coordenador aqui em Chapecó. Então o técnico não atendia só o aviário, ele atendia toda a propriedade, ele atingia outras áreas, tinha levantamento econômico. Tinha custo, tinha receita, ajudar o produtor a reduzir custo em outras atividades na produtividade e assim melhorar a renda, que não ficasse a renda só na atividade aviária mas também em outras atividade (CARLOS, ex funcionário).

E complementa,

Então foi um período que foi feito e que abandonou depois porque a Empresa achou que era um custo para a Empresa que tinha que focar na atividade fim dela que era o aviário, deixar de dar assistência por exemplo: em leite, milho, outras coisas que não é o objeto fim dela, e ela terminou,

no meu entender, muito erroneamente, porque se ela tivesse feito aquele trabalho, hoje os proprietários estariam mais satisfeitos, estariam mais felizes, estariam ganhando dinheiro, tinha mais gente produzindo, mais gente contente e com certeza ganhos em produtividade para a Empresa, resultados para a Empresa (CARLOS, ex-funcionário).

Para Carlos este foi e continua sendo um erro crucial da empresa, pensando inclusive em termos de perspectivas futuras da cadeia produtiva e da própria agroindústria.

Então a Empresa tinha uma relação muito fria com todo mundo, muito fria no sentido de, se ganha dinheiro é bom, se não ganha dinheiro não é bom, ou seja, se aumenta a produção é bom, ou reduz custo é bom, mas se isso afeta alguém, seja lá o funcionário, seja lá os terceirizado que nem integrados, isso não tinha importância (CARLOS, ex-funcionário).

Se as perspectivas não são boas para os avicultores familiares, para a empresa, no cenário atual, o futuro também não nos parece muito promissor. Um dos integrados faz análise interessante com relação a esta questão:

É na verdade também, nessa globalização vai piorar a nossa situação. Nós competimos com o mundo. Hoje a minha competição não é com o vizinho aqui, a minha competição é com o mundo. Se eu não puder fazer, outro faz. Só que hoje as empresas, as indústrias tão crescendo, mas estão matando a galinha dos ovos de ouro deles que é o avicultor (JOSÉ)

Outro produtor também consegue perceber o quanto é vantajosa para a empresa a produção integrada. O avicultor faz uma análise comparativa do modelo atual e do período que antecedeu o sistema de integração.

Porque a firma, uma vez a Sadia, tu conhece, eles tinha aqueles caminhão próprio, aviário próprio, descarregava que nem uma cooperativa, não parava, não vale a pena, hoje é tudo terceirizado, não querem mais saber de nada. Então que nem nós, se dá um vendaval, se eu tenho seguro tenho, senão o meu o aviário pronto acabou-se, a Sadia não tem nada que ver e pronto. Então é isso aí, é tudo responsabilidade nossa. Daí até eles exigiam, agora eu não sei, diz que tá mudado um pouquinho, diz que teve mudança, mas por exemplo, a saúde nossa, por exemplo, nós não temo ajuda nenhuma, se nós quiser ir no médico,

paga e vai. Daí eles tavam exigindo que, por exemplo, a empresa desse esse plano de saúde pra gente. Que nem quando o cara tem um emprego, tem seguro desemprego, trabalha cinco, seis anos, dez anos, tá tudo beleza, quando sai paga todos os direitos. Nós, na verdade, não temos direito a nada (PEDRO).

Dessa maneira, fica evidente a capacidade que o grande capital possui em manter seus níveis de acumulação. Principalmente através do poder de se metamorfosear, mantém a exploração da força de trabalho para além de seu limite, como pudemos observar nos vários depoimentos aqui indicados. Ou seja, nessa tensão entre capital e trabalho, o trabalhador, nesse caso o pequeno avicultor familiar, encontra-se sempre como um trabalhador precarizado, suscetível aos caprichos do capital.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto, durante todo seu processo de construção, esteve amparado na premissa da centralidade do trabalho, conforme a tradição marxista. Sendo assim, parte do entendimento de que, para que se possa discutir qualquer questão no meio social, faz-se necessário analisar primeiramente como essa sociedade produz, distribui a riqueza e como organiza o trabalho.

Para Marx (1983), é pelo trabalho, ou seja, pela produção de seus meios de vida, que o homem se diferencia dos demais animais, considerando que, ao apropriar-se da natureza e transformá-la, no intuito de satisfazer suas necessidades, modifica também a si mesmo. O trabalho, neste sentido, tem se apresentado, historicamente, como objeto de vital importância na construção da subjetividade humana e da vida social.

Apesar de o trabalho se fazer presente nas mais diversas sociedades, a passagem para o modo de produção capitalista inaugura um conjunto de novas relações sociais, evidenciando que esse não se caracteriza apenas como produção de bens materiais, inferindo de modo direto na maneira como estas relações sociais são edificadas.

Neste sentido, observa-se que os novos elementos trazidos pelo sistema capitalista, como a produção em massa, extração da mais valia e, por fim, a acumulação de capital, tornam evidente o processo de exploração do trabalhador. Segundo Marx (1983), o trabalhador já não se reconhece no fruto do seu trabalho, considerando que este agora pertence ao capitalista, que compra sua força de trabalho, tornando-o mercadoria. O trabalhador, que participa diretamente da produção é, neste sistema, excluído da distribuição.

No curso de seu desenvolvimento histórico, o modo de produção capitalista vem sofrendo metamorfoses, estabelecendo novas relações de produção, no intuito de manter seus níveis de acumulação. Do mesmo modo, o capital resgata formas arcaicas de organizar a produção que, incorporando os novos processos produtivos, tornam-se funcionais ao seu desenvolvimento. Deste modo, o que há de mais moderno, como os elementos do sistema de produção toyotista, vigentes nos dias de hoje, convive com o que há de mais arcaico, como formas empregadas no início do capitalismo.

Neste sentido, ao desenvolvermos o nosso objeto de pesquisa, por meio de uma análise marxiana, especialmente a partir do estudo da obra *O Capital*, discutimos o processo de trabalho e a relação contratual entre avicultores integrados do oeste de Santa Catarina e a agroindústria Sadia. Pudemos, portanto, a partir desse mote, traçar algumas considerações finais sobre o estudo realizado.

O sistema de integração surge de uma necessidade de expansão da produção agroindustrial, que necessitava de matéria-prima para o abastecimento das agroindústrias. Este sistema, que se inicia com a suinocultura, atinge seu grau máximo de desenvolvimento com a avicultura no oeste de Santa Catarina. Este processo tem início em meados da década de 1970, contando com o aparato do Estado, sendo um dos reflexos do processo de modernização do campo no Brasil. Atualmente, a Sadia, como já indicamos no transcórre de nossa dissertação, possui cerca de 6.000 produtores integrados só no oeste de Santa Catarina. Muitos destes estão há mais de três décadas na atividade.

A partir da pesquisa realizada, construímos o entendimento de que o sistema de integração utiliza-se da figura jurídica da parceria para ocultar uma trama fetichizada de trabalho precarizado e uma fonte valorosa de extração de mais-valia para as agroindústrias. Compreendemos que este sistema se baseia, na realidade, em uma forma de trabalho em domicílio, tendo em vista que os produtores, apesar de donos de parte dos meios de produção, encontram-se totalmente subjugados às determinações da empresa. Em função disso, não poderiam ser considerados parceiros, conforme sinalizam os contratos assinados pelos entrevistados.

Uma leitura mais atenta da obra *O Capital* permitiu observar que este modelo conserva muitas semelhanças com o processo de produção utilizado no período inicial do capitalismo, conhecido como Manufatura. Em uma de suas fases, o capitalista distribuía a matéria-prima e o artesão realizava em sua casa, com sua família, parte do processo produtivo da mercadoria ou o processo de produção completo. Observa-se, assim, que na produção integrada de aves, os pintos/perus também são fornecidos pela empresa e o produtor fica responsável pelo desenvolvimento das aves, ou seja, por parte do processo de produção. Após atingirem o peso ideal para o abate, as aves voltam para mãos de seu proprietário, a agroindústria, para então passarem pelo processo de industrialização.

Autores como Campos (1987) e Graziano da Silva (1982), que referenciamos no decorrer deste trabalho, já sinalizavam esta diretriz de

análise em seus estudos. No entanto, focaram sua discussão em outros aspectos que envolvem a produção integrada.

Durante o processo de finalização deste trabalho, tomamos conhecimento de ação da promotoria pública que, na mesma direção do nosso estudo, requisitava o reconhecimento do vínculo trabalhista para os avicultores integrados da região oeste. A tese levantada pelo representante do Ministério Público, decorrente de movimento de mobilização e discussão do sistema de produção integrada no oeste de Santa Catarina, que envolveu produtores, movimento sindical e a sociedade, não foi acatada pela justiça. Soubemos, por meio de notícia de jornal (ANEXO), que as agroindústrias garantiram vitória no Tribunal Superior do Trabalho (TST), que não reconheceu vínculo empregatício entre as empresas e seus integrados.

Pudemos constatar ainda, em nossa pesquisa, seja pelas entrevistas realizadas, referenciais e documentos a que tivemos acesso, que esta cadeia produtiva está chegando a um limite de existência. Os trabalhadores vivenciam na atualidade uma situação de exploração que chega a extremos. Estão submetidos a jornadas absurdas de trabalho, colocam em risco a sua saúde, não possuem direitos trabalhistas, abdicam de lazer, convívio familiar e social em função da atividade, e a questão principal: não são remunerados com justiça pelo seu trabalho.

As entrevistas e a tabela construída pela Embrapa, que segue anexada a este trabalho, evidenciam a inviabilidade de perpetuação da atividade ao apresentar um custo de produção maior do que a remuneração recebida pelos produtores. Na atual conjuntura, os produtores passam por um processo de empobrecimento, precarização de sua condição de trabalho e são obrigados a tirar de outras atividades o seu sustento e até mesmo o custo para manutenção da própria atividade avícola. É essencial ressaltar que as dificuldades enfrentadas pela agricultura familiar não se restringem apenas ao sistema de produção integrada, mas também aparecem como consequências de um modelo agrário que não prioriza a pequena produção, perpetuado na história do país e que dificulta a sobrevivência do agricultor familiar no campo, principalmente o pequeno agricultor.

Ainda sobre a manutenção do modelo de integração, constatamos que, para além das dificuldades enfrentadas pelos avicultores familiares, a Sadia, bem como as demais agroindústrias da região, num futuro próximo, terão de buscar uma nova forma de ter provida a matéria-prima de que necessitam, caso a situação atual não se modifique. No entanto, considerando a capacidade que o capital tem de se metamorfosear, reorganizar suas bases de modo a atender seus objetivos de extração de

mais valia e acumulação, acreditamos que em breve as empresas arquitetarão ações neste sentido. A própria fusão entre a Sadia e a Perdigão, que cria o grupo Brasil Foods - BRF, é um claro exemplo dessa tendência, podendo ser compreendida enquanto estratégia, tendo em vista a necessidade, já apontada por Marx (1983) que o capital tem de centralizar-se para se fortalecer.

De acordo com o pensador, a centralização reforça e acelera os efeitos da acumulação, podendo ocorrer de maneiras distintas, sendo que, no caso em questão, trata-se da fusão de capitais já constituídos formados de sociedades por ações. Por ser um movimento natural deste modo de produção,

[...] a centralização complementa a obra da acumulação ao colocar os capitalistas industriais em condições de expandir a escala de suas operações. [...] As massas de capital soldadas entre si da noite para o dia pela centralização se reproduzem e multiplicam como as outras, só que mais rapidamente e, com isso, tornam-se novas e poderosas alavancas da acumulação social (MARX, 1983, p.197-198).

Ou seja, nessa tensão entre capital e trabalho, o trabalhador, nesse caso, o pequeno avicultor familiar, é sempre o elo mais fraco desta *engrenagem*. Trata-se de um trabalhador precarizado, que encontra na superexploração da sua força de trabalho e na força de trabalho de sua família, a condição de sua subsistência; estando inserido no capitalismo, cooperando, em nosso entendimento, diretamente com o movimento de reprodução e acumulação de capital.

Muito embora nos marcos do sistema capitalista seja pouco provável a constituição de um espaço de trabalho que possibilite condições dignas de vida à classe trabalhadora, problematizar e desvelar a essência de processos gerais ou ainda específicos de produção, como é o sistema de produção integrada, parece-nos fundamental. Este trabalho, para além da produção e reprodução do conhecimento no âmbito acadêmico, tem a pretensão de instrumentalizar a classe trabalhadora na compreensão das relações e processos de trabalho a que está subjugada.

Por fim, reafirmamos nossa crença de que o caminho para a construção de uma outra sociedade, em que se prime pela igualdade, pela emancipação humana, passa pela ruptura da ordem posta. O fim da propriedade privada e, conseqüentemente o fim da separação entre trabalhador e meios de produção, é inevitável. Portanto, torna-se essencial compreender que o capitalismo não se caracteriza apenas como um sistema econômico, mas consiste também em uma forma de

organizar o mundo controlando, sempre a seu favor, todos os processos que nele se desenvolvem.

E foi exatamente com esse objetivo, de explicitar esta face do capital, muitas vezes ocultada através da cooptação da subjetividade e da própria necessidade de subsistência do trabalhador e da trabalhadora, nesse caso dos pequenos avicultores familiares, que desenvolvemos e concluímos essa dissertação.

6. REFERÊNCIAS

ALBA, Rosa Salete. **Espaço urbano**: os agentes da produção em Chapecó. Chapecó: Argos, 2002.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **Os sentidos do Trabalho**. 7ª ed. São Paulo: Boitempo, 2005.

BLUM, Rubens. Agricultura familiar: estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In: TEDESCO, João Carlos. **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. 3ª ed. Passo Fundo: UPF, 2001.

BRASIL. Presidência da República. Subchefia Para Assuntos Jurídicos. Lei 11.326/2006: Diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. In: BRASIL. Presidência da República. **Diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**: Brasília: 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acesso em: 18 out. 2010.

BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del5452.htm>. Acesso em 30 de setembro de 2010.

CAMPOS, Índio. **Os Colonos do Rio Uruguai**: relações entre Pequena Produção e Agroindústrias no Oeste Catarinense. João Pessoa: UFPB, 1987.

DIETERICH, Heinz. **Novo Guia para a pesquisa científica.**

Blumenau: Editora da Furb, 1999.

FONTANA, Attilio. **História da minha vida.** Petrópolis: Vozes, 1980.

FREIRE, Lúcia. **O Serviço Social na reestruturação produtiva:**

espaços, programas e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2003.

GORZ, André. **A crise e o êxodo da sociedade salarial.** Entrevista com André Gorz. Cadernos do Instituto Humanistas Unisinos. São Leopoldo, 2005. Mimeo

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa:** estrutura, agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1982.

_____. Introdução. In: **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira.** José Graziano da Silva (Org.). São Paulo: HUCITEC, 1980.

MARINI, Ruy Mauro. A dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta e STEDILE, João Pedro (orgs). **Ruy Mauro Marini: vida e obra.** São Paulo: Expressão popular, 2005.

MARTINS, Carlos Eduardo. A superexploração do trabalho e a economia política da dependência. In: MARTINS, Carlos Eduardo; VALENCIA, Adrián Sotelo. **A América Latina e os desafios da globalização:** ensaios dedicados Ruy Mauro Marini. São Paulo: Boitempo, 2009.

MARX, Karl. **Capítulo VI Inédito de O Capital:** resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Moraes, 1985.

_____, Karl. **O Capital:** crítica da economia política. Coleção Os Economistas. Vol. I, Tomo I; tradução de Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Coleção Os Economistas. Vol. I, Tomo II; tradução de Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983b.

_____, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. O processo de produção de capital. Vol. I, Tomo I. São Paulo: Civilização Brasileira, 2006.

_____, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MIOR, Luiz Carlos. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela Santana do Amaral. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: _____ (Org). **A nova fábrica de consensos**. São Paulo: Cortez, 1998.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **O trabalho duplicado**: a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

NOVACK, George. **Introdução à Lógica Marxista**. São Paulo: Ed. Instituto José Luis e Rosa e Sudermann, 2005.

ORLANDO, Alcebíades Luiz. **Pequena propriedade e agroindústria**. Cascavel: Unioeste, 1994.

PIAZZA, Walter Fernando. **Santa Catarina**: sua história. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1983.

PRATES, Jane Cruz. **Planejamento da Pesquisa Social**. In: Revista Temporalis. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 4, N° 7. Porto Alegre: ABEPSS, 2004.

ROMERO, Daniel. **Marx e a técnica: um estudo dos manuscritos de 1861-1863**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SADIA S/A. **SADIA 50 anos: construindo uma história**. São Paulo: Prêmio, 1994.

SERRA, Rose. Alterações no mundo do trabalho e repercussões no mercado profissional do Serviço Social. In: _____ (Org.). **Trabalho e reprodução**. São Paulo: Cortez, 2001.

SORJ, Berrnardo; POMPERMAYER, Malori J. & CORADINI, Odacir Luiz. **Camponeses e Agroindústria: transformação social e representação política na avicultura brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1982.

SORJ, Bila. **Sociologia e Trabalho: mutações, encontros e desencontros**. Revista brasileira de Ciências Sociais. Vol. 15, n. 43, junho de 2000.

SOTELO VALENCIA, Adrián. **A reestruturação do mundo do trabalho: superexploração e novos paradigmas de organização do trabalho**. Uberlândia: EDUFU, 2009.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização**. São Paulo: Cortez, 2004.

TEIXEIRA, José Francisco. **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho**. São Paulo, Cortez, 1996.

TESTA, Vilson Marcos *et al.* **Desenvolvimento sustentável no Oeste Catarinense**. Florianópolis: EPAGRI, 1996.

TRASPADINI, Roberta e STEDILE, João Pedro (orgs). Apresentação.
In: **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão popular,
2005.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do
campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos. **Agricultura
familiar: realidades e perspectivas**. 3^a ed. Passo Fundo: UPF, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A

ROTEIRO ENTREVISTA PRODUTORES INTEGRADOS

- 1** - Há quanto tempo aderiu à produção integrada?
- 2** - O que produz? Quanto produz mensalmente/anualmente?
- 3** - Como ficou sabendo desta atividade? A empresa o procurou?
- 4** - O que fazia antes de aderir à integração? O que o fez buscar essa alternativa?
- 5** - De quanto foi o investimento inicial para a adesão? Fez financiamento? Se sim, este se deu por intermédio da empresa?
- 6** - A Sadia passou por uma reestruturação ao que condiz à organização da produção nos anos 90, conhecida como “Nova Era”. Estas mudanças foram sentidas na sua propriedade? Caso a resposta seja afirmativa, o que mudou (forma de produção e cotidiano de trabalho)?
- 7** - O que é responsabilidade da empresa e o que é sua responsabilidade no processo de produção, de acordo com o contrato? Todas as cláusulas estão claras para você?
- 8** - O que você pensa da relação contratual estabelecida com a empresa, ela é vantajosa para você? Por quê?
- 9** - O que é a “conversão”? Como funciona?
- 10** - Em média, quanto recebe anualmente com esta atividade? É sua única fonte de renda?
- 11** - Já pensou em abandonar a atividade? Se sim, o que o impediu?
- 12** - Como é sua rotina de vida e trabalho na propriedade?

13 - Quantas horas dedica em média à atividade como integrado?

14 - Além de você, alguém da sua família está diretamente envolvido na produção? Como se dá a divisão de tarefas?

15 - O que você e sua família fazem quando não estão ocupados da produção? Quais são suas atividades de lazer?

16 - A atividade o expõe algum agente químico/físico prejudicial à saúde?

17 - A empresa disponibiliza ou indica algum equipamento de proteção?

18 - Você ou alguém da sua família possui algum problema de saúde?

19 - Você acredita que este problema possa estar relacionado à atividade do manejo?

20 - Você acredita que o trabalho como integrado possa causar futuramente algum problema à sua saúde? Que tipo de problema?

21 - A Sadia e a Perdigão realizaram recentemente fusão, dando origem à Brasil Foods. Até então, ocorreu alguma mudança na relação contratual entre você e a empresa? Tem alguma informação a respeito de mudanças nas exigências? O que você pensa sobre essa fusão, acredita que ela poderá trazer alguma modificação para a produção integrada?

APÊNDICE B**ROTEIRO DE ENTREVISTA EX-FUNCIONÁRIO
SADIA**

1 – Fale sobre sua experiência de trabalho na empresa Sadia, especialmente sobre as modificações no processo de gestão a partir da década de 1990 e os impactos para a produção integrada.

APÊNDICE C

ROTEIRO DE ENTREVISTA MEMBRO FETRAF - SUL

1 – Fale sobre as discussões que vêm sendo realizadas sobre o modelo de produção integrada, as dificuldades, as reivindicações dos produtores e o papel do movimento sindical neste processo.

ANEXOS